

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA

**WILSON REBELLO**

EM BUSCA DA CURITIBA PERDIDA

Da introdução da tecnoestrutura no planejamento urbano e sua luta com a política  
partidária– 1962 – 1975

CURITIBA

2010

**WILSON REBELLO**

**EM BUSCA DA CURITIBA PERDIDA**

Da introdução da tecnoestrutura no planejamento urbano e sua luta com a política  
partidária– 1962 – 1975

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Urbana.

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Fabio Duarte

Coorientador: Prof. Dr. Erivan Karvat

Curitiba

2010

# **WILSON REBELLO**

## **EM BUSCA DA CURITIBA PERDIDA**

Da introdução da tecnoestrutura no planejamento urbano e sua luta com a política partidária– 1962 – 1975

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Urbana.

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr. Fabio Duarte  
Orientador PUC

Prof. Dr. Erivan Karvat  
Co-orientador UTP

Prof. Dra. Samira Kachakje  
Professora PUC

Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade  
Membro Externo

Curitiba, 27 de setembro 2010

À minha família

**DEDICO.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Fabio Duarte, pelo apoio, orientação e paciência, que de maneira incomum ajudou-me nesta empreitada e foi fundamental à realização desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Erivan Karvat, pelo apoio e coorientação, soube a hora de iluminar, quando necessário, as *sombras* da história ao longo deste trabalho.

Ao Professor Doutor Rodrigo Firmino que, com suas reflexões, colaborou para releituras importantes.

À Professora Samira Kauchakje que, com sua visão e cientista social, ensinou-me a entender o papel dos atores objeto desta pesquisa.

Ao Instituto Jaime Lerner, pela ajuda e colaboração concedida nesse trabalho.

À Fundação Araucária.

À Tahise Marques, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná –PPGTU, pela atenção e dedicação com que sempre me atendeu.

## Resumo

A inserção de uma nova mentalidade de planejamento no Brasil, cujas origens estão na década de 1930 nas reformas de Getúlio Vargas, influenciou fortemente o planejamento urbano de Curitiba. O planejamento urbano de Curitiba na década de 1960 teve suas raízes na visão estratégica do governador paranaense Ney Braga, na influência da CEPAL e do Padre Lebet, através da SAGMACS, que estão na base do I Plano de Desenvolvimento do Estado e na reformulação administrativa da gestão pública municipal de Curitiba, incluindo um novo plano urbanístico. Esta pesquisa se propõe a recontar a história política da inserção do planejamento na capital paranaense. O recorte temporal escolhido foi o ano em que o prefeito Ivo Arzua se convenceu da necessidade de ter um plano de reorganização urbanística de Curitiba, 1965, até o final da primeira prefeitura de Jaime Lerner em março de 1975. O estudo procura mostrar, principalmente através das fontes orais quando comparada à documentação escrita, que a história do planejamento urbano de Curitiba neste período se deu, em vários aspectos, de forma diversa ao que os relatos oficiais contam e que longe de ter sido um processo pacífico apresentou uma série de divergências entre os atores, e foi fruto de circunstâncias que, em função de um momento histórico específico, culminaram naquilo que ficou conhecido como um caso de sucesso.

Palavras-chave: Curitiba. Técnica. Planejamento. Codepar. Jaime Lerner. IPPUC.

## **ABSTRACT**

The insertion of a new mentality of planning in Brazil, whose origins are in the 1930 reforms of President Getulio Vargas, strongly influenced the urban planning of Curitiba. In the 1960s the urban planning of Curitiba had its roots in the strategic vision of the governor of Parana, Ney Braga, CEPAL and in the influence of priest Lebrecht through SAGMACS. All these factors formed the basis of the First Development Plan of Paraná and are present in the administrative municipal reforms of Curitiba, which include new urban plan. This research aims to relate the political history of the insertion of a new mentality of planning in Curitiba. The time frame chosen was the year 1965 when the mayor Ivo Arzua becomes convinced of the need of a new urban plan for Curitiba, to 1975 when mayor Jaime Lerner ends his term. The study aims to show, also through oral sources as compared to written documentation, that the history of urban planning of Curitiba in this period was in many respects, different from the reports and far from being a smooth process, it presented a series of disagreements between the actors and was the result of group of circumstances which, according to a specific historical moment, culminated in what became known as a success.

Keywords: Curitiba. Technique. Planning. Codepar. Jaime Lerner. IPPUC.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b>	Lista de órgãos e atividades implantada pelo Governo Federal entre 1930 e 1945.....	29
<b>Quadro 2:</b>	Comparativos de investimentos no Paraná com e sem o FDE.....	66
<b>Quadro 3:</b>	Cronologia do Processo de Planejamento Urbano de Curitiba.....	120

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
1.1	Problema.....	12
1.2	Justificativa.....	13
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>3</b>	<b>A TÉCNICA E SUA APROPRIAÇÃO PELO SETOR PÚBLICO</b> .....	20
3.1	O planejamento no Brasil.....	28
3.1.1	A Missão Cooke e o I Congresso Brasileiro de Economia.....	37
3.1.1.1	A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL.....	41
3.1.2	O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e a Associação Brasileiras de Municípios – ABM.....	42
<b>4</b>	<b>O PLANEJAMENTO NO PARANÁ</b> .....	47
4.1	A Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico – PLADEP.....	52
4.2	Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná – CODEPAR.....	53
4.3	A consolidação da mudança no Paraná.....	56
<b>5</b>	<b>O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ E SUA RELAÇÃO COM CURITIBA</b> .....	60
5.1	A Curitiba de Ney Braga no Plano de Desenvolvimento do Estado.....	67
5.2	A Industrialização do Paraná e da sua capital.....	72
<b>6</b>	<b>REPENSANDO OS PLANOS PARA CURITIBA</b> .....	74
6.1	Do Seminário às brigas do Plano Gama Monteiro/Onaldo.....	83
6.2	O IPPUC.....	95
<b>7</b>	<b>LERNER ASSUME A PREFEITURA MUNICIPAL</b> .....	105
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
8.1	Trabalhos Futuros.....	119
<b>9</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	122

## 1 APRESENTAÇÃO

A problemática desta dissertação centra-se na inserção do processo de planejamento em Curitiba, que ocorreu em função de uma associação entre a política e o modelo tecnocrático vigente no Brasil na década de 1960. Esta junção foi essencial no desencadeamento dos projetos de desenvolvimento, primeiro, no Estado do Paraná e depois, na capital e valeu-se de um momento histórico que propiciou uma conjuntura de fatos favoráveis. Entretanto, para que a técnica pudesse fazer par com a política teve que desenvolver sua própria racionalidade, processo este que no Estado teve seu preâmbulo com a criação da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná – PLADEP - em 1955 e na capital, inicialmente com a presença do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM - na reforma administrativa promovida pelo prefeito Ney Braga, em 1956, e, posteriormente, com a criação da Urbanização de Curitiba S/A - URBS em 1963. De uma conjunção de fatores surgiu, entre outras coisas, o Plano Preliminar de Curitiba (1966) que na opinião de muitos atores funcionou mais como um catalisador, em escala municipal, do espírito de um planejamento técnico que já se procurava nos níveis federal e estadual. Em torno deste projeto juntaram-se figuras que se tornariam chaves no contexto dos acontecimentos que se desenvolveram e que transformariam a capital nos anos seguintes. Uma vez que o planejamento técnico não pode ser pensado como uma variável independente foi fundamental, nesta pesquisa, associá-lo aos fatores de ordem política.

As décadas de 1930 e 1950 representaram um período em que a técnica ganhava força como instrumento de planejamento do desenvolvimento econômico. Na década de 1930 tem começo, no Brasil, um processo de mudança política, caracterizado pela substituição das oligarquias. O Estado passa a interferir mais acentuadamente na economia, promove a criação de uma série de entidades e direciona seus esforços para a industrialização. Para Ianni (1996, p.62), nascia a “tecnoestrutura” estatal brasileira. No Paraná isso se concretizaria no primeiro mandato do governador Ney Braga (1961-1965) - que já havia sido prefeito de Curitiba (1954-1958). A capital paranaense se colocava dentro do cenário nacional numa posição de pouca representatividade ainda que o Paraná fosse um dos expoentes da exportação agrícola brasileira (CODEPAR, 1963 p.153). A nova

mentalidade organizativa ingressou no Paraná e com ela surgiram os primeiros estudos técnicos que inseriram propostas de mudança no perfil da economia do Estado. Objetivava-se, naquele momento, passar de um Estado agrícola para industrializado e com uma capital reformulada, tanto na questão urbana quanto na imagem que seus moradores e visitantes tinham dela e para isso acontecer era preciso inserir o novo modelo de tecnoestrutura no Estado e posteriormente na capital.

O objetivo desta dissertação é fazer um resgate da história do processo planejamento urbano de Curitiba, entre 1965 e 1975, problematizando como a tecnoestrutura ganhou espaço no planejamento da capital e suas conseqüências. As principais fontes de pesquisa foram relatórios de governo, jornais, revistas, livros, biografias, o que permitiu o cotejo com os depoimentos dos principais atores deste processo. Para tanto, buscou-se situar cronologicamente o início do processo de planejamento no Brasil para dele se chegar a Curitiba com o Plano Serete – nome da empresa que ganhou a concorrência pública - em 1965, até parte da sua concretização no período entre 1970 a 1975. No transcorrer desta pesquisa voltamos a fatos que os jornais deixaram nas entrelinhas, que as pressões político-partidárias tentaram aniquilar e que os depoimentos de um tom quase oficioso dos principais atores da época sutilmente esconderam. Circunstancias que lentamente foram ressurgindo aqui e acolá nas biografias, nos fragmentos de memórias, nas entrevistas e que foi na dinâmica de interação entre os elementos favoráveis e não favoráveis que a incomum experiência de planejamento de Curitiba foi surgindo. Entre os objetivos específicos encontra-se analisar o ingresso de Curitiba na era do planejamento público tecnocrático, através da inserção do Estado neste contexto, sua aceitação por parte da prefeitura de Curitiba e como os atores deste processo o entenderam.

Na Introdução, que segue esta apresentação, discorreremos sobre a metodologia da pesquisa, como foram realizadas e analisadas as entrevistas com os principais atores envolvidos no processo de planejamento e como foram selecionadas, levantadas e analisadas as fontes documentais que embasaram todo este trabalho.

No capítulo “A técnica e sua apropriação pelo setor público”, discutiremos os principais autores que tratam da inserção da técnica na sociedade ocidental

contemporânea, como o setor público apropriou-se do conhecimento organizativo do setor privado. Serão destacadas as discussões feitas por Ellul, Mannheim, Weber e Habermas. Fechando a discussão sobre os principais pensadores contemporâneos, apresentamos como o novo universo do planejamento ingressou no Brasil e aqui dialogamos principalmente com Ianni e Werneck.

No capítulo o “Planejamento no Paraná” discutiremos como toda esta cultura da tecnoestrutura migrou para o Estado do Paraná. Passaremos, então, a trabalhar não somente com as fontes tradicionais de pesquisa, como livros, biografias, jornais, artigos, entre outros, mas, também, com os depoimentos dos entrevistados confrontando os fatos oficiais com os relatos dos depoentes.

No capítulo, “O Plano de Desenvolvimento do Paraná e sua Relação com o Curitiba”, discutimos como os planos de governo do Estado influenciaram o planejamento urbano de Curitiba, como os projetos de industrialização do Estado aprofundaram a discussão sobre o papel da capital e de que forma ela figurava no processo de rearranjo da estrutura administrativa estadual.

No sexto capítulo, intitulado “Repensando os Planos para Curitiba”, finalmente veremos como todo este processo de reorganização atinge Curitiba e as inúmeras derivações decorrentes dela, como a criação da Escola de Arquitetura, da URBS; o novo plano urbanístico para a capital; a criação do IPPUC; as transformações da cidade e as querelas político-partidárias que tentavam desestabilizar os tecnocratas no poder municipal e como o conflito, tanto quanto o consenso, adicionou racionalidade ao processo ao forçar compromissos e reajustamentos nos processos.

O último capítulo, “Conclusões Finais” fazemos um fechamento do trabalho que foi desenvolvido na primeira gestão posterior à aprovação do Plano Serete, conduzida por Jaime Lerner, de 1970 a 1975 e fazemos sugestão para trabalhos futuros.

## 1.1 PROBLEMA

Reputa-se ao Plano Serete quase tudo o que aconteceu em Curitiba, após 1965, que este o reformulou e lhe conferiu o renome nacional (Wright, 2001, p.6). Dele teria nascido o IPPUC, o Plano Diretor de Curitiba, os parques, as estruturais, a CIC, etc. Para alguns autores as forças políticas tiveram posição hegemônica neste processo; para outros Curitiba é um *mito* de cidade planejada, onde a política foi

primordial e à técnica não foi reservado espaço algum, que seu planejamento ocorreu apenas para impedir a divisão do norte do Estado. Relatos dão conta que o prefeito à época, Ivo Arzua, teria sido o grande incentivador do plano, tendo autonomia sobre todo o processo, inovando com o seminário “Curitiba de Amanhã”, dentro daquilo que chamou “Mês do Urbanismo” (Junho/1965), reputado como um “sucesso no planejamento democrático” – e criando o IPPUC (1966). Este trabalho se propõe a analisar estes fatos diante de outras evidências, principalmente obtidas através das fontes documentais e das entrevistas, e que parecem mostrar que parte desta história oficial não se comprova na sua totalidade, que a técnica foi, no planejamento urbano de Curitiba, tão importante quanto a política, associando-se sutilmente à esta e distanciando-se da política partidária e que, ao largo das brigas de grupos políticos, o trabalho dos tecnocratas no poder municipal foi lentamente ajudando a construir a “Curitiba de Amanhã”.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho aprofundará os conhecimentos que se tem sobre um dos períodos mais ricos do planejamento urbano no Brasil do qual Curitiba fez parte (1965-1975). Seu estudo justifica-se pela importância deste processo na história do planejamento urbano brasileiro, pela relevância política de seus atores e pelo alcance de seus resultados.

## 2 INTRODUÇÃO

O sucesso do planejamento urbano ocorrido em Curitiba entre os anos de 1965 a 1974 tem sido objeto de análise e estudo por uma variada gama de especialistas das mais diversas áreas, principalmente de planejamento urbano, passando também pela engenharia, geografia, ciências políticas e ciências sociais<sup>1</sup>. Entretanto, afigura-nos que as análises efetuadas até hoje permitem um espaço para outro olhar, que é o que propomos fazer aqui. Enxergamos o processo de reorganização do espaço urbano da capital paranaense como fruto de um enorme conjunto de situações que se processaram no universo do planejamento no Brasil. Houve uma conjunção de fatores, alguns aleatórios, outros racionalmente premeditados que deram ensejo, segundo análises do IUPERJ (1973, p.21), a uma *seqüência contínua de fatos*<sup>2</sup> que culminaram com a Curitiba “cidade modelo”. Observamos ao longo das nossas leituras que por mais que já tivessem sido feitas muitas pesquisas, alguns elementos pareciam não estar presentes e, quando estavam, dava-nos a impressão que sua posição na história poderia ser modificada permitindo uma releitura sobre os acontecimentos do período, como, por exemplo, o valor superestimado da participação popular nos seminários “Curitiba de Amanhã”, a verdadeira origem da criação do IPPUC, as coincidências políticas escondidas nas entrelinhas dos depoimentos da coleção “Memórias da Curitiba Urbana”, os atores esquecidos, as brigas com revistas e jornais publicadas na mídia, mas, cujos motivos ainda permaneciam obscuros, as divergências pessoais e a força da técnica sobre a política partidária, catalisada pelo Plano Serete<sup>3</sup> e o grupo de Jaime Lerner na prefeitura.

Como o recorte deste trabalho abrange um período recente na história, a maioria dos principais atores ainda está atuando nas suas profissões, o que permitiu trabalhar com depoimentos. Assim, além do levantamento de informações nas fontes

---

<sup>1</sup> Gnoato, 2009 e Fernandes, 1979

<sup>2</sup> No caso de Curitiba, esta seqüência “contínua” teve seu início com a eleição do Prefeito Ivo Arzua (1962 -1966), quando, a duras penas, a decisão de planejar foi publicamente incorporada ao programa administrativo e segundo o IUPERJ esta decisão “só foi possível, todavia, porque experiências prévias com planejamento, ao nível municipal e estadual, haviam formado um sedimento valioso de conhecimentos e instrumentação institucional”. (IUPERJ, 1973, p.21)

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre o Plano Serete sugere-se a consulta à dissertação de Ana Claudia Santiago Cardoso “**Da ideia à cidade, do plano ao projeto: gênese do processo de transformação urbana em Curitiba a partir do Plano Preliminar de Urbanismo**” que será defendida em 2011.

tradicionais, parte essencial deste trabalho, principalmente quando ingressa no capítulo O Planejamento no Paraná e até o seu final, foi reforçado com possibilidades investigativas advindas das metodologias da história oral, ainda que este trabalho não se caracterize como uma pesquisa marcadamente de/em história oral. Assim, se esta não torna o núcleo da investigação, tampouco é um procedimento metodológico secundário. A recolha e análise de depoimentos com partícipes deste período fundamental do planejamento urbano de Curitiba foi usada para esclarecer processos que de outra forma não poderiam ser melhor investigados. Desses depoimentos emergem relatos das lutas do cotidiano, jogos de poder e diálogos entre atores e ajudou-nos a perceber melhor a relação entre o sujeito e o objeto. Apoiou-se em pontos de vistas individuais, expressos nas entrevistas que são legitimadas como fontes pelo seu valor informativo e com isso procuramos buscar caminhos alternativos de interpretação dos fatos. Isso nos ajudou a encontrar um olhar um pouco diferente sobre aquilo que se materializou no período que produziu a Curitiba que ficou conhecida no cenário nacional. Por outro lado, percebemos as tensões que geram, principalmente ao mostrar que a memória é cheia de armadilhas e devemos ter muito cuidado com elas no desencadeamento dos fatos, na recuperação dos fragmentos que ainda restam. Tornou-se extremamente interessante escutar a releitura dos fatos vividos pelos atores após anos de silêncio, período este que fizeram e refizeram mentalmente dezenas de vezes os caminhos dos acontecimentos do passado.

Para dar suporte às nossas entrevistas e evitar que elas nos conduzissem a encontrar respostas dentro dos seus limites, fizemos um levantamento sobre a inserção do planejamento na esfera pública brasileira e ao longo dos demais capítulos nos lembramos de reforçar nossa pesquisa com o mesmo método o que nos lembrou a frase de Julie Cruikshank (Amado, 2005, p.XX): “No início o historiador pode ficar perplexo pela percepção inconfundível de que a história oral nem sempre é apenas oral”.

No desenvolvimento das entrevistas tivemos especial cuidado na seleção de testemunhas, levamos em conta a relevância do papel que estes possuíam em relação aos eventos, evitamos perguntas demasiadamente meticulosas, principalmente sobre o ponto de vista cronológico. Soubemos guardar silêncio e tentamos nos adaptar à psicologia do entrevistado, pacientemente esperamos por

sua narrativa, interrompendo somente quando necessário e de forma que não quebrasse o encadeamento efetuado pelo depoente, cuidados fundamentais para quem trabalha com fontes orais (Amado at AL, 2007 p.29). Nossas opções de questionamentos eram balizadas pela capacidade do entrevistado em se recordar dos fatos e com que grau de clareza e precisão o fazia, tentávamos essencialmente criar uma relação de confiança entre nós, até porque sabíamos que determinadas colocações por parte do entrevistado poderiam gerar suscetibilidades indesejáveis.

Ao longo das entrevistas quando tínhamos dúvida sobre a qualidade da resposta repetimos a mesma pergunta de forma diferente, quando julgamos necessário, para nos certificar da qualidade da resposta oferecida. Também cuidamos no tocante ao local da entrevista, a maioria ou foi realizada ou na residência do entrevistado, sem interferência da família, ou no Instituto Jaime Lerner, em sala reservada. Para a elaboração do roteiro das entrevistas, primeiro executamos uma minuciosa consulta a arquivos, livros, jornais, revistas e até biografia dos entrevistados, como no caso do ex-ministro Karlo Rischbieter. Colhido estes elementos elaboramos o roteiro de perguntas. Alguns dos entrevistados o solicitaram antecipadamente, como no caso do arquiteto Almir Fernandes e do ex-prefeito Ivo Arzua. A maioria das entrevistas foi semidirigida, usada com frequência no trabalho de história oral, que é um meio termo entre um monólogo e um interrogatório direto (Amado at AL, 2007 p.37). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Ao longo delas percebemos que a lembrança de praticamente todos os entrevistados era excelente e em muitos momentos nossas perguntas não foram necessárias, eles rememoravam o passado e traziam à tona fatos com precisão acrescentando detalhes que os livros e jornais pesquisados desconheciam, como no caso de Ivo Arzua ao relatar como procedeu para cobrar os devedores em dívida ativa na prefeitura. Eventualmente precisávamos ressuscitar acontecimentos ou reconduzir o entrevistador para o trilho da pesquisa.

Os depoimentos nos trouxeram fatos não noticiados pela mídia da época. Como, por exemplo, a pressão dos militares no momento mais radical da ditadura militar (1971-1975) para que os “comunistas” existentes na prefeitura fossem cassados. Os motivos da pressão político-partidária impiedosa da mídia antagônica ao processo de reurbanização, a luta do grupo de técnicos, a maioria fundadores do IPPUC que compunham o núcleo intelectual do planejamento de Curitiba, pela

reorganização urbana da capital, fase que a tecnoestrutura mostrou de forma iniludível sua força política ao não se deixar abater pela perseguição político-partidária, promovida especialmente por Paulo Pimentel (Lerner, 2009).

Além das fontes já citadas anteriormente, cabe ressaltar que nos utilizamos de estudos, projetos, biografias, revistas e jornais. Foram usados os principais estudos e projetos realizados pelo governo estadual e municipal na década de 1950 e 1960 cuja estrutura mostrou uma nova ordem técnico-racional de gerir o planejamento público, uma nova mentalidade organizativa, associados a uma série de entrevistas com atores-chave do processo.

Finalmente elaboramos um quadro contendo os principais fatos em ordem cronológica que contribuíram, direta ou indiretamente, para o processo que gerou o Plano Preliminar de Curitiba e um mapa nos indicando seus principais atores.

Para atingir os objetivos propostos os seguintes documentos foram analisados:

1. Estudo 23<sup>4</sup> – Estudo feito para o Programa Governamental de Desenvolvimento Econômico realizado pela Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná – PLADEP.
2. Estudo 40<sup>5</sup> – Análise da economia paranaense realizada pela Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná – PLADEP.
3. I Plano de Desenvolvimento do Estado – Estudo solicitado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná CODEPAR - sobre um plano de desenvolvimento para o Estado do Paraná. Este trabalho foi realizado pela Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná - PLADEP, juntamente com a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS.

---

<sup>4</sup> O Estudo 23, da PLADEP, foi elaborado com o objetivo de reunir os principais aspectos dos estudos realizados Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, durante seus primeiros três anos de atividade. Ele pode ser encontrado na biblioteca do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

<sup>5</sup> O Estudo 40, da PLADEP foi elaborado para fornecer elementos para uma melhor estruturação da política econômica e social do Paraná. Ele pode ser encontrado na biblioteca do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

4. Relatório Paraná 1961 – 1965 – Relatório de governo, que faz uma síntese do período de governo de Ney Braga no Paraná.
5. Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba – Plano Serete – Plano vencedor da concorrência pública e que daria o início à uma grande revisão do planejamento urbano de Curitiba.
6. Lei Municipal 2828 – Lei que Instituiu o Plano Diretor de Curitiba e o IPPUC.

Foram entrevistados os principais atores que atuaram no processo de urbanização da capital paranaense, ou que o acompanharam, sendo:

- Arq. Jaime Lerner
- Eng. Karlo Rischbieter
- Arq. Almir Fernandes
- Eng. Ivo Arzua
- Arq. Domingos Bongstabs
- Eng. Lubomir Ficinski
- Eng. Nicolau Kluppel
- Arq. Jose Maria Gandolfi
- Arq. Carlos Eduardo Ceneviva
- Arq. Jorge Wilhelm

Fez parte da nossa pesquisa a coleção Memória da Curitiba Urbana, importante obra do final da década de 1980, que cumpre importante papel na preservação da memória dos fatos acontecidos à época do recorte deste trabalho, e orientou em grande parte a nossa escolha pelos depoentes presentes neste trabalho.

Cabe ressaltar que o processo de planejamento da capital paranaense na década de 1960, não pode ser entendido como algo isolado do resto que ocorria no ocidente e somando ao fato de que Curitiba não era uma ilha na vida econômica do Paraná e nem do Brasil. Para entender a dimensão da inserção do planejamento urbano na capital paranaense foi preciso se ter uma compreensão prévia de como a nova racionalidade técnica e científica foi absorvida e incorporada à racionalidade pelo Estado. Além disso, foi importante analisar como o Brasil foi afetado por essa

nova mentalidade organizativa ensejada nos primeiros planos de governo no Brasil pós Estado Novo (1937-1945) e sua migração para o Paraná e, posteriormente, para o planejamento urbano de Curitiba. Para analisar esta problemática entendeu-se que não seria preciso descrever a história completa de cada etapa do planejamento brasileiro ocorrido após o Estado Novo e tampouco cada etapa dele no Paraná. Este trabalho se limitou, no tocante à análise da inserção do pensamento tecnocrático, àquilo que entendeu como indispensável para a compreensão do processo de planejamento da capital e que dele fez surgir o Plano Preliminar de Curitiba.

### 3 A TÉCNICA E SUA APROPRIAÇÃO PELO SETOR PÚBLICO

Pode dizer que a utilização das técnicas - ou de técnicas - na atividade humana não se caracteriza como um fato novo mas, sim, que ganhou impulso quando se associou ao capitalismo, cuja conexão, para Arrighi (1994, p.87) se deu “com a ascensão do sistema contemporâneo da livre empresa como estrutura dominante da economia capitalista (...)” por volta do século XIV e se firma na base da economia. Dividindo a mesma interpretação, Ellul (1968, p.152) defende que a técnica é absorvida pelo capitalismo, mas este se torna *energizador* do progresso da própria técnica, principalmente a partir da existência de um mercado para a distribuição da produção. Para Mannheim (1962, p.15) esta junção entre técnica e capitalismo fez com que o planejamento numa sociedade industrial, “de uma forma ou de outra fosse inevitável” momento em que “o indivíduo começa a compreender que deve planejar o conjunto de sua sociedade e não apenas partes dela”. Cabe lembrar que Mannheim assistiu a derrocada da “maquinaria liberal democrática” da República de Weimar. Viu como a “falta de planificação da ala liberal se transformou em anarquia” (Mannheim 1962, p.14) e isso influenciou seu pensamento cuja reconciliação tentou fazer mais tarde ao afirmar que - “o indivíduo (...) no curso do planejamento, deve mostrar certa preocupação pelo destino do todo e abandonar a disputa por ideologias rivais” (Mannheim, 1962, p.80). O valor das técnicas, principalmente sobre a ótica organizativa, já se fazia perceber intensamente no Estado na virada do século XIX para o XX. Demoraria um pouco para que elas migrassem do universo privado para o campo do planejamento público, embora ao longo da sua história o Estado as tivessem empregado em diferentes escalas.

À medida que a sociedade cresce e as técnicas administrativas se desenvolviam, o Estado as absorvia paulatinamente até se tornarem parte inseparável da sua estrutura administrativa. Esta conjunção não foi fortuita ou casual, mas resultou da própria estrutura do desenvolvimento das tecnologias<sup>6</sup> organizativas e se deu no início do século XX quando o Estado passa a elaborá-las

---

<sup>6</sup> Ellul (1954) Observa que “quando a técnica de organização e de pedagogia permite a criação da Universidade, o Estado é atraído por esse fenômeno muito mais imponente (...) como não se sentiria o Estado diretamente comprometido com esse processo”? (p.239)

de maneira sistemática e chegou a um momento em que a planificação estende-se a todos os domínios da vida política e a todos os regimes de Estado.

Inicialmente a técnica já aparecia como motor e fundamento da economia. Para Ellul (1968, p.153), ainda que Marx entendesse a invenção técnica como a força progressiva e a organização da economia como a força estática, não compreendeu a baixa capacidade de transmissão das técnicas (Ellul, 1968, p.71). Já Keynes (1996, p.266), tanto a técnica material quanto a imaterial foram paulatinamente ganhando espaço com a transformação da sociedade, tornando-se um fator indispensável como ele próprio mostrou na sua Teoria Geral. De acordo com Ellul (1968, p.49) essa situação pode ser explicada pela conjunção de cinco fenômenos:

1. O desfecho de uma longa experiência técnica.
2. O crescimento demográfico.
3. A aptidão do meio econômico.
4. A plasticidade do meio social.
5. O aparecimento de uma clara consciência técnica.

Dos fatores acima elencados nos interessa comentar os de números quatro e cinco. De acordo com Ellul (1968, p.51), o quarto fator é, de todos, o mais importante. Refere-se à plasticidade do meio social da sociedade ocidental do século XVIII, que implica na liquidação dos tabus e dos grupos sociais naturais que retardavam o aparecimento das técnicas. Para ele, os tabus podem ser divididos em duas categorias: os oriundos do cristianismo e os de natureza sociológicos. Os tabus do cristianismo impunham interdições sobre o desenvolvimento do universo técnico, não se devia tocar na ordem natural<sup>7</sup>, o novo deveria ser submetido aos julgamentos de ordem moral. Já os tabus sedimentados no social “ocorrem quando a fé se transforma em preconceito e em ideologia, quando a experiência religiosa pessoal se transforma em instituição social” (Ellul, 1958, p.51). A técnica viria “às custas da

---

<sup>7</sup> Os séculos que antecederam o início de toda a revolução das técnicas (o que pode ser datada a partir da revolução sobre o pensamento de Francis Bacon, 1561-1626) tinham forte influência grega. Os gregos eram contemplativos em relação à natureza. A palavra técnica para os gregos “*tekhnê*” continha simultaneamente “a idéia de técnica, de um saber aplicado, e a idéia de arte, de invenção, de produção original (...). Esse desenvolvimento da palavra (“*tekhnê*”) acarretará o nascimento de técnicas específicas que serão chamadas depois de “retórica”.” (CHATELET, 1997, p.17).

afirmação do materialismo filosófico, da criação de novas religiões, regicídios e supressão das hierarquias” (Ellul, 1958, p.52) a dessacralizar este universo de tabus em que o homem vivia. Cabe aqui lembrar que Mannheim ao fazer a discussão da introdução da técnica na sociedade, (1962), a vê como parte de um tipo de raciocínio funcionalista, objetivado a superar os métodos tradicionais de pensamento “O funcionalismo fez seu primeiro aparecimento no campo da ciência natural e poderia ser classificado como o ponto de vista técnico” (1962, p.250). Esta idéia de “utilidade social” tem sua origem na Igreja anglicana do século XVII (Ellul, 1958, p.58).

A estruturação da sociedade em grupos naturais até este período também se constituía num obstáculo ao desenvolvimento das técnicas de outra forma: a força do grupo. Uma vez que as famílias, as corporações e os grupos coletivos, como as Universidades e as Confrarias eram fortemente organizados, os indivíduos encontravam neles os meios de vida necessários, a proteção, a satisfação moral e intelectual suficiente para dar-lhes uma espécie de equilíbrio, o que os faziam refratários às inovações que pudessem rompê-los. Tal situação constituía-se num óbice à propagação da técnica (Ellul, 1968, p.52).

Com as modificações ocorridas na estrutura social abriram-se ainda mais as portas para a introdução intensiva das técnicas e da visão funcionalista, que logo passou a ser observada por pensadores e pelo Estado. Para Mannheim (1962, p.251), os pensadores românticos figuram entre os “primeiros a compreender que uma modificação fundamental estava ocorrendo (...) e alarmaram-se profundamente pelo aparecimento do novo espírito técnico”. Tais técnicas levaram ao processo de planejamento no Estado, privilegiando ainda mais suas relações com a política, principalmente após o século XIX. Segundo Mannheim (1962, p.254), daquilo que o novo espírito produziu, o Estado valeu-se mais especificamente das técnicas de organização. Deste momento em diante numerosos estudiosos passaram a se preocupar com esta questão, entre os já mencionados acrescenta-se Karl Marx (1818–1883), Max Weber (1864-1920), Herbert Macuse (1898-1979), Friedrich Von Hayek (1899-1992) e outros.

As técnicas começam a ganhar peso na participação da gestão pública, principalmente vinculando-se ao planejamento econômico do Estado com suas ferramentas de racionalização e partir de um momento no século XX todos os

regimes passaram a utilizar-se, por exemplo, das técnicas de planificação econômica do Estado. (Ellul, 1968, p.30). Segundo Habermas (1976, p.45), foi Weber quem “introduziu o conceito de racionalidade para definir a forma da atividade econômica capitalista” Habermas (1976 p.45). Coloca a técnica de planejamento subordinada à ação do Estado ao afirmar que esta é “uma ação racional dirigida a fins de segundo grau e visa a instauração, a melhoria ou a ampliação dos próprios sistemas de ação racional e dirigida afins”. E esta racionalização paulatina da sociedade depende da “institucionalização do progresso científico e técnico” e na proporção que ambas invadem as esferas institucionais modificam as antigas legitimações, impondo novas.

Enquanto Ellul (1968) argumenta que é necessário que o Estado tenha se tornado técnico para absorver o progresso científico (embora o Estado ocidental tenha sempre se utilizado de técnicas<sup>8</sup>), Mannheim (1962, p.266), indica que a técnica foi importante para convencer as pessoas a aceitar um conceito mais racional do mundo, que “(...) se acreditava ser essencial para a manutenção de um Estado planejado na idade da máquina”. E é no domínio do Estado que as técnicas atingem seu apogeu - basta ver sua aplicação junto aos exércitos contemporâneos (Ellul, 1968, p.243) ou nos exemplos da planificação soviética (Mannheim, 1962, p.266), embora o Estado não as domine por igual e nem na sua totalidade, conclui Ellul (1968, p.236), ao perceber que o Direito, por exemplo, é de domínio incerto porque depende do “espírito humano”. Ao estudar a administração de Napoleão, Ellul (1968) percebe que para se ter domínio da técnica era preciso estar presente duas condições: o *substratum* material e o método, aproximando-se bastante da visão cartesiana. Próximo ao fim do século XIX o direito administrativo passa a figurar com mais intensidade e começa a dar um contorno mais preciso àquilo que seria o objeto da gestão pública. Embora, segundo Ellul (1968, p.237), não se podia afirmar que neste momento já houvesse uma técnica administrativa:

Não há técnica alguma, de espécie alguma, pois não se pode chamar a famosa diplomacia secreta, de técnica. A política está entregue à fantasia

---

<sup>8</sup> Entre as primeiras estava a técnica do controle financeiro. Segundo Ellul (1968), “Foi o impulso do Estado que suscitou essa técnica; Felipe o Belo será o iniciador de certo numero de progressos: a contabilidade em partida dobrada, a dupla noção do orçamento (conta de gestão e previsão) a separação da Tesouraria dos serviços do Orçamento, a teoria do empréstimo. Tudo isso se constrói do XIV ao XVI século.

de um Ministro do Interior, de um embaixador, de uma Câmara de Deputados, de um ditador. Em toda parte, apenas o faro, a habilidade, os interesses, a rotina; há teorias políticas que não suscitam nenhuma aplicação prática verdadeira, mas apenas nas reproduções e circunstâncias com as quais é preciso acomodar-se. Em vão fala-se sempre do *Príncipe* de Maquiavel, na realidade, ate começos do século XX, ninguém tirou desse livro as conseqüências técnicas. (...) Será preciso esperar por Lênin para ter os primeiros elementos de uma técnica política; esta, alias, deve apoiar-se em outras técnicas de que Lênin não dispunha: técnica de conhecimento das massas e dos meios de agir sobre elas, técnicas de coordenação no tempo e no espaço, técnica da estratégia e técnica social em escala mundial etc., que apenas começam a ser elaboradas.

A característica mais importante do Estado até o começo do século XX foi a empiria, principalmente nas questões organizacionais. As técnicas que eventualmente existiam eram limitadas em seus objetivos e em seus meios, tratavam de situações muito precisas e não ultrapassavam o quadro dessa ação particular (Ellul, 1968, p.237).

O encontro entre a técnica e o Estado foi “o fenômeno mais importante do ponto de vista político, social e humano da história” (Ellul, 1968, p.239). O Estado passou a interessar-se pelo tema quando este começa a ganhar dimensões, “*de minimis nom curat praetor*”<sup>9</sup>. As técnicas dão condições às pessoas de transformarem seu mundo, “seu domínio de atividade de privado em público porque permitem atingir o grande público (...) e à medida que crescem vão em direção ao Estado” (Ellul, 1968, p.239) e o Estado passa, então, a deliberar através da técnica. Na mesma linha tem-se Mannheim (1962, p.122) que afirma que “(...) até mesmo o democrata mais radical admitirá hoje que num mundo em que o trabalho do governo exige um conhecimento técnico especializado cada vez maior, e no qual as questões mais importantes são resolvidas pelas comissões (técnicas) e não pelas deliberações das assembléias parlamentares, o controle não pode depender de aprovação geral (...)”. Transparece nas palavras de Mannheim certa independência da técnica sobre a democracia o que viria a preocupar pensadores da linha liberal como Hayek (1987, p.66), uma vez que tal independência permite desculpas para a ascensão de um tipo de planejamento perverso, monopolizador e que no rol de “entusiastas da planificação estão técnicos e especialistas” (1987, p.71).

---

<sup>9</sup> O magistrado não deve se preocupar com questões insignificantes. “Quando a técnica de organização e de pedagogia permite a criação da Universidade, o Estado é atraído por esse fenômeno muito mais imponente” Ellul (1968,p.239)

Com a inserção das técnicas de organização o planejamento público ganhou novo espaço e algumas áreas do desenvolvimento técnico atingiram um estágio que somente o Estado teria recursos para assumí-las. Dali em diante o que, para Hayek (1987, p.72), usa-se como desculpa para justificar a interferência estatal em muitos temas<sup>10</sup>. Entende Ellul (1968, p.243) que a evolução da técnica permitiu de modo inevitável a intervenção do Estado no universo econômico, mas não a defende, situação também criticada por Hayek, uma vez que favoreceu o surto de monopólios. Assim como Hayek, Ellul escreve sua obra após o final da Segunda Grande Guerra (1939-1945), ambos assustados com o crescimento das economias de planificação central e momento em que era muito forte a visão keynesiana<sup>11</sup> no ocidente. Para Ellul, o Estado-Nação interventor tentava ser uma resposta ao colapso da evolução econômica (Ellul, 1968, p.243)

Ora, o problema da adaptação da sociedade toda ao movimento econômico, em seus diversos ramos, não se pode resolver por si mesmo, nem pela liberdade. A economia, com sua imensa capacidade de produção de um lado, a intensidade de seu tráfego, a mobilização de toda a sociedade que implica e, de outro, as técnicas econômicas já mencionadas e ansiosas por aplicar-se, não é mais um círculo fechado, uma atividade entre outras, envolve toda a vida em sociedade e de todos os homens.

Ao analisar a relação entre a economia e as demais atividades do homem, Ellul (1968, p.243) defende que a relação entre eles não podia continuar empírica, que o problema de adaptação da sociedade à economia seria um problema técnico, como mostra Keynes (1996) ao longo da sua obra. Condição também defendida por Mannheim (1962): um problema que só teria solução dentro de certo ordenamento, com uma intervenção em toda a sociedade, consciente de seu objetivo e de seus métodos. Ellul (1968) chama a atenção para um fato importante na propulsão inicial da técnica, o ardor das pessoas que trabalham no universo privado, por interesse pessoal, dedicando-se ao seu objetivo fervorosamente. Esta situação raramente é

---

<sup>10</sup> “Dos vários argumentos empregados para demonstrar a inevitabilidade da planificação, o mais usado é aquele segundo o qual as transformações tecnológicas foram tornando impossível a concorrência em campos cada vez mais numerosos, só nos restando escolher entre o controle da produção por monopólios privados ou o controle pelo governo.” (Hayek, 1987, p.64)

<sup>11</sup>Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. (Skidelsky, 1996, p.34)

rivalizada por algum gestor público<sup>12</sup> que tem que primeiro identificar as necessidades coletivas e é na aplicação da técnica, para Ellul, que se percebe bem as diferenças enquanto o indivíduo considera o problema na sua individualidade e em função disso procura o método mais rentável, enquanto o Estado atua sobre duas coisas bem diferentes: a coletividade e uma multiplicidade de problemas simultâneos. Por isso é obrigado a esquematizar e muitas vezes tem dificuldade de descobrir a técnica adequada e por isso tem dificuldades em desenvolvê-la mesmo sabendo que “a técnica impõe suas estruturas e o progresso social, sejam quais forem as variáveis das equações que se devam formular” (Ellul 1968, p.250).

Segundo Weber (1999 p. 523), ao discutir o nascimento deste tipo de racionalização, o primeiro indício de uma política racional foi o mercantilismo que surgiu no século XIV. “*Mercantilismo* significa a transferência do empreendimento aquisitivo capitalista para a área política. Trata-se o Estado como se este se compusesse exclusivamente de empresários capitalistas,” Weber já apontava a relação biunívoca entre público e privado.

O domínio efetivo da racionalidade no Estado moderno viria do cotidiano das administrações. Weber (1999, p.531) entende que a modernização do Estado se deu com o progresso em direção ao funcionalismo burocrático “baseado em contrato, salário, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão de trabalho (grifo nosso), competências fixas, documentação e ordem hierárquica”. E de modo muito semelhante evoluiu a burocracia nas administrações municipais e quanto maior era o município mais rápido este processo se desenvolveu. Já Mannheim (1962) observa que o crescimento do Estado o levou à regulamentação tendo a técnica organizativa como pressuposto essencial e evoluiu à medida que se apropriava das ferramentas de gestão privadas capitalistas. Para Weber (1999, p. 530) o Estado moderno, do ponto de vista sociológico, era uma “empresa”, do mesmo modo que uma fábrica – fazendo aqui uma relação entre o universo público e o privado; em ambos o poder de disposição dos recursos encontra-se concentrado na mão do empresário quando empresa ou nas mãos do político quando governo. Os recursos estão igualmente dependentes de uma figura central e obedecem a

---

<sup>12</sup> “Somente em certos períodos limitados encontramos o mesmo entusiasmo: assim os legistas de Felipe o Belo, os prefeitos de Napoleão, o Fuhrer do regime nazista, os comissários do povo da URSS aparecem como únicos capazes de rivalizar em ardor e devotamento técnico com todos os trabalhadores livres que realizam o progresso técnico.” (Ellul, 1954, p.244).

uma burocracia ligada a funcionários públicos, políticos, prefeitos, governadores, etc. Conclusão que conta com o suporte de Hayek (1987, p.71). Conclue Weber (1999) que a socialização crescente – o que Ellul (1968) chama de plástica do meio social associada ao crescimento demográfico -, significava burocratização crescente, associada intimamente com o capitalismo moderno. Então como a empresa moderna funciona sobretudo, no cálculo, seu funcionamento racional necessitaria de uma administração cujo funcionamento pudesse ser racionalmente calculado por normas gerais fixas e seus resultados apresentados e conferidos, uma vez que esta forma moderna de empresa é extremamente sensível à irracionalidade do Direito que depende do “espírito humano” (Ellul, 1968, p.236), ou da administração (Weber, 1999, p.531). Portanto, esta idéia de fixidez de políticas administrativas associada a um modelo de Direito que propiciasse estabilidade, com regulamentos racionalmente concebidos, conecta-se intimamente ao desenvolvimento do capitalismo moderno e à lógica privada. Weber (1999, p.533) entendia que a participação de juristas profissionais com formação universitária foi fundamental na ascensão da empresa política, no sentido do desenvolvimento do Estado racional moderno. Os juristas faziam parte do corpo burocrático anteriormente aludido, indicando o desenvolvimento das competências do funcionalismo moderno, como um grupo de trabalhadores intelectuais qualificados, especializados em sua área de atuação. Da mesma forma, Weber (1999, p.536) condenava o modelo de administração estilo “diletante” amadora, como a que obrigou os Estados Unidos a fazerem a *Civil Service Reform*<sup>13</sup> de 1883. O desenvolvimento da racionalidade do Estado se baseou em razões puramente técnicas. Lembra Weber (1999, p.538) que o desenvolvimento da política,

(...) no sentido de uma “empresa” que exigia um treinamento para a luta pelo poder e nos métodos desta luta, tais como foram desenvolvidos pelo moderno sistema de partidos, condicionava a divisão dos funcionários públicos em duas categorias perceptivelmente, ainda que não rigorosamente, distintas: os funcionários especializados, por um lado, e, por outro, os “funcionários políticos”. Em regra, os funcionários “políticos”, no sentido próprio da palavra, distinguem-se externamente pelo fato de que a cada momento podem ser transferidos, demitidos ou “colocados à disposição.

---

<sup>13</sup> A administração diletante por políticos predatórios nos Estados Unidos conduzia à troca, conforme o resultado das eleições presidenciais, de centenas de milhares de funcionários públicos, até os carteiros, e desconhecia o funcionário profissional vitalício, não importando seu valor. (WEBER, 1999 p.536). Foi preciso uma reforma na administração civil em 1883 para corrigir esta situação.

Embora Weber não diga explicitamente no texto acima, parece óbvio que os funcionários técnicos são, para ele, mais difíceis de serem substituídos e sofrem menos com os abalos da política, uma vez que formam o grupo tecnocrático do aparato.

Para Weber (1999, p.539), ao analisar o regime do Reich alemão, “O funcionário autêntico, de acordo com as regras de sua profissão, não deve fazer política, mas, “administrar”, e isto, sobretudo, de modo imparcial”. O que significa domínio do saber técnico para decisões mais racionais, bem dentro da lógica tecnocrática, que causava preocupações em Mannheim e Hayek. Abordando esta problemática Mannheim (1962, p. 370), preocupado com as desigualdades criadas das sociedades *laissez-faire*, insistia que “a necessidade de impedir que a política prejudique o planejamento é um dos fatores que, com o tempo, levam à igualdade de oportunidades numa sociedade planificada”.

Esta preocupação permeia a sua obra e neste pensamento assentou-se muito do modelo tecnocrático. É preciso compreender como o processo de planificação chegou ao Brasil, como este desenvolveu a tecnoestrutura e como o Paraná foi inserido nele e de que forma este novo racional atingiu o pensamento relativo ao planejamento urbano de Curitiba.

### 3.1 O PLANEJAMENTO NO BRASIL

As décadas de 1930 a 1960 foram riquíssimas no desenvolvimento do pensamento público organizacional brasileiro, (Ianni, 1965, p33) período em que o Brasil começa a se propor a organizar mais racionalmente a estrutura da administração pública e econômica. Entre as razões que conduziram o Brasil a repensar seu modelo de planejamento público, está a questão urbana. Esta tem seu prefácio na crise de 1929 que impulsiona um enorme contingente de pessoas em direção às cidades, à busca por uma industrialização mais moderna e competitiva uma vez que não se podia mais contentar-se com a exportação de produtos primários (Werner,1995 p.62). De acordo com Ianni (Ianni, 1965, p.34) a crise foi resultado da depressão econômica e evidenciou os pontos fracos da nossa economia:

(...) nos anos de 1930-45, o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso, promulgou leis e decretos. E incentivou a realização de debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros. As medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro.

Tentando organizar a estrutura administrativa brasileira - e que iria influenciar diretamente a organização dos Estados e Municípios - o Governo Federal incentivou a sistematização de informações, a realização de debates, a análise de problemas com a tomada de decisões e a própria execução de medidas de política econômica. O quadro abaixo resume a extensa lista de fatos e medidas:

Quadro 3– Lista de órgãos e atividades implantada pelo Governo Federal entre 1930 e 1945.

ANO	Atividade/Medida
1930	Ministério do Trabalho
	Ministério da Indústria e Comércio
1931	Conselho Nacional do Café
	Instituto do Cacau da Bahia
1932	Ministério da Educação e Saúde Pública
1933	Departamento Nacional do Café
	Instituto do Açúcar e do Alcool
1934	Conselho Federal do Comércio Exterior
	Instituto Nacional de Estatística
	Código de Minas
	Código de Águas
	Plano Geral de Viação Nacional
	Instituto de Biologia Animal
1937	Conselho Brasileiro de Geografia
	Conselho Técnico de Economia e Finanças
1938	Conselho Nacional do Petróleo
	Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP
	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
	Instituto Nacional do Mate
1939	Plano de Obras Públicas
	Aparelhamento de Defesa
1940	Comissão de Defesa da Economia Nacional
	Instituto Nacional do Sal
1941	Companhia Siderúrgica Nacional
	Instituto Nacional do Pinho
1942	Missão Cooke
	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
1943	Fábrica Nacional de Motores

	Coordenação da Mobilização Econômica
	Companhia Nacional de Alcalis
	Fundação Brasil Central
	Usina Siderúrgica de Volta Redonda
	Consolidação das Leis do Trabalho
	Serviço Social da Indústria (SESI)
	Plano de Obras e Equipamentos
	I Congresso Brasileiro de Economia
1944	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial -CNPIC
	Serviço de Expansão do Trigo.
1945	Conferencia de Teresópolis
	Superintendência da Moeda e Crédito - SUMOC,
	Decreto- Lei N." 7.666, sobre atos contrários à ordem moral econômica <sup>14</sup>
	Conferência das Classes Produtoras do Brasil.

Fonte: Adaptado de Ianni, 1996, p.35

Da lista acima, Roberto Simonsen, proeminente economista da época, afirma que o Conselho Federal de Comércio Exterior foi o de maior atuação prática, que pela própria importância do comércio exterior brasileiro acabou assumindo a função de organizador da economia e uma década depois o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC, incorporando uma visão muito próxima de Simonsen - dedicou-se à elaboração de estudos objetivando uma proposta de “planificação nacional” (IPEA, 1978, p.12 e 13).

O Brasil, prejudicado na Segunda Grande Guerra Mundial no seu comércio exterior, não sabendo usufruir das novas oportunidades que o momento histórico criou para o país e por forças de circunstâncias sobre as quais muitas vezes não teve domínio, viu-se obrigado a buscar novas respostas aos desafios no cenário nacional e internacional que se colocavam à frente, mas, desta vez, de maneira mais decisiva. Para Ianni (1996, p.54), o início deste processo de reestruturação administrativa de forma incisiva se deu nos meados da Segunda Guerra Mundial, momento em que a planificação passou a figurar no cenário político brasileiro

---

<sup>14</sup> Decreto Lei n." 7 666, de 22 de junho de 1945, revogado logo após a deposição de Getúlio Vargas, no mesmo ano. Para compreendermos melhor o contexto em que a referida lei foi promulgada e revogada, vejamos o que escreveu um membro da Missão Cooke, alguns anos antes: "Entre as duas guerras, o Brasil foi considerado por vários cartéis internacionais como uma zona de mercados que essas empresas dividiam entre si. (...) Num país onde as grandes empresas, geralmente estrangeiras, se esforçam para dominar o mercado, beneficiando firmas entregar alienígenas a expensas dos pequenos comerciantes e consumidores nacionais, a preocupação com o problema do monopólio na indústria é corolário lógico ao crescimento da consciência nacional". Corwin E. Edwards, *apud* Ianni, 1965, p.73

enquanto técnica “mais racional” de organização dos elementos básicos do planejamento: organização das informações, capacidade analítica, acompanhamento de projetos, controle e execução de políticas públicas. Não que antes deste período não houvesse tentativas de planificação. Segundo Ianni (1996, p.55) já no início do século XX o Poder Público adota diretrizes mais elaboradas e, sob o ponto de vista técnico, mais rigorosas, para enfrentar uma série de novos desafios que a sociedade da época passava a conviver, inclusive a maior participação política<sup>15</sup>.

O Presidente da República, no início da década de 1930, Getúlio Vargas, propõe uma reforma administrativa. Mas, uma “série de fatores de ordem política entre os quais cabe mencionar a persistência da política de clientela<sup>16</sup> diluiu o impacto dessa reforma” (Mindlin, 1970, p.38). Já para Werneck (1977, p.70) a interferência do Estado, da forma que ocorreu, “(...) derivou da necessidade do processo (de industrialização dos países ocidentais) que estava em andamento”. Para o autor, o Estado não o desencadeou, mas foi obrigado a acompanhá-lo e, no Brasil, a conduzi-lo.

No âmbito regional, Melo (2009), ao discutir a questão ruralista e municipalista, considera a criação de uma série de órgãos por Getúlio Vargas na década de 1930 o início da modernização do país:

O agrarismo modernizador formou também parte importante do projeto de modernização administrativa implantado na era Vargas. A criação de órgãos essenciais à estratégia de modernização do país, como o Instituto Nacional de Estatística, INE (1934), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (1938), e o Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP<sup>17</sup> (1938), foi fortemente influenciada pelo ideário ruralista e municipalista. (...), foi exatamente nesses órgãos que se gestou a elite burocrática que formulou o municipalismo pragmático da década de 40. Vale enfatizar, por exemplo, que o IBGE- que foi uma instituição central nesse movimento - foi criado como órgão de administração colegiada, em cuja direção os estados,

---

<sup>15</sup> Segundo Mindlin (1970, p.34) “a ampliação da participação política provocou um dilema que não se resolvia no contexto das premissas existentes e a solução aventada para enfrentar esse dilema foi o planejamento: a decisão de planejar, portanto, resultou da percepção da dinâmica do sistema político”.

<sup>16</sup> Segundo Wahrlich, (*apud* Mindlin, 1970 p.39) aproximadamente 83% a 90% dos funcionários públicos até meados de 1950 eram concursados, os demais indicados, isso mostra que nem com a criação do DASP o clientelismo enfraqueceu.

<sup>17</sup> O Departamento Administrativo do Serviço Público foi criado pelo Decreto-Lei n.º 579, de 30/07/1938, diretamente subordinado ao Presidente da República e, segundo VIANA (1953) espelhou-se no Bureau of the Budget e à Civil Service Commission dos Estados Unidos da América - órgãos também integrados no Executive Office of the President (1953, p.9)

os municípios e a União tinham paridade de representação, numa clara estratégia de construir a nação a partir do município

Com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP - o Governo Federal objetivou estimular, desenvolver e coordenar esforços pretendendo racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da Administração Geral. Um dos maiores estudiosos sobre o DASP, Viana (1953), entendia o órgão como uma instituição essencialmente técnica, voltada à investigação e à orientação dos problemas da administração pública brasileira (p.9). O DASP representou o primeiro organismo “integralmente dedicado aos ideais de produtividade e racionalização administrativa” (Viana, 1953, p.10). Na prática, ele tinha sido até o final da década de 50 a maior experiência brasileira da reação contra a inércia burocrática.

O DASP tinha por objetivo racionalizar o trabalho e a organização do setor público e dividia seus projetos da seguinte forma:

*I - No Setor de Organização:*

a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização do serviço público, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) colaborar, quando solicitado, no estudo e aperfeiçoamento dos serviços públicos estaduais e municipais, bem como das entidades paraestatais

*II - No Setor de Orçamento:*

a) organizar, anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária, a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;

b) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade de suas instruções, a execução orçamentária;

*III - No Setor de Administração de Pessoal:*

a) estudar e propor sistemas de classificação e remuneração de funções e cargos públicos;

b) orientar a administração do pessoal civil da União;

c) selecionar candidatos a cargos e funções do serviço civil federal, excetuando os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os do magistério e da magistratura;

d) promover treinamento, adaptação, readaptação e aperfeiçoamento dos servidores civis da União;

e) preparar, quando conveniente, candidatos a funções e cargos públicos;

*IV - No Setor de Edifícios Públicos:*

a) orientar a construção, remodelação ou adaptação dos edifícios públicos e respectivos equipamentos;

b) examinar projetos e orçamentos referentes à construção, remodelação ou adaptação dos edifícios públicos utilizados pelos serviços civis;

c) sugerir medidas destinadas à instalação das repartições em prédios adequados às suas finalidades, tendo em vista a economia e as conveniências do serviço e do público;

d) opinar sobre planos de obras relativas a edifícios públicos e aos respectivos equipamentos (Viana, 1953, p.13)

É possível ver que era grande a obra de racionalização de processos que o DASP tinha que efetuar. Elaborar orçamentos, realizar concursos, implantar normas e métodos eficientes de trabalho, reprimir abusos, coibir desperdícios, fiscalizar a atuação funcional do elemento humano nas engrenagens governamentais, propor penalidades, sugerir reformas, lutar contra velhas rotinas cristalizadas - tudo isso, segundo Viana (1953 p.13), se traduzia, na prática, em providências por vezes contrárias às mentalidades consolidadas, em que predominam hábitos ou interesses retrógrados. Era uma luta contra a força da tradição ruralista também observada por Mayer (1981) ao analisar a industrialização inglesa e alemã na virada para o século XX, movimento que chegaria ao Brasil com 40 anos de atraso (Suzigan, 1986, p.117).

É nesta cadência da modernização do Estado que durante a campanha presidencial de 1945, no caminho da redemocratização<sup>18</sup>, o municipalismo ocupou “lugar de destaque na agenda pública, levando ao surgimento da Campanha Municipalista e à criação da Associação Brasileira de Municípios (ABM)” (Melo,1993). Com a nova Constituição, de acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM<sup>19</sup>, o Município ganhou raízes mais profundas, seus prefeitos e vereadores seriam eleitos e as intervenções municipais só poderiam ocorrer sob condições muito específicas<sup>20</sup>, e não livremente como até então. Era o início da transformação da visão do Estado sobre o município, um novo federalismo que ampliava a intensidade das relações entre as três esferas de governo.

Este preâmbulo de reforma administrativa não foi o suficiente para modificar as estruturas arcaicas. Entre os fatores que conduziu o Brasil a repensar a estrutura organizativa do Estado brasileiro estão as missões estrangeiras de cunho econômico que visitavam o país e que encontraram dificuldades em desenvolver seus trabalhos

---

<sup>18</sup> Entre 1937 e 1945 o Brasil viveu sob o domínio da ditadura varguista que ficou conhecida como Estado Novo.

<sup>19</sup> Ver <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=13&infoid=237> acesso em: 01/01/2010.

<sup>20</sup> O artigo 23 da nova Constituição de 1946 rezava que:

Os Estados não intervirão nos Municípios, senão para lhes regularizar as finanças, quando:

I - se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;

II - deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada.

por falta de levantamentos básicos da situação nacional, ausência de estatísticas, de órgão planejadores, etc. Isso criava problemas que dificultavam as conversas bilaterais com outros países, uma vez que não havia dados precisos sobre a economia que pudessem ser mostrados, indicando claramente uma lacuna nos estudos brasileiros sobre o país. Missões como as chefiadas por Edwin Montagu, em 1923, e Otto Niemeyer, em 1931, inauguraram as discussões sobre as informações produzidas pelo governo brasileiro (Ianni, 1996, p. 55). A grande marca da necessidade do Estado brasileiro em se organizar vem com o *Estado Novo*, a Constituição de 1937 em relação a isso:

Art. 135 - Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.

A análise do artigo acima exposto mostra que o Estado brasileiro preparava-se para novas responsabilidades e que este teria que impor-se sobre eventuais conflitos no domínio econômico, mas isso não aconteceu de pronto. Não é de se esperar que um país pouco acostumado ao planejamento o fizesse de imediato (Ianni, 1996, p56).

Esta participação mais ampla e sistemática na economia do país, mencionada por Ianni (1996), indicava que o Estado *poderia atuar na gestão direta (imediata)*. Entretanto, isso só se obteria mudando a racionalidade<sup>21</sup> existente sobre o modelo de planejamento que perdurava até o momento. Nesta mesma Constituição, mostrando que as coisas iriam acontecer a seu tempo, o governo criaria o Conselho da Economia Nacional:

Art . 60 - O Conselho da Economia Nacional organizará os seus Conselhos Técnicos permanentes, podendo, ainda, contratar o auxílio de especialistas para o estudo de determinadas questões sujeitas a seu parecer ou

---

<sup>21</sup> Ver o relatório “D.A.S.P – Uma Instituição a Serviço do Brasil”, de 1953, coordenado por Arízio de Viana, para que possa entender a fundo o quanto a questão da racionalização da gestão pública incomodava os gestores públicos brasileiros. Coleção “Estudos Especiais” – vol. 1 Presidência da República, DASP.

inquéritos recomendados pelo Governo ou necessários ao preparo de projetos de sua iniciativa.

Art. 61 - São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

- a) promover a organização corporativa da economia nacional;
- b) estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos;
- c) editar normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias;
- d) emitir parecer sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional;
- e) organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquérito sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional;
- f) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do País tenham por objeto:
  - I - racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria;
  - II - estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho;
- g) emitir parecer sobre todas as questões relativas à organização e reconhecimento de sindicatos ou associações profissionais;
- h) propor ao Governo a criação de corporação de categoria.

A alínea “e” do artigo 61 mostra a preocupação do então governo de Getúlio Vargas e mudar o perfil do planejamento no Brasil, coisa que logo depois ganharia reforço com a criação do DASP, conforme já indicado.

Para legitimar sua atuação o Conselho da Economia Nacional tinha a seguinte composição de acordo com o artigo 57 da Constituição Federal de 1935:

Art. 57 - O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos vários ramos da produção nacional designados, dentre pessoas qualificadas pela sua competência especial, pelas associações profissionais ou sindicatos reconhecidos em lei garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.

Parágrafo único - O Conselho da Economia Nacional se dividirá em cinco Seções:

- a) Seção da Indústria e do Artesanato;
- b) Seção de Agricultura;
- c) Seção do Comércio;
- d) Seção dos Transportes;
- e) Seção do Crédito.

O artigo acima indica as carências básicas do governo na área de planejamento econômico à época, sendo que as rubricas aí encontradas também figurariam nos primeiros relatórios da Comissão de Coordenação do Plano de

Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná - PLADEP<sup>22</sup> (1955) e da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná - CODEPAR<sup>23</sup> (1962) no Paraná <sup>24</sup> no final da década de 50 e no início da década de 60, que será tratado mais à frente, o que parece confirmar que o Paraná se espelhou na reorganização da estrutura administrativa federal. A análise do artigo acima indica que o Estado investia-se de novas atividades e que precisaria se estruturar a partir de estudos científicos que pudessem respaldar as tomadas de decisões, como bem mostra o artigo 61 da Constituição de 1937.

Preocupado com o crescimento populacional das cidades brasileiras e percebendo que a única saída para a evasão do campo seria a geração de empregos na indústria, Vargas profere o seguinte discurso no dia 12 de novembro de 1940, cujo teor já mostrava sua preocupação com o adensamento urbano:

O crescimento das nossas cidades tem-se intensificado à medida que se desenvolvem nossas indústrias. Essa evolução encerra, de par com os benefícios, perigos contra os quais devemos nos acautelar em tempo, restando o urbanismo excessivo, que despovoou os campos e enfraquece a agricultura. Os novos estabelecimentos industriais deverão localizar-se, tanto quanto possível, nas proximidades das fontes produtoras de matérias primas, em vez de procurar os grandes centros urbanos. Precisamos considerar que, em países como o nosso, a prosperidade da indústria depende, diretamente, do rendimento das atividades rurais. Cuidando das nossas cidades, trabalhando para melhorá-las, modernizando-as e embelezando-as, não esqueçamos o campo, a terra que a todos alimenta. (Albuquerque, 1986, p. 596)

Nesta mesma época a sociedade passou a demandar maior presença do Estado nas questões urbanas já que a classe média brasileira começava a crescer com a obrigatória industrialização<sup>25</sup>, gerando um proletariado maior, uma burguesia industrial (Ianni,1996, p.58) e começando a atrair grande número de pessoas às

---

<sup>22</sup> A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento do Paraná. A Pladep foi uma comissão criada no governo de Adolpho de Oliveira Franco, em 1955, para estudar tecnicamente as carências do Estado e propor projetos de desenvolvimento.

<sup>23</sup> A Companhia Paranaense de Desenvolvimento - Codepar foi criada em 1963 e acabou incorporando a Pladep e mais tarde se transformaria no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP.

<sup>24</sup> Ver o relatório de Governo PARANA 1961-1965

<sup>25</sup> Com a Segunda Guerra mundial a produção industrial brasileira cresceu a uma taxa média de 5,4%. Os produtos que puxaram o crescimento industrial foram pela ordem: produtos de metal (9,1%), têxteis (6,2%), calçados (7,8%), produtos cujas importações foram drasticamente restringidas com a guerra (Werner 54). Além destes fatores diretamente ligados à industrialização, as exportações brasileiras de uma série de produtos foram afetadas: café, cacau, madeira, laranja, banana porque os mercados compradores estavam isolados com a guerra, isso fez aumentar os estoques nacionais e conseqüentemente baixar os preços. A guerra também fez rarear produtos industrializados importados como máquinas e equipamentos (Ianni,1996 p.58 e 9).

idades. A reorganização da estrutura de planejamento era imperativa e isso deveria acontecer sobre bases mais racionais, mesmo porque a Segunda Guerra Mundial também criara no Brasil uma “estrutura de guerra” para que o país pudesse fazer frente à crise mundial. Segundo Ianni (1996, p.59) foi neste contexto que foi criada a *Coordenação da Mobilização Econômica*, em 1942, uma espécie de superministério<sup>26</sup>. Lentamente, mas, de forma firme, nascia no Brasil uma espécie de “tecnoestrutura estatal” (Ianni, 1996, p.16). Havia o claro sentido que o fim da Segunda Guerra Mundial impor uma nova ordem mundial e era preciso começar a debater a estrutura que o país precisava ter se desejasse figurar como ator neste processo, ainda que retardatário. Foi com base neste contexto que ocorreu o I Congresso Brasileiro de Economia - em 1943<sup>27</sup>, cuja principal preocupação era o reposicionamento da economia brasileira do pós-guerra. Este congresso foi fortemente influenciado por uma missão técnica americana que viera ao Brasil no ano anterior orientar o governo para receber uma indústria siderúrgica e uma fábrica de motores de avião (Oliveira, 2003, p.51). Esta missão ficou conhecida como a Missão Cooke e sua importância foi fulcral em todo o processo que se seguiu, como veremos nos subtópicos a seguir.

### 3.1.1. A Missão Cooke e o I Congresso Brasileiro de Economia.

Em março de 1942 o governo brasileiro aceitou a oferta norte-americana do envio de uma missão composta por técnicos das mais diversas áreas para estudar e sugerir medidas cujo objetivo, segundo relatório da própria missão, seria reduzir a dependência da indústria brasileira de matérias-primas importadas e melhorar o sistema de transportes, bem como proporcionar ao Brasil a base de um crescimento industrial a longo prazo. A missão foi chefiada por Morris Llewellyn Cooke e ficou conhecida como Missão Cooke. Cooke era um dos técnicos de maior envergadura que o governo americano dispunha (Oliveira, 2003, p.15), tinha mestrado e doutorado em engenharia, foi diretor de serviços públicos e engenheiro consultor de

---

<sup>26</sup> Nas palavras de Ianni (1996, p.59). “Por seu intermédio, o governo coordenava assuntos econômicos, financeiros, tecnológicos e organizatórios da economia nacional”. Esta coordenação em função da guerra absorveu grande parte das atribuições do Conselho Federal de Comércio Exterior.

<sup>27</sup> Foi neste clima que se realizou pela primeira vez o Congresso Brasileiro de Economia em 1943, cuja presidência de honra coube a Getúlio Vargas, que discutiria temas vitais à burguesia industrial brasileira (Corsi, 2005).

gerenciamento entre outras atividades no governo norte-americano (Oliveira, 2003,p.65) . Do lado brasileiro, segundo Vidal (1999, p.215), participaram da Missão por indicação do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, “dois dos mais brilhantes jovens do Itamaraty para funcionarem como conselheiros de Cooke, Vasco Leitão da Cunha e José Jobim. Somaram-se depois a essas destacadas figuras públicas brasileiras, nomeadas por Vargas, para integrar o Programa de Mobilização Econômica do Brasil, Valentim Bouças, Edmundo Macedo Soares e Silva e Napoleão Alencastro Guimarães”.

Há muitas controvérsias<sup>28</sup> sobre a visita da Missão Cooke ao Brasil, entretanto, a maioria concorda sobre sua enorme influência nos fatos que ocorreram depois, principalmente no planejamento público brasileiro. A imagem de que o Brasil era uma nação sem recursos no setor de planejamento era tão forte para os americanos, que no período da Segunda Guerra Mundial dezenas de pequenas missões vieram ao país para organizá-lo, segundo Vidal (1999, p.232):

A multiplicidade dos programas que afetava os interesses brasileiros e de agências americanas operando no Brasil era difícil de correlacionar ou controlar. No final de 1942, havia cerca de cinquenta "carteiras" de diversos órgãos de Washington diligentemente duplicando o trabalho umas das outras e enviando aos magotes tantos representantes ao Brasil que os brasileiros os apelidaram de "pára-quevistas" e, enervados, começaram a fazer piadas sobre a invasão de tanta coisa e distribuidores condescendentes de tanto saber: *os norte-americanos pareciam achar que os brasileiros não conseguiam fazer nada sozinhos (...)* (grifo nosso).

A grande influência da Missão Cooke se fez sentir no I Congresso Brasileiro de Economia. Segundo Corsi (2005, p.100), “as propostas por ela (Missão Cooke) elaboradas tiveram importante repercussão no período, servindo de referência para o I Congresso de Economia (...) e foram de orientação industrializantes”. Este Congresso foi o propulsor para a inserção de uma nova racionalidade do processo de planejamento público no Brasil. Ele contou com oito comissões temáticas: produção agrícola e industrial; circulação e transportes; moedas e bancos; investimentos; finanças públicas; planos internacionais e de caráter social; pesquisa e estudos econômicos e atividades econômicas do Estado. O centro das discussões,

---

<sup>28</sup> Em seu livro “Missão Cooke – Estado Novo e a implantação da CSN” Irene Rodrigues de Oliveira, coloca um outro olhar, dizendo que a missão Cooke “tinha por objetivo investigar a indústria brasileira (...) ditar normas e regras para a implantação da futura Companhia Siderúrgica Nacional-CSN e investigar a capacidade de endividamento do Brasil.” (OLIVEIRA, 2003,p.15)

como já indicado, era a industrialização no Brasil. De acordo com Corsi (2005, p.104) “A implementação de uma política econômica industrializante tornava-se corolário dessa visão, pois se tratava de acelerar a transformação do Brasil em um país eminentemente urbano e industrial”. Cooke (1944) faz em seu livro uma radiografia da questão econômica, industrial e urbana brasileira da época. No terceiro capítulo “*The economic settings*” já indicava a extrema fragilidade da nossa economia, qualificando-a como “(...) *among the world’s least self-sustaining*<sup>29</sup>”. Essa frase faria eco no I Congresso Brasileiro de Economia, em 1943. Para Cooke (1944, p.34), sob o ponto de vista econômico, o Brasil não era comparável a um continente, mas a um arquipélago, como pontos de produção econômica isolados e desunidos. Entendia Cooke (1944, p.35) que a industrialização e a urbanização da população brasileira, tornavam-se mandatórias.

Em muitos aspectos Cooke conclui que era a longa tradição do Brasil como um Estado agricultor que precisaria ser rompida diante dos novos desafios. Na questão urbana é curioso ver a apologia de Cooke a Volta Redonda que significava, para ele, o símbolo da liberação brasileira pela via da industrialização:

Volta Redonda, synonym not merely for the steel but for steel-production goods, is the sign and symbol of Brazil’s new will to economic independence – pivot of her bold industrialization program and fulcrum upon which her Government proposes to raise the standard of living of all her people so that they will no longer be reckoned as poor, back-country cousins in the world-wide family of civilized nations. (1944,p.54 ).

Pela leitura da citação observa-se que Volta Redonda era o modelo de cidade que *precisávamos* para sair da pobreza. Entretanto, este novo processo de reconstrução social brasileiro corria sérios riscos. Na análise do chefe da missão americana a subnutrição, as doenças<sup>30</sup> e a baixa escolaridade<sup>31</sup> eram a espada de Damocles sobre o desenvolvimento brasileiro. Sofria-se, segundo Cooke (1944, p.63) de “*unscientific management*,” mas ele reconhecia também que o nosso atraso

<sup>29</sup> “Entre as que são menos auto-sustentáveis no mundo” – tradução livre do autor.

<sup>30</sup> Segundo John Holland Lewis, gerente da empresa americana Drilling and Exploration Company estabelecida em Salvador, 90% dos homens que procuram emprego ou estão subnutridos ou com parasitoses ou algum tipo de doenças venéreas embora a cidade faça um bom trabalho sanitário. (Cooke, 1944, p.67)

<sup>31</sup> De acordo com Cooke (1944, p.75) “ the Brazilian government is cognizant of conditions and is taking energetic steps to improve basic industrial workers`background by inauguration of apprentice systems and improvement of educational facilities and scope. The malnutrition problem will be rendered less acute by industry itself”.

industrial se dava por razões históricas e porque a Europa e os Estados Unidos impediam, via uma série de barreiras, o acesso à tecnologia de ponta.

O Brasil iniciou a década de 1930 e entrou na de 1940, procurando um novo modelo para seu planejamento e o relatório produzido pela missão causou realmente grande impacto e daí impulsionou uma nova racionalidade no planejamento público brasileiro (Corsi, 2005, p.104).

Para a política desenvolvimentista do período o centro das preocupações daí em diante seria com a industrialização. Essa era a forma de justificar ideologicamente a política adotada. Imaginava-se que a industrialização melhoraria as condições da vida urbana, cuja população crescia e disponibilizaria mais e melhores empregos, daria um ganho de produtividade e energizaria o desenvolvimento. Nas palavras de Simonsen (I Congresso Brasileiro de Economia, 1946: v.3: 871):

“A insuficiência de capitais nacionais, aliado a essa falta de uma política industrial, retardam o surto das indústrias de base, de que tão imperativamente necessitamos. [...] Nos países onde o rendimento nacional é baixo, deve constituir finalidade perspicua dos governos o fomento da produção. Naqueles em que a produção já é elevada, os esforços devem convergir, visando melhorar a distribuição e proteger o consumidor. [...] No Brasil uma das maiores preocupações governamentais deveria consistir na fixação de uma grande política industrial.”

As propostas técnicas da Missão Cooke foram amplamente utilizadas quando da criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944, nas teorias de planificação da economia e algumas das noções fulcrais da missão foram absorvidas e desenvolvidas posteriormente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, como as de substituição das importações (Oliveira, 2003, p. 82).

Foi neste clima que aconteceu o I Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, efetivamente marcante, segundo as sínteses das principais propostas finais do Congresso (Corsi, 2005 p.106).

As coincidências do relatório final com os temas levantados no livro de Cooke sobre a sua missão no Brasil são impressionantes. Por isso esta missão ganha dimensão de importância central para o desenvolvimento do pensamento do planejamento público brasileiro, para muitos suas conclusões foram tidas como irrefutáveis (IPEA, 1978, p.10)

Ianni (1996) defende a idéia que o I Congresso Brasileiro de Economia foi fulcral na criação do novo modelo de planejamento por parte do governo, uma vez que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências de capital, *know-how*, tecnologia, capacidade de organização, entre outros. Este modelo necessitava, também, de um “novo conjunto de técnicas de coleta de dados, sistematização, análise e decisão sobre os problemas da política econômica e administração” (Ianni, 1996, p.65). Aqui, de acordo com Marcondes Filho (*apud* Ianni, 1965, p.48), nascia a figura do Assessor *Técnico* que trabalharia tanto no governo quanto nas instituições privadas e que iria valer-se do planejamento técnico-científico.

Na Conferência das Classes Produtoras do Brasil, ocorrida em 1945, a sociedade civil representada por economistas, empresários e técnicos “reconhece no planejamento uma técnica de aceleração do desenvolvimento econômico” (Ianni, 1996, p.68). Esta conferência editou um documento que ficou famoso pelo nome de “Carta Econômica de Teresópolis”. Economistas reconhecidos, à época, como Roberto Simonsen, criticavam a debilidade do nosso planejamento em função da fraqueza e instabilidade econômica do Brasil (Ianni, 1996, p.69).

Cumprir lembrar que quando Vargas retornou pelo voto ao poder, em 1950, ele iria alterar todas as estruturas econômicas e de planejamento que norteavam os governos brasileiros até então, inclusive o seu longo anterior governo de 15 anos. Vargas centraria sua preocupação na necessidade de um órgão que cuidasse do desenvolvimento econômico nacional em bases científicas (Duque, 1972, p.27).

A urbanização acelerada, o desenvolvimento industrial, o crescimento do setor terciário colocaram em foco os limites do que se conhecia como planejamento no Brasil. Acabava-se o empirismo excessivo e começava uma nova etapa, fortemente influenciada pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL.

### 3.1.1.1 A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1948, exprime nitidamente as novas diretrizes da política econômica do período. Especialmente, em sua fase inicial, esse órgão objetivava tornar os governantes

latino-americanos mais alertas em relação às possibilidades de controle e estímulo a processos econômicos básicos (Ianni 1965, p.4). A CEPAL nasceu para ser o local das discussões sobre a industrialização da América Latina. Terminado o conflito mundial a antiga ordem econômica se reorganizava e colocava pressão sobre os países subdesenvolvidos, que haviam aberto mercados aos quais sem a guerra não teriam tido acesso (Cardoso, 1993, p.14). Foi diante deste cenário que se tentou firmar a luta pela industrialização da América Latina, sendo que a CEPAL foi o grande fórum deste debate.

Para conseguir isso, os textos cepalinos propunham, sobretudo, uma ação coordenada pelo Estado, com apelo ao capital estrangeiro para a rápida industrialização (Cardoso, 1993, p.16). Os cepalinos imaginavam obter resultados equivalentes aos dos países centrais. Nas palavras de Cardoso (1993, p.16):

Tratava-se de obter na periferia resultados equivalentes aos que se obtiveram nos países centrais, alterando-se a posição relativa das economias periféricas no comércio internacional, **urbanizando-se a região** (como consequência da alteração da divisão social do trabalho entre campo e cidade), industrializando-se a economia e tecnificando-se a produção agrário-mineradora.(grifo nosso).

No final da década de 1950 e principalmente no início da de 1960, com o presidente americano John Kennedy (1961-1963), os rumos da diplomacia dos Estados Unidos e de outros países centrais alterariam a pressão sobre os países subdesenvolvidos, a princípio, para a mesma direção que aqueles olhavam. Segundo Cardoso (1993, p.21), “o imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser mola propulsora de *um certo tipo* de desenvolvimento industrial”. Foi em busca desse mesmo desenvolvimento que o Paraná traçou suas estratégias econômicas após 1960 e que afetariam Curitiba.

### 3.1.3 O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e a Associação Brasileira de Municípios – ABM

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM - (1952) tem sua genealogia no discurso e na prática municipalista do Estado Novo, nos desdobramentos institucionais do movimento municipalista durante o período de redemocratização do país. É destes movimentos que surge a Associação Brasileira

de Municípios – ABM (1946) e, posteriormente, o IBAM. Mais tarde se dá a conversão deste em instrumento racionalizador da moderna gestão urbana no país (Melo, 1993). A visão municipalista da década de 1930, de acordo com Melo (1993), tinha suas raízes já no final do Segundo Reinado (1840-1889), materializada pela bandeira “libertação do município”. Melo (1993), ao citar Carneiro Maia, lembra que os ideais republicanos assinalavam que “quando se visa um plano sensato de reforma social, é preciso construir de baixo para cima<sup>32</sup>”. Dentro da discussão entre o Brasil agrário e o Brasil urbano, nasceu uma fatia essencial do projeto de modernização do país com a criação do INE (1934), do IBGE (1938), e do DASP (1938) conforme apontado anteriormente.

A ideologia modernizante, principalmente durante o Estado Novo, elevou o municipalismo à condição de princípio programático do governo. Esta situação foi tão marcante que o Ministro da Agricultura Juarez Távora, (1932-1934), propôs na Constituinte de 1934 a reorganização do Brasil numa Federação Municipalista (Melo, 1993). A discussão sobre a autonomia municipal tinha um dos seus pés fincados na Constituição de 1891, de tendência descentralizadora, que em seu artigo 68 pregava que:

Art. 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

Já na Constituição de 1937, a adoção do pensamento municipalista figurava como um quase inexplicável paradoxo, de acordo com Melo (1993):

A autonomia do município em matéria financeira, (Na constituição de 1937), por exemplo, foi restringida, como também foi proibido o endividamento externo municipal. Por outro lado, a Constituição elege o município "como órgão constituinte dos poderes". (...). Nessa concepção, o município - matriz básica da sociedade política - está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central. Sem mediações - de instâncias territoriais ou político-partidárias - que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os

---

<sup>32</sup> Durante o Estado Novo havia um forte debate entre o agrarismo e o municipalismo, e as correntes se digladiavam. Autores como Alberto Torres, que escreveu o livro *Organização Nacional*, defendia o país como uma nação de vocação agrária, para esta linha de pensamento a industrialização representava um processo artificial. “O debate corrente na década de 30, em que se alinhavam os críticos das “indústrias artificiais”, por um lado e os ideólogos da industrialização, por outro, é marcado fortemente, como se sabe, pelo tema do agrarismo introduzido por Torres e Vianna (...) Numa perspectiva **ex post** pode-se afirmar que o ciclo da Revolução de 30 está associado simultaneamente ao ideário anti-urbano e à construção da identidade urbana do país”. (Melo, 1993)

dois níveis está assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois pólos.

Terminado o Estado Novo, na Constituinte de 1946 o municipalismo ressurgiu com mais força e mesmo com a nova Constituição o agrarismo<sup>33</sup> ainda marcava forte presença que pode ser encontrada até no discurso de instalação da ABM, que indicava que o maior mal que afligia o Brasil era a “criação de uma indústria artificial, em sua quase generalidade” (Xavier, 1946, *apud* Melo, 1993). De acordo com Melo (1993), esse surto industrial teria determinado a concentração demográfica em certos centros urbanos, o que teria acarretado sensível desfalque nos municípios – que seria provado como verdade, pouco depois, na excessiva polarização em investimentos em São Paulo, muitos deles retirados do Paraná através do confisco cambial<sup>34</sup>. Nos meados da década de 1940 o discurso dos *antiurbanos* (Melo, 1993) ganha muita força e apesar todo esse esforço dos antiurbanistas, o municipalismo ganha vigor no pós-guerra como uma construção intelectual elaborada no âmbito do Estado.

O Brasil vivia uma espécie de “cruzada municipalista”. Podemos ver essa preocupação estampada já na peça inaugural da Resolução Nº 1 da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira de Municípios<sup>35</sup>:

A COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS, considerando a necessidade da coordenação de todos os esforços dos municipalistas brasileiros, no momento em que se debate na Assembléia Nacional Constituinte o problema da discriminação de rendas, assunto vital para o desenvolvimento e progresso dos municípios;

---

<sup>33</sup> Agrarismo - construção intelectual que descobre o país real, estruturado por clãs locais dispersos **nos municípios** num imenso território. O componente essencial e radical da ideologia agrarista era a reforma agrária viabilizando uma classe média de pequenos e médios produtores "à americana". O agrarismo constituiu, em larga medida, a *dimensão não-realizada, perdedora*, do projeto de modernização brasileiro do Estado na República Velha. (Melo, 1993)

<sup>34</sup> O confisco cambial era um imposto sobre a exportação de produtos primários sob a forma de taxas de câmbio diferenciadas e foi, nos anos 40 e 50, a forma por excelência mediante a qual o Estado brasileiro transferiu renda da agricultura exportadora para a indústria. (Padis, 2006, p196). No Paraná a questão do confisco cambial foi um dos grandes entraves no caminho do desenvolvimento uma vez que o Estado tinha grande parte dos seus recursos drenados para o setor industrial de outros estados, especialmente São Paulo. O Governo Federal passou a interferir na formação dos preços pagos aos produtores de café, introduzindo a cobrança de uma taxa de exportação, assim a remuneração do café passou a ser administrada não mais pelo produtor, mas pelo Governo, que ficava com boa parte das receitas oriundas das exportações. (Augusto, 1978, p. 82)

<sup>35</sup> <http://www.abm.org.br/index2.php?pg=historia-abm> Acesso em 05/01/2010

considerando a impossibilidade de se convocar no momento, um Congresso de Prefeitos Municipais, quando se processa a integração do país no regime constitucional, não havendo ainda eleitos chefes dos executivos municipais e suas câmaras legislativas;  
considerando a urgência de se dar forma objetiva aos principais auscultados nos Congresso Interamericanos de Cooperação Municipal.

A ABM nasceu como uma sociedade civil sem fins lucrativos, formada pelos Municípios e Associações Estaduais de Municípios constituídos em pessoa jurídica e reconhecidas pela ABM. Sua fundação objetivava formular as linhas e diretrizes do movimento municipalista no País, defender a descentralização administrativa e econômica dos municípios, de modo a dotar os Municípios de recursos financeiros, técnicos e administrativos, propondo periodicamente soluções objetivas e técnicas aos problemas da realidade nacional vinculados à recuperação e desenvolvimento dos Municípios.

Havia um problema que passava a incomodar: a demasiada politização do município e o isolamento administrativo da gestão municipal fazendo com que o governo respondesse com a criação da “Fundação dos Municípios”, idéia do Ministro da Justiça, municipalista notório, Adroaldo Mesquita da Costa e que foi endossada pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (Melo, 1993). O objetivo maior da Fundação dos Municípios era esfriar a forte reação às propostas centralizadoras que ainda estavam ligadas ao Estado Novo<sup>36</sup>. Durante o I Congresso Brasileiro dos Municípios, realizado em Petrópolis em 1950, o projeto da Fundação dos Municípios foi rejeitado e a ABM foi consagrada como o braço técnico do municipalismo. Como havia um forte receio que entidades como a Fundação dos Municípios viessem a se tornar instrumentos de opressão política, principalmente contra municípios adversários do governo, rapidamente integrantes da ABM se rearticularam num novo projeto que foi a criação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, “cujo projeto seria uma sociedade civil, constituída de homens desinteressados do poder político e de boa vontade” (Melo, 1993).

Em 1959, o IBAM teve seu estatuto reformulado e a ABM perdeu o direito de indicar membros para o Conselho Consultivo daquele. Este momento marca o amadurecimento do IBAM, como agência urbana, o que enfraquece por definitivo

---

<sup>36</sup> Diante da proposta havia a forte sensação entre os municípios, que o governo estava oferecendo um cavalo-de-Tróia à eles, para esvaziar a ABM. O governo rebatia dizendo que a Fundação dos Municípios só agiria quando requisitada. (Melo, 1993)

seus laços com a ABM<sup>37</sup> - e se aproxima ainda mais do programa Point Four (USAID) – programa norte-americano de assistência técnica à América Latina, promovido pelo presidente Harry Truman a partir de 1949 - reforçando ainda mais seu “perfil urbano, não agrário” (Melo,1993). Assim que Ney Braga assume a prefeitura de Curitiba (1954-1958) ele se aproxima do IBAM e é fortemente influenciado pela visão organizacional da entidade e com seu auxílio “promove uma série de medidas modernizadoras da capital” (Gazeta do Povo, 03/07/1993).

Torna-se importante para os objetivos deste trabalho entender como este processo se desenvolveu no Paraná.

---

<sup>37</sup> Não cabe nesta discussão, mas a título de complementação a ABM sempre manteve um cunho ruralista e com o amadurecimento do IBAM este reforça seu perfil urbano, tornando o rompimento inevitável.

## 4 O PLANEJAMENTO NO PARANÁ

Para compreender os caminhos que Curitiba trilhou através das diferentes situações por ela atravessadas, até chegar ao final do primeiro mandato de Jaime Lerner (1970-1975) como prefeito, pressupõe compreender como o processo de reestruturação da administração pública federal influenciou o Paraná.

Para que a capital paranaense pudesse resolver problemas de ordem estrutural - como a falta de energia elétrica, saneamento e infraestrutura viária que atraísse um setor industrial forte, que diminuísse a dependência da cidade das receitas oriundas apenas da agricultura e benesses do Governo era preciso antes “resolver estes mesmos problemas no Paraná” (Rischbieter, 2010). Assim, tal qual o Brasil de Vargas, a montagem de uma estrutura administrativa no Paraná seria o primeiro passo. Segundo a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) <sup>38</sup>:

O Paraná foi uma das pioneiras unidades da federação brasileira a inaugurar iniciativas de planejamento a nível estadual e, por ação do Poder Executivo, através da Mensagem enviada à Assembléia Legislativa, foi sancionada a Lei nº 243, de 3 de setembro de 1955, que criou o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico, como entidade embrionária de um sistema estadual de planejamento.

Era criada por esta mesma Lei a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná – PLADEP, tema que será detalhado à frente. Para a SEPL “a Pladep lançou as bases e criou a consciência de que o Paraná só se conduziria de forma racional, através de planos, programas e projetos”. Ela manifestaria os primeiros passos em direção a estudos que indicariam a necessidade de um planejamento mais técnico e que dariam nascedouro a um projeto de desenvolvimento do Estado, que só ganharia corpo e peso com no primeiro mandato de Ney Braga como governador de 1961 a 1965, na década de 60 (Augusto, 1978, p.25).

De acordo com Rischbieter (2007, p.72), a modernização que Ney Braga imporia ao Paraná seria grande, mesmo sabendo que a “herança que ele recebeu

---

<sup>38</sup> <http://www.sepl.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=94> acessado em: 25 de junho 2010

de Moisés Lupion não era maldita, mas, quase” e que a economia paranaense baseada na monocultura cafeeira era muito instável.

Um projeto de planejamento econômico para o Paraná significaria muito para Curitiba. O Estado tinha que superar sua extrema dependência da agricultura de base, pois era preciso sair do “marasmo secular” (Ipardes, 2006, p.19). Além de estar sujeito a fatores muito adversos como o grande incêndio da região centro-oriental do Paraná, ocorrido entre agosto e setembro de 1963, que devastou perto de 2 milhões de hectares de florestas, perto de 5 mil casas e matou mais de 100 pessoas (SEAB, 2008), chegando até perto de Ponta Grossa e expondo definitivamente a fragilidade econômica do Estado<sup>39</sup>. Em meados da década de 1950 o Paraná começou a procurar um novo caminho na Federação. Não havia mais espaço para o *Paraná tradicional*<sup>40</sup>, dependente de uma economia cafeeira que mesmo antes de atingir o seu auge já mostrava sinais de exaustão<sup>41</sup>. Uma das coisas que preocupava era que o Paraná estava sendo visto como que “comandado de fora” (Magalhães, 2006, p.105), e Curitiba era conhecida como a capital dos “funcionários públicos” (Sant’Ana, 2008, p.96), sem nenhum atrativo (Rischbieter, 2010).

A leitura de Magalhães (2006) contradiz a euforia ufanista que vibrava com a expansão cafeeira e poucos benefícios diretos que trazia ao Estado - comprimido pela política de confisco cambial - e também a Curitiba que até meados da década de 1960 ainda usava gerador a óleo diesel para poder suprir diversas zonas da cidade com energia elétrica.

---

<sup>39</sup> De acordo Karlo Rischbieter, este incêndio representou um impulso final para o Paraná, que através da Codepar e depois o Badep, iniciou o processo de industrialização do Estado. Entrevista ao autor, 25/02/2010.

<sup>40</sup> Conceito dado por Francisco de Borja Magalhães Filho, um dos grandes nomes da economia paranaense na década de 60, participou na coordenação do famoso Estudo 40 da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. De acordo com Rischbieter, Magalhães, a seu pedido, foi o criador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES - para preencher uma grande lacuna no sistema administrativo paranaense, que era centralizar as informações econômicas e sociais em um único órgão. (Rischbieter, 2007, p.102)

<sup>41</sup> Quando em 1949 a CEPAL lança seu principal texto “Estudo Econômico de América Latina” de autoria de Prebisch e que foi posteriormente publicado pelas Nações Unidas em 1951. Este já alertava que as relações econômicas existentes entre aquilo que se chamava à época de “centro” e a “periferia” tendiam fortemente a reproduzir as condições do subdesenvolvimento e que a “periferia” precisaria urgentemente se industrializar, deixar de ser mero exportador de produtos primários.

Em 1940 o Paraná possuía 1,2 milhões de habitantes e em 1960 já estava com 4,3 milhões, com um aumento populacional muito superior à média nacional<sup>42</sup>. Segundo a “Revista Panorama”, as cidades se multiplicavam, mas não havia rede de água ou esgoto<sup>43</sup> e sequer energia elétrica suficiente. Curitiba, por exemplo, sofria apagões diários. A capacidade instalada de geração de energia do Estado não chegava a 128 mil kW, quando a necessidade era de mais de 200 mil kW. A estrutura viária estadual era uma calamidade, (em 1960 não havia mais de 100 km de estradas asfaltadas e a rede rodoviária mal chegava a 5000 km). O Departamento de Estradas de Rodagem – DER - estava sem recursos e desaparelhado; não havia uma estrada sequer em condições de trafegabilidade que ligasse o Norte produtor com o porto de Paranaguá, que estava à beira da falência por conta de um déficit gigantesco.

Analisado o Estado sob a ótica das comunicações, a ausência de planejamento era notória, pois sequer havia a menção de um plano diretor de comunicação. De satisfatório só mesmo a agricultura – mesmo com as dificuldades de liberação de verba que a Secretaria da Agricultura tinha. O Estado era o terceiro em produção agrícola, com 2,1 milhões de toneladas anuais, responsável por 12,5% da produção de alimentos consumidos no Brasil. O campo representava uma batalha constante, com mais de 50 demandas judiciais sobre terras e invasões e sequer havia um mapeamento completo das terras do Estado. O parque industrial não correspondia às expectativas dos investidores e nem do governo. Uma das razões disso é que não existia um órgão financiador para incentivar a vinda de indústrias modernas, de porte, para o Estado. Na educação a situação não era melhor, faltavam escolas, salas de aula e treinamento adequado aos professores. Na realidade o Estado não tinha um Plano de Governo e nem a capital tinha o seu, Curitiba ainda era a capital do Agache<sup>44</sup>, um plano inacabado, “cuja visão era mais de desenho urbano e nem tanto as funções urbanas” (Dely, 1991, p.10) que não incorporava uma filosofia definida de planejamento que levasse em conta uma concepção global da cidade. Era, portanto, um plano ultrapassado, cujo modelo

---

<sup>42</sup> Enquanto o Brasil viveu um crescimento médio de 2,99% na década de 50 a 60, no mesmo período o Paraná teve um crescimento de 7,28% (IPARDES, 2006, pag. 44)

<sup>43</sup> Apenas 57 cidades possuíam algum serviço de abastecimento de água e somente 13 tinham rede de esgotos. Revista Panorama, maio de 1965

<sup>44</sup> A dimensão cultural do Plano Agache reside em que, a despeito de não ter sido implementado e haver se tornado obsoleto introduziu o urbanismo em Curitiba. (IUPERJ, p.23)

teórico já havia sido seriamente criticado pelo IBAM no final da década de 1950<sup>45</sup>. Com falta de planejamento e com a capital que se tinha não era à toa que havia “movimentos separatistas”<sup>46</sup> no Paraná:

Cansada por uma nítida insuficiência de recursos para o desenvolvimento, tanto públicos como privados e realçada por um conflito de ordem cultural entre os paulistas, progressistas e agressivos, e os nativos do *Velho Paraná*, caracterizados por uma atitude mais serena e tradicional, a longa negligência de Curitiba no tocante às necessidades de transporte e outras exigências de infraestrutura da região, provocou um forte espírito de separatismo político. (Nicholls, 1971, p.37)

É importante observar que Nicholls, teve o cuidado de usar a palavra “espírito” em lugar de “movimento”. Mesmo Padis, que trabalhou arduamente na SAGMACS, tinha muito cuidado ao utilizar a palavra “movimento”, preferindo outras mais adequadas, como “desejo” (Padis, 2006, p.179). Sem dúvida, primeiro era necessário suprir o Estado com a infraestrutura necessária para depois se pensar na capital, que padecia dos mesmos males. Curitiba era o microcosmo daquilo que se reproduzia no Paraná.

Para organizar o Estado, o governo de Ney Braga agiu por partes. Primeiro lidou com a questão agrícola e sabia como contorná-la, ao mesmo tempo que acalmaria um pouco as demandas do norte paranaense. Não é por menos que o escolhido para a pasta da Agricultura tenha sido Paulo Pimentel, empresário, casado com a filha de um dos homens mais influentes da região, Ricardo Lunardelli, tido como grande conhecedor das necessidades agrícolas paranaenses, que certamente influenciou na escolha de seu genro para o cargo que, embora jovem, teria o apoio político do norte do Estado. Pimentel, posteriormente, se transformaria num dos maiores inimigos políticos de Ney Braga<sup>47</sup>. Para Rischbieter, (2010), que conheceu

---

<sup>45</sup> Ver revista “Notícias Municipais”, ed. 36 p. 5

<sup>46</sup> Para o ex-governador do Paraná, Paulo Pimentel, “Os governos de então não tiveram como acompanhar o ritmo intenso do processo de ocupação territorial. Essa velocidade não permitia que a administração estadual, em Curitiba, desse respostas efetivas ao crescimento da demanda por serviços de toda ordem (...). Foi nesse caldo de cultura que prosperaram os movimentos separatistas. No fundo acabaram se revelando mais um movimento de pressão, para exigir a atenção das autoridades estaduais, do que propriamente um desejo de desmembrar o Paraná. No Oeste-Sudoeste, as campanhas pela criação do Estado do Iguazu volta e meia voltavam à tona, porém, com o tempo, foram perdendo o apoio da população e passaram a servir apenas como plataformas para políticos locais. (Sant’Ana 2008, p.95)

<sup>47</sup> Ney Braga sempre soube trafegar com habilidade pelos corredores do poder, estava entre os três curingas de Geisel. Mestre da costura silenciosa, chamava seu rival (Paulo Pimentel) de “canalha” Gaspari (2003, p.301)

profundamente o estilo de Ney Braga, saber fazer escolhas estava entre suas melhores qualidades e mostrou isso ao buscar Ivo Arzua para a prefeitura da capital, porque sabia da sua condução nas obras do Centro Cívico para a comemoração do Centenário do Paraná<sup>48</sup>. A outra indicação importante foi a do Coronel Alípio Ayres de Carvalho para Secretaria de Viação e Obras Públicas. O que Ney Braga precisava fazer era deixar a agricultura e a pecuária em mãos competentes e se dedicar às questões de maior urgência: infraestrutura do Estado e industrialização liberando o Paraná da dependência agrícola, mas, associando-a ao desenvolvimento industrial, isolando seus pontos negativos e vulneráveis e aproveitando-se dos pontos positivos<sup>49</sup>. Ney Braga tinha plenas informações sobre os problemas da deterioração das relações de trocas comerciais entre indústria e agricultura, principalmente em nível do mercado internacional<sup>50</sup> e via, na industrialização do Estado, a única saída. Destarte, o Estado começava a aumentar a sua presença na vida econômica<sup>51</sup>.

O governo do Estado entendia que era preciso agir decisivamente desenvolvendo um Plano de Governo voltado para trabalhar as principais carências do Estado: energia, transporte e indústria<sup>52</sup>. Pesava na decisão por investimentos no setor industrial duas questões: a primeira que a rentabilidade da agricultura era praticamente administrada pelo Governo Federal, mediante preços mínimos e

---

<sup>48</sup> De acordo com Rebelo (2004 p. 130) “ A escolha do candidato do PDC à prefeitura de Curitiba se deu no contexto mais amplo de um debate dentro do partido. Até a juventude pedecista teve parte na discussão. Desde o início do processo, Ney fez uma única exigência: o candidato deveria ser um técnico”.

<sup>49</sup> Curioso observar como Ney Braga pensava o desenvolvimento do Paraná diferente de seu cunhado, Bento Munhoz da Rocha, que em 1953 era o governador e discursava em homenagem à emancipação política do Paraná “às vésperas do centenário, estamos assumindo a liderança do café, o grande general da política, o que equivale à nossa colocação na vanguarda da vida econômica. (Benatti, 1997, p.22). Já Ney Braga tinha plena consciência “(...) que o café paranaense é, em nossa história, a derradeira e última fronteira do ciclo cafeeiro no Brasil”. Gazeta do Povo, junho de 1963, O “General Café” e o Paraná.

<sup>50</sup> Alguns governantes ouviram pela primeira vez - de uma instituição conspícua - os diagnósticos sobre a deterioração das relações de troca ou relativamente às formas mais racionais de utilização dos instrumentos fiscais, cambiais, monetários e aduaneiros disponíveis. Naturalmente as sugestões diretas e indiretas da CEPAL somente produziram efeitos notáveis quando as condições internas (econômico-sociais, políticas e técnicas) das nações que as recebiam eram favoráveis. Em alguns casos, a própria atividade da instituição correspondia. Ianni, 1965, pg 5

<sup>51</sup> De acordo com IPARDES (2006), a partir do golpe militar de 64 o Brasil sofre um salto qualitativo com a maior presença do Estado na vida econômica. O Estado passa a ter uma notável capacidade de intervenção em praticamente todas as áreas da economia e da sociedade.

<sup>52</sup> O problema industrial no Brasil era preocupante. Até o final da década de 60 apenas 35% da produção rural brasileira chegava aos portos ou ao consumidor final com algum tipo de processamento industrial enquanto nos Estados Unidos este percentual era de 88% e na França 74%. (IPARDES, 2006, p.35)

subsídios implícitos no crédito (IPARDES, 2006, p.51) e a segunda, com o crescimento populacional, não restava outra opção ao governo para a geração de empregos de forma a absorver este crescimento. O governo via no crescimento populacional a oportunidade do nascimento de um grande mercado, principalmente junto a Curitiba e seu entorno, que gerava as condições necessárias para o desenvolvimento de um parque industrial. Poucas dúvidas restam que aquela Curitiba tradicional, da década de 1950, estava nos seus estertores, ter-se-ia que deixar para trás aquela imagem de capital de província, do “Paraná tradicional”, capital que nasceu num Estado extrativista e de tradições campeiras. A década de 1960, com os estudos já preparados pela PLADEP - que logo depois se associaria à CODEPAR com a ajuda da SAGMACS<sup>53</sup> - traria, em breve, um novo ritmo de vida à capital, que seria influenciado em grande proporção pelo Governo do Paraná.

#### 4.1 A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – PLADEP.

A criação da PLADEP representou o surgimento da primeira entidade do incipiente sistema de planejamento do Estado, de acordo com Augusto (1978, p.235):

PLADEP foi criada pela Lei 2431, de 3 de setembro de 1955 e seus objetivos eram:

"l) fixar tecnicamente os empreendimentos públicos de maior interesse para a economia regional, em futuro próximo, de forma a possibilitar a adoção de critérios de prioridade na sua execução, em face da disponibilidade de recursos aplicáveis;

11) estabelecer as tendências de expansão da atividade da economia regional, em período mais dilatado, para orientação técnica das aplicações de recursos públicos e dos empreendimentos privados encorajados ou assistidos pelo Governo Estadual" (art. 1º).

A PLADEP manifestaria os primeiros passos em direção a “um planejamento mais técnico e que daria nascedouro a um projeto de desenvolvimento do Estado”

---

<sup>53</sup> Em entrevista concedida ao autor, Rischbieter afirma que mais tarde viriam a romper com o modelo imposto pela SAGMACS ao qual acusava faltar flexibilidade, objetividade e pragmatismo, coisa que encontraria na visão de Jaime Lerner posteriormente. Brinca Rischbieter que, à boca miúda, eles diziam no governo que SAGMACS significava “Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sexuais, em função das análises masturbatórias”

(Augusto, 1978, p.25). Inicialmente ela estruturava-se como uma entidade de suporte ao sistema de planejamento do Paraná, do qual também fazia parte o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico. A partir do governo de Ney Braga (1961-1965) a PLADEP ganha apoio político, até em função da estreita relação entre o governador Ney Braga e o Coronel Alípio Ayres de Carvalho<sup>54</sup> e passa a se destacar na área de planejamento. Vale lembrar que ambos comungavam a visão cepalina de desenvolvimento para a América Latina. Percebia-se a necessidade da realização de um plano de desenvolvimento econômico que integrasse o Estado com sua capital e que desse novo rumo às estratégias econômicas vigentes até então.

Os estudos orientados pelo Coronel Alípio na PLADEP, principalmente os de número 23 e 40, deram os primeiros encaminhamentos para o planejamento no Estado e estão presentes no I Plano de Desenvolvimento do Paraná, que foi utilizado pela Empresa Serete que ganhou a concorrência para execução do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba em 1965, cujo programa cita o Paraná em mais de vinte oportunidades e a CODEPAR em pelo menos oito.

Parece não haver dúvidas entre os atores que presenciaram estes acontecimentos, como Borja Magalhães (2006) e Rischbieter (2007), que a PLADEP foi a propulsora do desenvolvimento do planejamento no Paraná e que seus estudos sobre a economia paranaense estão na gênese de todo processo que se sucedeu na década de 1960 e que também propiciaram as mudanças que ocorreram em Curitiba e no seu planejamento urbano.

Na sua curta vida, a PLADEP deixou uma extensa produção de estudos que lançaram as premissas que orientariam a atuação posterior do governo (Augusto, 1978,p.52). Entre seus estudos alguns indicavam as necessidades prioritárias no que diz respeito à elaboração de uma política de industrialização, que seria perseguida pela entidade que a substituiria, a CODEPAR, criada em 1962.

#### **4.2 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ - CODEPAR**

---

<sup>54</sup> Ver matéria de Belmiro Castor Valverde "Esta faltando um Coronel Alípio" em [http://www.belmirovalverde.com.br/artigos/artigo\\_detalhe.asp?ID=34](http://www.belmirovalverde.com.br/artigos/artigo_detalhe.asp?ID=34) acessado em 21/10/2009

Quando Ney Braga assumiu o governo do Paraná em 1961, a situação financeira do Estado estava longe de ser boa, também era um momento que a economia brasileira começava a entrar em declínio pela “contínua crise política vivenciada pelo país após a renúncia de Janio Quadros em agosto de 1961”, (Baer 1995, p.87). Assim, era preciso que se desenvolvesse algum mecanismo de recuperação financeira do Estado independente dos favores federais (Ipardes, 1992, p.54)

A situação econômica do Estado era tão ruim, segundo Rischbieter (2007, p.72), que o governo adotou um procedimento inédito de pagamento, utilizando-se do selo do Imposto de Vendas de Consignação – IVC. Mas a dificuldade de receber do governo era tão grande, conta Rischbieter, que o empreiteiro Azaury Guedes Pereira, responsável pela construção das pontes e pontilhões entre Curitiba e Ponta Grossa e para quem ele trabalhava como engenheiro, tomou a decisão extrema de parar as obras para pressionar o governador a colocar em dia seus débitos (Rischbieter, 2007, p.67). O Estado não tinha recursos sequer para a infraestrutura básica.

Para implantar uma política de recuperação da economia, era antes preciso mudar o modelo econômico do Estado, e para o governo significava industrializá-lo. Esta era, também, a receita indicada pela própria CEPAL para escapar dos males que afligiam países caracterizados como subdesenvolvidos, como o Brasil, no contexto econômico do pós-guerra (Cardoso, 1993, p.58). E seria esta mesma receita que cobraria do Paraná uma capital que fizesse jus ao tipo de desenvolvimento que estava se esperando para o estado - uma capital que fosse moderna – guardada aqui as discussões que este conceito suscita – e que não fosse conhecida como a capital dos “funcionários públicos” e que ainda tinha que ligar gerador a diesel para suprir de eletricidade sua população. A Curitiba que poderia representar um novo modelo de capital teria que nascer, também, de outro Paraná, mais presente na economia brasileira e menos dependente das receitas oriundas de produtos primários. Nesta época basicamente o café, cujos preços oscilavam com os humores do mercado internacional e com as repentinas decisões financeiras do governo brasileiro como, no caso, do confisco cambial.

As mudanças que aconteceriam no Paraná e inseririam Curitiba neste novo contexto de planejamento dependeriam da criação da CODEPAR que se valeria,

conforme já indicamos, dos extensos estudos da PLADEP sobre a economia paranaense.

A CODEPAR<sup>55</sup> foi criada como uma sociedade de economia mista em que o Estado era o principal acionista e, na visão de Rischbieter (2007, p.69), fruto de uma das maiores jogadas políticas de Ney Braga. Entende Rischbieter que ela foi um dos mais fecundos mecanismos do Governo Ney Braga e deu estrutura à plataforma do plano de intenções do governo estadual. A entidade teria duas funções precípuas: a primeira, como financiadora de investimentos para o setor público e privado, funcionando como uma espécie de organismo financeiro. A segunda, como coordenadora da política econômica estadual – momento em que incorporou a PLADEP (Magalhães, 2006, p.58). Para tornar a CODEPAR operacional e independente de favores financeiros do Governo Federal criou-se, junto com ela, o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE – através da lei 5223 de 15 de fevereiro de 1962. O FDE representou a grande idéia para financiar o desenvolvimento do Estado.

O mecanismo de captação de recursos criado pela CODEPAR era de extrema eficácia na liberação de verbas, não precisando passar pelo crivo da Assembléia Legislativa que não tinha qualquer poder ou controle sobre a forma de gestão do FDE. O FDE era depositado numa conta no Banco do Estado do Paraná que somente a Diretoria da CODEPAR podia movimentar (Rischbieter, 2010). Isso deu a agilidade procurada pelo Governo para imprimir velocidade ao desenvolvimento do Estado, mas também suscitou controvérsias, suspeitas e muitas brigas no alto escalão que sequer vazaram para a imprensa<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Segundo Rischbieter “A idéia de uma empresa mista surgiu da cabeça de Alex Beltrão (cunhado Rischbieter) era um dos donos da empresa Serviços de Planejamento Engenheiros Limitada – SPL. Beltrão estudou muito a formação de companhias mistas, conceito de origem italiano, e já tinha na cabeça a idéia de um adicional restituível (que seria o FDE). Alex Beltrão tinha um poder de convencimento extraordinário e foi quem Ney Braga incumbiu de convencer a Assembléia Legislativa, presidida na época por Neno (Luiz Alberto Dalcanale, do PTD) da oposição, a aprovar a idéia da Codepar” em cujo bojo encontrava-se o grande trunfo de ter um fundo que não podia ser alvo de fiscalização por parte da Assembléia. (Rischbieter, entrevista ao autor em 25/02/2010)

<sup>56</sup> Entre as divergências mais importante e menos conhecida esta a que ocorreu entre Rischbieter – na época presidente da CODEPAR e Paulo Pimentel – na época Secretário da Agricultura, nos corredores do Palácio Iguaçú. Conta Rischbieter que Pimentel precisava urgente de verbas para a agricultura e não queria esperar pela liberação da Secretaria de Viação e Obras Públicas– à época comandada pelo Coronel Alípio Ayres de Carvalho. Pimentel, então, procurou Rischbieter para pedir verbas da CODEPAR por saber da rapidez na liberação e do alto volume em caixa pelo excesso de arrecadação. Rischbieter diz a Pimentel que não poderia liberá-las sem autorização do governador Ney Braga, responsável final pelo destino dos recursos, Pimentel não acredita e é, então, convidado

De acordo com Rischbieter (2007, p.70) o FDE seria alimentado por um adicional restituível a ser administrado pela CODEPAR. A entidade era regida por normas baseadas nos princípios do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - e estava encarregada de fazer a análise de viabilidade econômica e financeira em cada aplicação.

Para Rischbieter (2010) a CODEPAR também era uma organização avançada e democrática. Sua composição tinha, além do Presidente, uma diretoria Financeira e Técnica de alto gabarito e era assessorada por um Conselho bastante técnico (Rischbieter, 2008, p.70). Para Rischbieter (2010), ex-presidente da CODEPAR, foi com essa combinação que o Paraná abandonou de vez o plano das intenções, passando para o plano das realizações.

#### 4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA MUDANÇA NO PARANÁ

Com a criação da CODEPAR é feito o primeiro grande projeto de desenvolvimento do Paraná, representado no I Plano de Desenvolvimento do Estado que foi confeccionado pela SAGMACS e PLADEP e se baseou grandemente em estudos anteriores já realizados por esta última. Entre os estudos mais importantes da PLADEP, já indicados neste trabalho, estão os de número 23 e 40.

O Estudo 23 representou a consolidação<sup>57</sup> dos trabalhos anteriores da PLADEP que fizeram as primeiras análises sistematizadas sobre a situação socioeconômica do Estado. Nos relatórios que antecederam o Estudo 23, duas temáticas se faziam mais presentes que as demais: a questão econômica do Estado e a questão do abastecimento, sendo que a primeira supera o segundo em número de estudos.

Na esteira da dificuldade de coletar informação para um planejamento nos moldes que o grupo da PLADEP gostaria de executar, a apresentação do Estudo 40

---

para a próxima reunião de distribuição de recursos. Ao término da reunião, Ney fez a liberação das verbas da CODEPAR, conforme um cronograma, e disse a Rischbieter que o que sobrasse deveria ser passado para o Saul Raiz. Pimentel postula junto ao governador que ele tinha projetos que precisavam de verbas urgentes, Ney diz a ele que procurasse o Coronel Alípio. Quando saíram da sala o Pimentel, que achou que a reunião fora uma “armação” de Rischbieter, passou a agredi-lo verbalmente, Rischbieter saturando com as palavras de Pimentel o chama de cretino e dali em diante ficaram anos sem se falar. (Depoimento em entrevista ao autor em 25/02/2010)

<sup>57</sup> Assim inicia o Estudo 23 “O presente trabalho, elaborado com o fim precípuo de reunir os principais aspectos dos estudos realizados na Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná...”

salientava que alguns setores necessitavam ser examinados com maior profundidade por representarem pontos estratégicos no desencadeamento de uma política desenvolvimentista.

No Paraná de então o sucesso das decisões técnicas teve a colaboração de fatos políticos:

(...) o projeto paranaense de desenvolvimento como eixo central das ações do governo foi, sem dúvida, a renúncia de Janio Quadros em 25 de agosto de 1961. (...). Com a renúncia de Quadros, e a ascensão de Goulart e do PTB, complicava-se a situação política do governo paranaense diante do governo federal. Braga apoiara Milton Campos e enfrentara, no Estado, uma candidatura do PTB. Dependendo de como as negociações políticas viessem a se desenrolar, essa nova situação podia significar uma perda de posição relativa do Paraná na alocação de ações e recursos federais reduzindo a capacidade de novo governo estadual de concretizar seus próprios projetos. (Magalhães, 2006, p.153)

O projeto paranaense de desenvolvimento corria sérios riscos e Ney Braga mostrou-se um hábil negociador. Por fim o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – e o Partido Democrata Cristão, de Ney Braga, aliaram-se para enfrentar aquilo que chamavam de forças conservadoras, representadas pelo Partido Social Democrata e “abrir caminho para o *projeto paranaense de desenvolvimento*” (Augusto, 1978 p.45).

É nesse momento que surge a idéia da criação de um fundo de fomento ao desenvolvimento do Estado. A Constituição vigente, de 1946, permitia que Estados criassem empréstimos compulsórios, (o que terminaria em 1965<sup>58</sup> e prejudicaria o governo de Paulo Pimentel). O desejo da implantação de um fundo de desenvolvimento era sonhado desde 1955, quando da criação da PLADEP, e foi exatamente a ausência de uma fonte de recursos que a fez malograr (Augusto, 1978, p.151).

De acordo com Schulmann, (*apud* Augusto, 1978, p.151), até tentou-se a criação de um Fundo Especial de Planejamento Econômico e Social – FEPES – para alicerçar os trabalhos da PLADEP, mas como o objetivo não foi atingido, decidiu-se pela criação da CODEPAR.

---

<sup>58</sup> A Emenda Constitucional nº 18 de 1965, instituiu o Sistema Tributário Nacional, e este estabelecia que, doravante, somente a União, e em casos excepcionais definidos em Lei Complementar, tinha o poder de criar empréstimos compulsórios.

O desejo político de fazer com que as engrenagens da modernização saíssem da inércia foi efetivamente encontrado em Ney Braga, que em seu discurso de posse como governador em 31 de janeiro de 1961, prometia:

Colocaremos a máquina administrativa em condições de atuar com a maior produtividade possível num programa de desenvolvimento que propicie ao Estado a fixação de suas riquezas, o que ajudará ainda mais o Brasil e possibilitará a elevação do nível de vida do povo paranaense. (...) Uma das etapas do nosso programa procurará criar condições necessárias para dar estabilidade à nossa economia e reduzir a fuga de recursos que aqui deviam ser aplicados. Um Paraná industrializado, cuja estabilidade econômica garanta a agricultura, será possível desde que se prepare, com urgência, a sua infra-estrutura econômica nos setores de energia elétrica e Transportes.

O primeiro grande retrato da situação econômica paranaense foi o Estudo 23 da PLADEP realizado em 1959, ainda no governo de Moyses Lupion. Este estudo já indicava o Paraná - e Curitiba - como uma espécie de região periférica a São Paulo e muito dependente do Estado vizinho. Durante o governo de Lupion, que manteve a equipe da PLADEP, houve a retomada do movimento “Paraná Maior” cujo objetivo era se “empenhar na grande batalha da construção de um Paraná, em um movimento de rompimento da dependência do Estado de São Paulo e que num ensaio único realizaria a grande obra do futuro paranaense” (Cornelsen, 2010).

É claro que diante da força de atração de São Paulo a tendência dos demais Estados, principalmente os mais próximos, como Paraná e Minas Gerais, era gravitar em torno daquele. Esta situação prejudicava enormemente o desenvolvimento da capital paranaense. Curiosamente foi nestes dois Estados – Paraná e Minas Gerais - que surgiram os movimentos separatistas. Entretanto, isso mostrava que a capital definitivamente precisava melhorar também a qualidade da sua administração e que os municípios deveriam estar mais integrados.

A Companhia de Desenvolvimento Municipal - CODEM<sup>59</sup>, apontava o Estado como um território desintegrado (Augusto, 1978, p.33). A inexistência de um projeto municipal por parte do Estado e da sua pouca presença política na Região do Norte Pioneiro estava refletida no problema separatista que parece ter sofrido de exageros e, conseqüentemente, foi mal interpretado. O que tínhamos era falta de integração

---

<sup>59</sup> Importante ressaltar que era através da Companhia de Desenvolvimento Municipal – CODEM – que a CODEPAR manifestava sua influência sobre o desenvolvimento urbano local (Fernandes, 2010)

dos povoados recentes em função da inexistência de infraestrutura. Em entrevista concedida a Augusto (1978, p.32), Ney Braga afirmava que:

Quando assumi o governo (1961) (...) o Paraná precisava ser integrado - era praticamente dividido em Paraná do Norte e do Sul. Não havia nem mesmo ligação política, social ou cultural (em termos regionais) entre os dois. Não havendo isso, toda a riqueza daquela faixa economicamente mais poderosa (o Norte), seu intercambio fazia-se com São Paulo.

Para Rischbieter (2010), o grande esforço de Ney Braga foi pela integração e desenvolvimento do Estado, sequioso por infraestrutura, em especial na capital com seu papel supramunicipal, para que essa olhasse para as regiões recém povoadas e necessitadas. Entretanto, a Curitiba que se tinha não poderia fazer o que era esperado. A “Revista Panorama”, na sua edição de maio de 1965, dando conta do governo Ney Braga, mostrava em números as carências do Paraná e de suas cidades, em especial a capital<sup>60</sup>, tanto que todos os caminhos dos projetos de Ney Braga levavam a Curitiba, dando à capital o valor e o peso merecido na economia paranaense. Ele foi um defensor ferrenho pela criação da CODEPAR, a mesma que, na sua planificação para o Estado do Paraná, indicava a necessidade de Curitiba se modernizar. A capital tinha que se adequar às novas funções do Estado que já estavam sendo meticulosamente gestadas desde a época da PLADep<sup>61</sup> – sob total vigilância do seu amigo Coronel Alípio Ayres de Carvalho.

Quando o Plano de Desenvolvimento do Paraná foi para o prelo, guardava entre as páginas 149 e 153 um espaço especialmente dedicado a Curitiba sob a rubrica de “Desenvolvimento de Curitiba Como Metrópole Estadual”. O Plano de Desenvolvimento do Paraná dava conta que a capital estava aquém da sua vocação regional e despreparada para as funções que já deveria concentrar. Assim, o Estado incumbiu-se de deflagrar o planejamento urbano.

---

<sup>60</sup> Ney Braga sabia das carências da capital e de quanto seria importante um plano de desenvolvimento urbano para Curitiba. Quando assumiu a prefeitura de Curitiba em 15 de novembro de 1954 sabia que tinha grandes desafios pela frente: a infraestrutura se limita à área central da cidade, a maioria dos bairros não tinha água encanada e nem esgoto, o serviço da energia elétrica era péssima em muitos bairros, isso quando existia, não havia projeto de pavimentação asfáltica e o transporte público era muito deficiente com seus itinerários mudando conforme a opinião dos motoristas que eram os donos dos ônibus (Rebelo, 2004, p.51).

<sup>61</sup> Curiosamente os estudos da Pladep foram relegados a segundo plano durante o governo de Lupion e essa situação fez com que o Coronel Alípio decidisse apoiar a candidatura de Ney Braga, enquanto Lupion apoiava Bento Munhoz – cunhado de Ney. A história da Pladep coincide com a história do IPPUC que também após ser criado praticamente ficou isolado durante a prefeitura de Omar Sabbag.

## 5. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ E SUA RELAÇÃO COM CURITIBA.

As décadas de 1950 e 1960 foram decisivas para o futuro do Paraná e traçaram o rumo de Curitiba como uma capital emergente no cenário nacional. O destino de Curitiba como capital modelo teve seu preâmbulo na visão dos gestores do período em especial, Ney Braga, que foram influenciados pela racionalidade tecnocrática introduzida no Brasil décadas antes. O Paraná vivia aquilo que era conhecido como um capitalismo dependente, com sua economia baseada quase que totalmente na agricultura e extremamente sensível aos preços do mercado e às condições de financiamento (IPARDES, 2006).

Para Rischbieter (2010) a planificação maturou no Estado com a edição do Plano de Desenvolvimento do Paraná, em 1963, dando novos rumos à participação estatal. Com a CODEPAR o Estado, mais do que em qualquer momento anterior, daria claras demonstrações que faria as intervenções necessárias ao desenvolvimento<sup>62</sup>; era a *tecnoestrutura estatal*<sup>63</sup> manifestando-se. Nesse momento o Estado do Paraná, na figura de seus gestores, incorpora o pensamento tecnocrático e científico, mostrando que o aparelho estatal participaria nas atividades econômicas, através de intervenções racionais, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do Estado, principalmente no tocante ao desenvolvimento do setor secundário (Ianni, 1965, p.42).

Esta é a mesma interpretação de Augusto (1978, p.4) ao indicar, por exemplo, a transformação da PLADEP em CODEPAR e, posteriormente, da CODEPAR em BADEP no ano de 1968<sup>64</sup>, de forma que o Estado passou a ser o indutor do

---

<sup>62</sup> Constituição que vigorava até a revolução de 1964, de orientação liberal, era fortemente influenciada pelas idéias do liberalismo econômico e favorável à entrada de capital estrangeiro (Ianni, 1996 p.56 e p.91.). Esta Constituição dava margem de manobra aos estados, permitindo, inclusive, que eles criassem empréstimos compulsórios, (Augusto, 1978 p.58) o que permitia intervenções rápidas e independentes das receitas federais..

<sup>63</sup> Ianni prefere este conceito ao de tecnocracia porque "O conceito de *tecnoestrutura* não nos parece conveniente à análise que estamos realizando, pelas seguintes razões: a) Envolve a idéia de governo ou regime em que predominam os técnicos, isto é, uma determinada elite, independentemente do jogo político dos partidos, das relações e lutas de classes etc. b) Traz a idéia de que a técnica, em sentido lato, é uma "variável" independente e predominante". (Ianni, 1996, p.62)

<sup>64</sup> Ver resolução número 93 de 26 de junho de 1968. A partir dessa Resolução as Companhias de Desenvolvimento, atípicas no quadro do sistema financeiro nacional, nele se integram sob a jurisdição do Banco Central, como Bancos de Desenvolvimento; nascia o BADEP e a União recriava a dependência que há muito prejudicava o Paraná.

desenvolvimento no Paraná, inclusive da sua capital (CODEPAR, 1963, p.149). No seu discurso de posse, em 31 de janeiro de 1961, Ney Braga fazia críticas aos modelos de gestões “espontâneas” e carregadas de empirismo, mostrando sua opção pela intervenção:

O processo de industrialização dos centros dinâmicos do país por ter sido de certo modo *'espontâneo'* e empírico, veio projetar para o futuro, em escala crescente uma série de distorções iniciais, geradoras de muitas crises em que nos debatemos - crise econômica e inflação, crise crônica de abastecimento, crise social, crise institucional e crise política. (...) Se a situação ainda não atingiu a um ponto crítico, não há dúvida alguma que talvez mais brevemente do que se espera possa atingi-lo. Em particular caso se continue permitindo a “espontaneidade” do processo. (Gazeta do Povo, 01/02/1961, p.8)

A palavra “espontâneo” certamente pode ser intercambiada por “falta de planejamento” e Ney Braga reforçava seu pensamento ao completar sua fala com termo “empírico”. Celso Furtado, um dos expoentes da Cepal, em sua obra “A Operação Nordeste”, de 1959, citada por Augusto (1978, p.5) já alertava sobre as administrações “entregues ao acaso”.

Consoante com o pensamento intervencionista cepalino e humanista do padre Lebre<sup>65</sup>, o Plano de Governo do Estado discutiria já no seu intróito o conceito de desenvolvimento, de eliminação das condições subumanas de vida, atendimento das necessidades de superação e a necessidade de planejamento estatal, com certa preocupação, antes mesmo do golpe de 1964 restabelecer o intervencionismo e a centralização administrativa (Oliveira, 1960, p.113).

Para o IUPERJ (1970, p.22) “a influência do Padre Lebre<sup>65</sup> revelou-se em termos ideológicos, metodológicos e até mesmo profissionais” uma vez que um grande número dos que com ele trabalharam, ou aprenderam, atuavam como técnicos do governo paranaense.

O Governo Federal fazia intervenções e redistribuía de forma inadequada os recursos. Oliveira (1960, p.55), ao comentar sobre os desequilíbrios regionais e o empobrecimento do Rio Grande do Sul<sup>66</sup>- que era tido como um dos mais ricos da

---

<sup>65</sup> Louis-Joseph Lebre<sup>65</sup>, fundador do movimento mundial de Economia e Humanismo. Dirigiu a sociedade para análise gráfica e mecanográfica aplicadas aos complexos sociais – SAGMACS.

<sup>66</sup> Basta ver que na época que Cooke esteve no Brasil o Rio Grande do Sul era o Estado que tinha a terceira maior frota de veículos “In 1939 the State of São Paulo alone had 69.000; the Federal District, 36.000; Rio Grande do Sul, 22.000; Minas Geraes, 18.000; Rio de Janeiro State, 9.000; and

federação - conclui que “o problema dos desequilíbrios regionais ganha destaque na distribuição geográfica da industrialização”. Não havia, no Brasil, um modelo de distribuição geográfica da industrialização e isso estava se tornando uma forte preocupação do governo paranaense também.

Prejudicado pelo confisco cambial do café, vendo suas divisas serem investidas no Estado de São Paulo, o Paraná amargurava o isolamento que lhe fora imposto pelo Governo Federal<sup>67</sup>, somando-se ao fato que o sistema bancário e comercial se concentrava quase que totalmente em São Paulo. O Paraná não se sentia inserido como ator de peso no “núcleo capitalista” brasileiro, apenas como coadjuvante, e por isso seu setor industrial, sem recursos, não apresentava o mesmo dinamismo da sua agricultura. E, apesar do seu crescimento na década de 1950 – o que também está atestado pelo Plano Preliminar de Urbanismo (SERETE, 1965, p.35) – era bastante rudimentar (IPARDES, 2006,p.28).

Era contra esse isolamento que o governo do Estado lutava. Era preciso estruturar o Estado com um setor econômico mais dinâmico e se liberar do domínio econômico “exógeno” sobre o café, situação apontada também pela CODEPAR no capítulo “Diretrizes do Desenvolvimento Econômico” do Plano de Desenvolvimento do Estado:

Pela circunstância de ser exógeno o comando econômico do café e da produção ser reflexo dos estímulos e desestímulos ocorridos, nem sempre pode a população paranaense dispor dos bens e serviços de que necessita, já que não se mantêm constantes as relações de intercâmbio, baseados numa produção tão vulnerável. (CODEPAR, 1963, p.27)

Percebia bem a CODEPAR que as relações eram desiguais e que somente diversificando a matriz econômica é que se poderia dispor à população paranaense dos bens e serviços que carecia. Por isso o Plano de Desenvolvimento do Estado concluía que:

O setor urbano, relativamente pequeno na população paranaense apresentava, no entanto, um crescimento em ritmo explosivo e deverá se capacitar para absorver a mão de obra disponível e *os excedentes da zona rural, proporcionando a toda a população os bens e serviços de que carece,*

---

Paraná, Santa Catarina, and Espírito Santo 6.400, 4.400, and 1.700 respectively.” (COOKE, 1944, p.140)

<sup>67</sup> O próprio Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul – BRDE – criado em junho de 1961 para financiar o desenvolvimento do sul do país atuava fortemente no Rio Grande do Sul e minimamente no Paraná. (Augusto, 1978, pg. 197)

*através da industrialização* e outras atividades, que por outro lado proporcionarão maior estabilidade e dinamismo externo à economia. (CODEPAR, 1963,p.29, grifo nosso)

Assim, o desenvolvimento econômico do Estado deveria ser estudado sob um viés não apenas político, mas técnico também e, como um todo, incluindo sua capital, dando-se ênfase às áreas consideradas críticas.

De acordo com o próprio plano, “a complexidade dos fatos econômicos e sociais em presença do desenvolvimento exige que as atividades dos homens (...) sejam disciplinadas por segura técnica de planejamento” (CODEPAR, 1963, p.1). Defendia o documento da CODEPAR que uma das pré-condições do planejamento era sua exequibilidade e para isso deveria estar baseado em realidades conhecidas - o que vale dizer nos problemas, nas necessidades e na disponibilidade de recursos. Para a CODEPAR cabia ao governo a maior parcela de responsabilidade no planejamento do desenvolvimento, devendo iniciar o processo de planejamento “levando a coletividade a aceitar a disciplina exigida pelo planejamento (...) o desenvolvimento, com efeito, implica também na assunção, por parte dos membros da comunidade, das responsabilidades exigidas pelo bem-comum” (CODEPAR, 1963, p.2).

O Plano de Desenvolvimento do Estado revelava seu cunho humanista na influência de Le Bret. De acordo com a CODEPAR:

Na análise da realidade paranaense foi adotado, basicamente, o modelo construído por “Economia e Humanismo”. Segundo este modelo, as comunidades têm necessidades escalonadas segundo o grau de imperatividade relativa à elevação dos níveis de vida, isto é, face ao processo de desenvolvimento integral e harmonizado. O primeiro grupo chamado de *necessidades básicas*<sup>68</sup> refere-se às condições essenciais de subsistência – alimentação, vestuário, saúde, habitação. O segundo grupo – o das necessidades de conforto – corresponde às facilidades que tornam a existência do homem mais amena e mais produtiva. O terceiro grupo se refere às atividades de superação, que traduzem as aspirações dos homens a uma existência mais autenticamente humana (...) voltada para a assimilação dos valores de sua época, e permitindo-lhes participar do processo social e assumir conscientemente responsabilidade na atividade coletiva, superando o universo limitado dos problemas individuais. (CODEPAR, 1963,p.29, grifo do autor)

---

<sup>68</sup> Nota-se aqui a forte influência do psicólogo humanista Abraham Maslow que criou, em 1943, teoria para a motivação humana que ficou conhecida como a “Escala de Necessidades de Maslow”. (Kolasa, 1978, p.236)

Quando se estuda o trabalho de Jorge Wilhelm – arquiteto e urbanista que coordenou os trabalhos da empresa Serete em Curitiba -, não restam dúvidas da forte influência do pensamento humanista sobre ele ao longo da sua carreira. Ao se analisar o Plano Serete, pode-se visualizá-lo indiretamente - uma vez que Wilhelm fez uma análise bastante técnica - mas basta ler uma das suas obras como, por exemplo, “O substantivo e o adjetivo”, para ver que em cada capítulo aflora a visão humanista, tratando de temas como liberdade, emoções, lazer, segurança, meio-ambiente, recreação, planejamento familiar, habitação, emprego e qualidade de vida - visão esta que trouxe para o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Wilhelm entende que se deve estabelecer um vínculo entre os urbanistas e os cidadãos que - apropriando-se de um termo de Rousseau - ele chama de “contrato social” (Wilhelm, 1967, p.46).

Wilhelm já defendia a participação da sociedade como protagonista ativa do desenvolvimento das cidades. E foi com esta filosofia que ele participou da licitação do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Nas palavras de Fernandes (1979, p.32), que esteve envolvido diretamente no desenvolvimento do Plano Preliminar:

A mais notável contribuição ao conhecimento da evolução urbana e regional do Paraná resultou dos trabalhos desenvolvidos pela SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - que congregava o grupo -"Economia & Humanismo", sob a liderança do Padre Lebret (...). A influência do Padre Lebret apresentou aspectos ideológicos, metodológicos e profissionais, já que muitos que com ele estudaram ou trabalharam atuavam como técnicos do governo paranaense.

Observa-se que lentamente nascia uma estrutura de planificação assentada num modelo cepalino e humanista, dando contorno aos planos do governo do Estado e, mais cedo do que imaginado, incluiria Curitiba. O Plano de Governo contratado pela CODEPAR junto a SAGMACS com o apoio da PLADEP dedicaria um espaço para o planejamento da capital – e ainda incluiria Londrina, Maringá e Ponta Grossa - tornando-se, assim, o embrião do Plano Diretor de Urbanismo. Não causa surpresa ao leitor mais atento o fato de Curitiba figurar no Plano de Governo do Estado. Não se deve deixar de observar que a SAGMACS já havia elaborado a

proposta de um Plano Diretor para a cidade de São Paulo<sup>69</sup>. O movimento fundado por Le Bret objetivava estabelecer uma mentalidade de planejamento nos chamados países subdesenvolvidos para coibir os excessos de populismo e de capitalismo. Havia um modelo de intervenção estatal sobre a economia que privilegiava a industrialização e o Paraná queria participar (Augusto, 1978, p.42).

Entendia-se que o Paraná, e, conseqüentemente sua capital, necessitavam entrar num novo processo econômico com planejamento, objetivos traçados, sem abandonar a agricultura. A preponderância de São Paulo sobre as decisões no Paraná e sua capacidade de intervir junto ao Governo Federal contra decisões de investimento no Estado sulista vizinho, assim como a preocupação do Governo do Paraná com a industrialização estavam na pauta do governo Ney Braga (“Paraná 1961-1965”, p.33 e 34). O ex-Ministro da Fazenda, Rischbieter, na época presidente da CODEPAR certa feita teve, inclusive, um entrevero sobre o expurgo financeiro que São Paulo fazia nas receitas do Paraná e relatou da seguinte forma:

Numa manhã eu atendi duas pessoas da CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguay), com sede em São Paulo, que vieram comunicar à Codepar que Ponta Grossa havia sido escolhida pela Comissão para ser *pólo* industrial do Paraná, com o voto do nosso representante (que era nosso adversário na visão que tínhamos do Paraná). Eu tinha levantado naquele dia com o pé esquerdo e, sem discutir, disse o seguinte: "Eu fico muito feliz em saber que paulistas se interessam por alguma coisa no Paraná *além* de levar dinheiro dos cafeicultores para construir prédios de apartamento em Guarujá." A visita terminou assim. Um dos dois se chamava Antônio Delfim Netto. (Rischbieter, 2007, P.74)

Para o Governo do Estado, cabia ao Governo Federal a criação de um desenvolvimento harmonioso e integrado. Portanto, deveria investir em escala adequada nas mesmas áreas periféricas a São Paulo, “para obras de infraestrutura, de modo a favorecer um processo de industrialização complementar da agro-

---

<sup>69</sup> “Le Bret reuniu profissionais de várias áreas ao redor dos princípios do Movimento Economia e Humanismo francês, alternativa católica à polarização entre comunismo e fascismo que teve grande presença política no Brasil. Inserido em um estudo de planejamento para toda a bacia hidrográfica dos rios Paraná e Uruguai, o estudo “Estrutura Urbana e Aglomeração Paulistana (Estruturas Atuais e Estruturas Racionais)” realizado entre 1956 e 1958 aplicava uma metodologia para o entendimento da cidade como um fenômeno histórico, social e econômico que seria a base para a formação e prática do planejamento urbano em São Paulo nas décadas seguintes. Análise cuidadosa da realidade da cidade demonstrava a interdependência entre os núcleos urbanos existentes, a complexa hierarquia entre eles superava a essência da concepção poli-nuclear. A migração interna, do rural para o urbano e das regiões mais pobres para as mais ricas, transformava rapidamente as cidades.” Renato Anelli acesso em 24/12/2009 <http://www.archplus.net/index.php?s=Publikationen&c=193>

pecuária e ao processo de industrialização do pólo principal” – (Paraná, 1961-1965, p.37)

Havia uma preocupação por parte dos “estados periféricos” com a falta de uma política de integração (Oliveira 1960, p. xvi). A política de desenvolvimento então existente era de caráter pontual, local e não nacional, sendo, portanto, a responsável principal pelos profundos desequilíbrios regionais que caracterizavam a economia brasileira. Para Rischbieter (2010) a preocupação do governo do Estado centrava-se na criação de uma fonte de arrecadação livre das manipulações político-partidárias<sup>70</sup> para poder dar seqüência a seus projetos, já que do Governo Federal não podia se esperar muito (“Paraná 1961-1965”, p.85).

Segundo o relatório “Paraná 1961-1965” (p.86), sem a criação do FDE teria sido praticamente impossível ao Paraná a execução dos seus projetos de desenvolvimento, da mesma forma que também não teria sido possível uma maior eficiência na aplicação dos recursos conseguida através desse novo mecanismo. É que na execução orçamentária, os gastos de custeio e outros dispêndios absorviam a maior parte da receita arrecadada, deixando margem muito limitada aos investimentos. O quadro a seguir comprova a afirmativa:

Quadro 2– Comparativos de investimentos no Paraná com e sem o FDE.

Anos	% dos investimentos sem o FDE	% dos investimentos com o FDE
1961	14,6	FDE inexistente
1962	17,6	26,2
1963	17,4	30,0
1964	19,9	34,2

Fonte: “Paraná 1961-1965” p. 87

Foi exatamente com os recursos do FDE que a CODEPAR financiou o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, além das primeiras obras do prefeito Ivo Arzua.

---

<sup>70</sup> De acordo com AUGUSTO (1978, pg. 58) “A fórmula através da qual se constituiu a CODEPAR era interessante por vários motivos: a) impedia a fiscalização e, em grau razoável, a intervenção por parte da Assembléia Legislativa; b) não fazendo parte do sistema financeiro nacional, o que ocorreria após sua transformação em Banco de Desenvolvimento, impedia a ingerência do governo federal, aquela altura presidido por João Goulart de quem o governador do Estado era adversário político”. Entretanto cabe observar aqui que as acusações do uso político desta receita pelo governador foram inúmeras ele tentou impedir acirradamente que qualquer tipo de prestação de contas fosse exigida pela Assembléia Legislativa. Fora acusado até de enviar batatas para o nordeste usando o FDE.” (AUGUSTO, 1978, p.69)

Sem a existência do FDE provavelmente permanecer-se-ia fazendo gestão “espontânea e empírica” por muito tempo.

## 5.1 A CURITIBA DE NEY BRAGA NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Em 1943, Curitiba conheceu seu plano de urbanização que tornar-se-ia o mais conhecido. Elaborado por Alfred Agache<sup>71</sup>, em boa parte do seu conteúdo. No entanto, não foi implementado - em função de uma série de óbices durante a década de 1950 e metade da de 1960. A cidade praticamente ficou sendo administrada “espontaneamente”. Em 1947, o então prefeito Erasto Gaertner, formou uma comissão para rever o plano, cujo resultado sai somente em 1953. Do trabalho desta equipe foi elaborado um Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal que pretendia regular uma série de procedimentos urbanos, tais como: arruamento, loteamentos e uso do solo. Entretanto, a revisão do Plano Agache efetivou-se apenas em 1955, quando a Câmara Municipal aprovou uma proposta do prefeito Ney Braga “criando um Programa de Zoneamento que dividia a cidade em áreas comerciais e industriais (...)” (Rebello, 2004, p. 53).

Para Cornelsen (2010), que foi funcionário da prefeitura no Departamento de Viação e Obras na época do prefeito Rozaldo Mello Leitão (1940-43) e que deu início aos estudos do Plano Agache, o desvirtuamento do Plano se deu durante a prefeitura de Ney Braga:

Contrariando as diretrizes do plano Agache, o prefeito Capitão Ney Braga implantou o terminal rodoviário de ônibus na praça central do Guadalupe, agravando o já congestionado tráfego da região central de Curitiba. Agache planejara o terminal junto à estação rodoferroviária, apenas 4 quadras abaixo, onde era abastecida por amplas conectoras como a Visconde de Guarapuava, Sete de Setembro e Av. Iguazu. Não satisfeito com o Terminal no Guadalupe, Ney Braga permitiu ainda a construção da Igreja ao lado do terminal, criando mais um pólo de atração de pessoas e automóveis (nota-se que floresceu um comércio no entorno da Igreja).

---

<sup>71</sup> A primeira intervenção urbanística em Curitiba é o chamado Plano Agache, resultante da contratação, pela Prefeitura Municipal de Curitiba, da firma Coimbra Bueno e Cia. Ltda., em 1941, tendo a assistência técnica daquele urbanista francês. Com o passar do tempo, modificações são introduzidas naquele Plano, que sofre os tradicionais óbices apontados nos Planos de Urbanismo, preocupados principalmente com os aspectos físicos do desenvolvimento urbano, sem possibilidade de ordenar as condições econômicas e sociais da estrutura urbana. (Fernandes, 1979, p.30.)

A situação urbana de Curitiba parecia não incomodar muito enquanto esta era vista como a capital do “Paraná tradicional” e podia ser administrada pontualmente. Mas, com a inserção do pensamento tecnocrático no Estado ocasionado pela necessidade de revisão da sua estrutura administrativa e econômica, esta situação foi mudando. De acordo com o IUPERJ (1973, p.29), ter-se-ia dado na forma de um processo, ainda que, ressalte-se, seja difícil localizar cronologicamente o início de um processo de planejamento. Daí que, para isso, muitas vezes, usa-se de um artifício como a adoção de um plano, a criação de um órgão. Ainda que “a identificação de um ponto inicial no tempo só faça sentido quando o planejamento é contínuo, sem hiatos demasiadamente longos entre uma fase e outra do processo” (IUPERJ, 1973, p.21) e este foi o caso em Curitiba.

Para o IUPERJ (1973, p.21) esta etapa contínua em Curitiba “pode ter seu início facilmente identificado com a eleição do Prefeito para a gestão 1962/1966, quando a decisão de planejar foi *publicamente* incorporada ao programa administrativo.” Isso aconteceu porque havia experiências prévias de planejamento tanto em nível municipal quanto estadual. Importante observar a centralidade da figura de Ney Braga na experiência municipal (vale lembrar que ele foi prefeito da capital entre 1954 e 1958 e manteve estreita relação com o IBAM).

Ney Braga era um grande articulador político e entendia que o prefeito da capital tinha que ser, além de alguém da sua confiança, um técnico (Rebelo, 2004 p. 131). A escolha do candidato apoiado pelo governador Ney Braga foi influenciada fortemente por seu irmão, Guilherme Braga<sup>72</sup>, que, ao tomar parte nas discussões sobre a eleição à prefeitura, indicou seu colega de engenharia da Universidade do Paraná (hoje Universidade Federal do Paraná), Ivo Arzua, que na época ocupava o cargo de engenheiro no DER. A favor de Arzua pesava o fato de ter presidido, em 1953, a pedido de Bento Munhoz da Rocha – cunhado de Ney Braga - a comissão do centenário que gerenciaria as obras do Centro Cívico. A única ponderação na escolha de seu nome, segundo a lembrança de Rischbieter, parecia ser o fato dele ser muito tímido, perfil fechado, “ruim de conversa e teimoso” (Rischbieter, 2010), e que se limitava a falar apenas com pessoas mais próximas dos seus

---

<sup>72</sup> De acordo com Jaime Lerner, Guilherme Braga que tinha grande acesso à Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná fez a maioria das indicações de técnicos para o governo do estado. Entrevista 31/03/2010.

relacionamentos (Rebelo, 2004 p.129). Arzua disputou a prefeitura contra o vereador e advogado Carlos Alberto Moro que era apoiado pelo prefeito Iberê de Mattos, e contra o engenheiro Abílio Ribeiro. Segundo Rebelo (2004 p.130), como Arzua não era de muita conversa e Moro era um orador excepcional, Ney Braga, numa jogada de marketing, criou o slogan “Mais ação e menos conversa” para compensar a deficiência de oratória de Arzua e derrotar seus adversários. Conta Arzua (2010) que ele fez campanha de porta em porta, visitando fábricas e conversando com operários, sem muitos recursos financeiros. No livro “A política como arte”, Rebelo lembra que a prefeitura de Curitiba era considerada estratégica para Ney Braga e este dizia em suas campanhas de TV:

Para Curitiba, nós desejamos um técnico. Um homem que nasceu no trabalho, filho de pais pobres. É Ivo Arzua. Com Ivo eleito, eu terei mais trabalho, porque serei solidário aos seus problemas, porque eu avalizo a sua candidatura. (Rebelo, 2004 p. 131)

Arzua foi eleito prefeito em novembro de 1962. Logo após sua posse passou a receber verbas e visitas prometidas pelo Governo do Estado para que obras fossem feitas no centro da cidade<sup>73</sup>. No Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba a empresa Serete apontava o aumento de investimento em mais de 100% em saneamento, energia elétrica e no fomento industrial, em Curitiba, onde a CODEPAR havia quadruplicado os investimentos de 1961 para 1963<sup>74</sup>, indicando claramente os propósitos industrializantes para a capital.

Embora Arzua em seu discurso de posse tenha prometido o reexame do Plano Urbanístico de Curitiba, na prática, de acordo com o IUPERJ (1970, p.31) o tal “reexame” consistiria em:

1. Fixar uma "política do solo" que assegurasse a salubridade, a estética, a economia, a segurança e o bem-estar da população.
2. Revisão do Código de Obras.
3. Estabelecimento de um Plano de Ordenação dos Espaços que constituir-se-ia em base de uma política do solo e de urbanização.

---

<sup>73</sup> A “Revista Panorama”, na sua edição de dezembro de 1963, na matéria intitulada “Curitiba e seu prefeito”, praticamente um ano após Arzua ter assumido Curitiba e quase um ano de CODEPAR, dava conta das obras no centro da cidade onde 217 milhões de cruzeiros já haviam sido investidos, dinheiro antes que a prefeitura não dispunha, fora outras obras, destacando que essas mudanças compunham as *exigências de uma cidade mais moderna. Também dizia a revista que após 25 anos finalmente a prefeitura tinha recursos, esta superavitária* (grifo nosso).

<sup>74</sup> Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, anexo A-51

4. Estabelecimento de um Plano de Circulação Geral, a curta e longa distância, que abrangeria arruamentos, pavimentações, obras de arte, estações rodoviárias, ferroviárias, aeródromo, canais e travessias da cidade.
5. Estabelecimento de um Plano de Erradicação de Favelas.

Para os pesquisadores do IUPERJ, “(...) em princípio, o programa propunha um mero reexame de um Plano precariamente executado e ajustamentos que o atualizassem”. Evidente que falavam de uma plástica ao Agache. Essa era a idéia básica de Arzua com relação à cidade, segundo Groff (2010), que trabalhou diretamente com Wilhelm e Milder. Arzua era frontalmente contra o plano - que teve a participação direta de Rischbieter na sua estruturação. Como instrumentos para a execução do programa para controlar espacialmente o crescimento da capital - além daqueles que já contava como o Departamento de Urbanismo, a Comissão de Zoneamento, a Comissão de Planejamento de Curitiba – COPLAC, (constituída por uma Comissão Consultiva multidisciplinar e outra executiva – grande inovação na época) - Arzua imaginava criar uma companhia mista que se chamaria Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba. O que, mais tarde, se concretizaria com o nome de Urbanização de Curitiba SA - URBS<sup>75</sup> - através da lei 2295/1963. Entretanto, as idéias do Governo do Estado para a capital, com seu papel supramunicipal eram um pouco mais ambiciosas.

Em seu discurso de posse, Ney Braga já afirmava que daria ao Governo do Estado uma administração mais estratégica, mais produtiva, baseada num programa de desenvolvimento do Estado como um todo, diferente da visão de *localidade* do Governo Federal, pontual, que premiava determinadas regiões com a distribuição de recursos esvaziados de outros Estados, principalmente do Paraná<sup>76</sup>. Braga prometia um Paraná menos dependente da agricultura e mais industrializado e, por isso, escolhe quatro pólos de desenvolvimento: Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina. Segundo o IUPERJ (1970, p.21) é nesse momento, mas não só por isso,

---

<sup>75</sup> De acordo com o IUPERJ, o modelo da URBS foi baseado no carioca da Superintendência de Urbanização e Saneamento – SURSAN e com seu advento e suas perspectivas de atuação na área do ordenamento urbanístico de Curitiba, criou-se um quadro de incentivo que atraiu arquitetos para a cidade, uma vez que havia a grande chance de serem acolhidos pelo Departamento de Urbanismo. Esta situação incentivou, também, a Faculdade de Arquitetura a ampliar seu quadro de professores. (IUPERJ, 1973, p.32)

<sup>76</sup> De acordo com Rischbieter (2007, p.81) em 1964 o Brasil exportou produtos no valor de 1,4 bilhões de dólares e deste montante mais de 50% provinha da exportação do café e nele o peso do Paraná era enorme.

que se torna possível identificar o nascimento de uma etapa “contínua” de planejamento no município – ver quadro 3.

O I Plano de Desenvolvimento do Estado dedicou a rubrica “Objetivos Especiais Quanto a Implantação Territorial” para a cidade de Curitiba, tendo como subtítulo “Curitiba, pólos urbanos regionais, desenvolvimento urbano e nucleação”. O Plano abre o capítulo dedicado à capital tecendo uma forte crítica:

(...) suas condições urbanísticas são, no entanto, precárias, caracterizando-se pela baixa densidade de ocupação que prejudica a eficiência e extensão dos serviços de infra-estrutura urbana. Aspectos mais graves, porém, é a nítida desproporção entre a vocação regional da cidade e as funções que de fato concentram. No entanto, suas potencialidades como centro industrial e de negócios, como metrópole social e cultural podem ser rapidamente exploradas, de forma que a Capital paranaense seja de fato um pólo complexo de desenvolvimento de alto significado para o progresso do Estado. (p.151)

O I Plano de Desenvolvimento do Paraná estava focado na industrialização do Estado<sup>77</sup>, através de investimentos, nos quatro pólos indicados. (CODEPAR, 1963, p.151) Para isso precisava priorizar, principalmente com relação à capital, o planejamento urbano. Este apoio iria desde o auxílio técnico, passando pela estruturação de um órgão permanente de planejamento urbano, até o financiamento de planos diretores. Este conjunto de atividade recebeu o codinome de “Operações Urbanas”. Para Fernandes (1991, p.27) foi exatamente na administração Ney Braga que Curitiba começou a inovar na área do planejamento urbano.

Havia uma justificável preocupação por parte do Governo do Estado com a posição de Curitiba no cenário paranaense, tida, por importantes atores da época, como uma capital atrasada<sup>78</sup>, cheia de deficiências estruturais. Do ponto de vista do Governo do Estado era preciso alterar drasticamente a situação, pois um Estado forte precisaria de uma capital forte. Curitiba deveria estar à altura das novas funções imaginadas para o Estado, que estavam apontadas nos projetos de governo

---

<sup>77</sup> De acordo com Rischbieter (2007, p.71) embora o Estado tivesse um projeto de industrialização havia forte resistência dos empresários paranaenses e a tarefa não era fácil. A CODEPAR adotava o sistema de *Project-loans*, isso significa que para conseguir um financiamento havia necessidade por parte do solicitante de apresentar um projeto de investimento que seria analisado nos seus aspectos econômicos e financeiros. Os industriais solicitantes se sentiam ofendidos, entendendo o processo como intromissão nos seus negócios “(...) tínhamos que empregar métodos pedagógicos e usar de muita psicologia para convencê-los. Sempre acabavam convencidos, todos, até porque os juros eram subsidiados.”

<sup>78</sup> Para Rischbieter (2010), Curitiba até o início da primeira prefeitura de Jaime Lerner era uma cidade sem atrativos, quase que esquecida no cenário nacional, onde não havia nada para se fazer a não ser ir ao passeio público e mostrar o Jardim Los Angeles para os visitantes.

que vinham sendo preparados desde a criação da PLADEP, em 1955, conforme já indicado anteriormente.

O processo de industrialização da capital começava a se tornar bastante vantajoso, também, porque com a forte migração de pessoas para Curitiba passava a contar com um mercado latente e que poderia ser explorado, uma vez que “o mercado interno torna-se o canal principal da absorção da oferta” (Cardoso, 1993, p.23).

Importante lembrar que o modelo de industrialização perseguido era aquele que agregasse valor à estrutura do Estado e libertasse o Paraná da dependência das importações<sup>79</sup> com produtos de maior valor agregado. Para o Governo do Estado “Não é possível, portanto, ter-se qualquer prosperidade estável à base de fatores altamente exauríveis, como fora de qualquer dúvida, são os solos para a agricultura” (“Paraná 1961-1965”, p. 32).

A prova da visão de futuro de Ney Braga e da equipe que desenvolveu, com a CODEPAR o I Plano de Desenvolvimento, é que a decisão pela industrialização se dava no momento em que o Paraná se convertia no maior exportador de café do Brasil<sup>80</sup>.

## 5.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ E DA SUA CAPITAL

Todos os planos de governo após 1955 direcionavam a economia paranaense para novos rumos. Mas foi a consolidação destes planos pela CODEPAR que inseriu Curitiba, como já mencionado, em definitivo nos projetos industrializantes do Estado. Doravante, Estado e Capital seriam um todo. A industrialização deveria dar a Curitiba, como lembra Augusto (1978, p.51), as novas funções esperadas.

Analisado todo o seu conjunto, a situação do desenvolvimento industrial do Paraná se concentraria quase que totalmente e por força das circunstâncias, na

---

<sup>79</sup> Era isso exatamente uma das indicações da Missão Cooke ao Brasil e que foi absorvida pela CEPAL (p.32).“ A consciência do modelo de industrialização nacional e a constatação da posição do Paraná como importador de produtos industrializados, orientavam tanto as concepções técnicas como as ações práticas no sentido de tentar repetir, em escala estadual, um processo de substituição de importações semelhante ao nacional”. (Augusto, 1978, p.1)

<sup>80</sup> Segundo Rischbieter (2010) o grande incêndio ocorrido entre agosto e setembro de 1963 expôs a nossa fragilidade econômica e representou o impulso final para o Paraná, através da CODEPAR e depois o BADEP, iniciar o processo de industrialização do Estado. Este incêndio ocorreu na região centro-oriental do Paraná, que devastou perto de 2 milhões de hectares de florestas, 5 mil casas e matou 110 pessoas, chegando até perto de Ponta Grossa.

capital ou no máximo na área metropolitana de Curitiba<sup>81</sup>. À época dos estudos da PLADEP (1959, p.76), Curitiba era responsável por quase 30% da produção industrial do Estado e esta se distribuía na capital da seguinte forma: 28,4% produtos alimentares, 16,8% madeira e mobiliário, 15,6% químicos e farmacêuticos e os restantes 39,2% distribuídos em dezenas de pequenas indústrias. No Estado somente Curitiba registrava pluralidade industrial, que era outra boa razão para forçar o desenvolvimento industrial na Capital, além de concentrar mais mão-de-obra, saberes e proximidade com o porto de Paranaguá para onde se direcionava uma série de investimentos, tendo a “CODEPAR como centro de investigações e estudos sobre a realidade socioeconômica do Estado.” (Fernandes, 1979, pg.32)

Embora o projeto da CODEPAR fosse “fornecer ao governo um instrumental capaz de lhe permitir *financiar a atividade industrial* dentro das normas modernas de fomento ao desenvolvimento” (Augusto, 1978, pg. 70), não obteve o resultado que se imaginava quanto ao desenvolvimento industrial, mas cumpriu seu papel em várias outras áreas como na geração de energia elétrica, melhoramento na infraestrutura viária e desenvolvimento urbano da capital. Mas, para o escopo deste trabalho, o maior mérito da CODEPAR foi inserir Curitiba no I Plano de Desenvolvimento do Estado, investir no planejamento urbano da cidade e estabelecer as discussões iniciais sobre sua industrialização.

---

<sup>81</sup> A Região Metropolitana de Curitiba – RMC – juntamente com as outras oito regiões, foi instituída pelo governo federal em 1973, através de Lei Complementar nº 14. “Em dezembro de 1966, o Setor de Desenvolvimento Urbano e Regional do EPEA, solicitou ao IPPUC estudos sobre a possibilidade da Região Metropolitana de Curitiba tornar-se “Região-Programa” com o objetivo de oferecer efeito de demonstração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que considerava a experiência imperiosa, como diretriz básica do planejamento local integrado. Em janeiro de 1967 foi concluído pelo Conselho Nacional de Geografia o “Esboço Preliminar de Divisão do Brasil em Espaços Polarizados” indicando Curitiba, como centro polarizador de crescimento metropolitano. (Gazeta do Povo, 3 abril de 1973 “Curitiba como exemplo”). Entre os integrantes do estudo da criação das regiões metropolitanas estava o Arquiteto Almir Fernandes, que coordenou os trabalhos (Fernandes, 2010). Curiosamente o prefeito Ivo Arzua tinha criado em 1964 um grupo de discussão dos problemas comuns do entorno de Curitiba região que chamavam “Área Metropolitana de Curitiba”. Fonte: Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 10/01/1973 a 22/03/1973 p.455.

## 6. REPENSANDO OS PLANOS PARA CURITIBA

As primeiras intervenções na estrutura administrativa da prefeitura após o plano Agachê acontecerem com o prefeito Ney Braga e com o apoio técnico do IBAM<sup>82</sup>, através da Lei 1165/1955, e permitiu que as modificações que se julgasse necessárias no Plano Agache fossem introduzidas. Com isso uma série de medidas foi tomada pelo recém-criado Departamento de Planejamento e Urbanismo, entre elas a nomeação de uma Comissão de Planejamento que ficou conhecida como COPLAC que proporia, em 1958, o Plano Global do Município. Lembra Garcez (2006, p.86) que o mesmo tinha como princípio fundamental a descentralização urbana.

O Plano Global do Município tinha, por objetivo, limitar as unidades de vizinhança “da forma mais característica possível como pela bacia fluvial, grandes vias de tráfego, espaços verdes, entre outros” (Garcez, 2006, p.86). Cada unidade teria sua própria planta básica topográfica indicando o arruamento e planta cadastral.

Ainda, segundo Garcez (2006, p.87), o Plano Global também projetava um novo sistema viário, constituído por um “Sistema Externo”, que seria constituído pelos eixos viários de passagem e um “Sistema Interno” que estaria assim estruturado:

- 1- Vias para o acesso do tráfego externo ao centro, aos subcentros e áreas especiais;
- 2- Ligações dos subcentros ao centro;
- 3- Ligações entre unidades de vizinhança;
- 4- Sistema de tráfego local interno a cada unidade.

Entretanto, o Plano Global do Município não tinha uma visão estratégica da região como um todo<sup>83</sup> (embora o nome fosse “global”) e propunha a criação de um

---

<sup>82</sup> Importante lembrar a forte relação estabelecida entre o prefeito Ney Braga e o IBAM. Em 1957 Curitiba é homenageada pelo instituto com o primeiro lugar no prêmio “Os dez municípios de maior progresso”. Ney Braga recebe o prêmio das mãos do Presidente Juscelino Kubitschek. Revista IBAM, nº 22.

<sup>83</sup> Tal plano projetava uma população de 1 milhão de pessoas para Curitiba no ano 2000. (Garcez, 2006, p.86). O número estimado não levou em consideração os demais municípios em torno de Curitiba e que sofriam também com o adensamento populacional e errou em muito o percentual de crescimento da cidade. O Plano Agache previa um crescimento de 2,5% ao ano - o que significaria que a população dobraria em 28 anos - mas o crescimento demográfico se acelerou para uma taxa

órgão de orientação e deliberação “cujo presidente será o prefeito e poderá contar com a presença de pessoas representativas, a convite especial do prefeito, nas reuniões de deliberação”. (Garcez, 2006, p.88)

Neste modelo de órgão de planejamento ainda utilizava-se a receita que era recomendada no Brasil. Primeiramente criava-se um plano e, depois, o próprio plano formaria seu órgão gestor.. Porém, já era sabido, não funcionava. O Plano Global estava desenhado para ficar à mercê do Chefe do Executivo, situação clara nas palavras de Garcez acima. O que sobrou do Plano Global foi o que se chamou de Plano Piloto de Zoneamento de Uso, aprovado em 1960 (Manzi, 2008, p.79).

Era o início de um processo e todo esse esforço anterior foi potencializado com a criação da Companhia de Urbanização de Curitiba S/A – URBS. Curiosamente ela transformou-se num ímã atraindo arquitetos de todo o Brasil - “Tanto a Prefeitura os acolhia em seu Departamento de Urbanismo, quanto a Faculdade de Arquitetura ampliava seu quadro de docentes”, (IUPERJ, 1973, p.32). Segundo Ficinski (1991, p.14), em 1962, criou-se em Curitiba a Escola de Arquitetura e Urbanismo a partir de gestões iniciadas por uma comissão especial de professores da Escola de Engenharia do Paraná e aquela passou a servir de “centro aglutinador dos arquitetos e engenheiros preocupados com a problemática urbana” (IUPERJ, p. 24). Logo um grupo de professores e alunos do primeiro curso desta faculdade<sup>84</sup> criaram o hábito de se reunir, alternadamente, nas casas de cada um dos participantes. Para o IUPERJ (1973, p.32) o pensamento deste grupo era voltado a um plano urbanístico de humanização da cidade. Num dos encontros, na residência de Jaime Wassermann que foi um dos membros do Movimento Moderno de Curitiba (Gnoato, 2009, p.42), o objeto da discussão era o alargamento da Rua

---

de 7,4% ao ano no decênio 1950/1960 – o que significaria que a população dobraria em 9,5 anos o que de fato ocorreu – ver nota 113. As Regiões Metropolitanas viriam a ser imaginadas e consideradas nos projetos urbanos pouco mais de uma década depois.

<sup>84</sup> De acordo com o depoimento de FICINSKI – concedido ao autor no dia 02/02/2010 - a Faculdade de Arquitetura era bastante eclética e não havia domínio de uma linha de pensamento “Eles não fizeram primeiro uma escola de arquitetura ligada às belas artes. Fizeram uma escola de arquitetura ligada à engenharia, então temos um pouco da formação de engenheiros. E não quiseram fazer uma escola dominada por alguém, sempre tem um grande mestre e eles fizeram um negocio eclético e convidaram professores de diversas escolas. Então o Léo Grossman veio do Rio Grande do Sul depois de fazer um curso nos Estados Unidos com o Mies Van der Rohe. O Armando Strambi e o Marcos Prado vieram de Belo Horizonte com aquela imersão em arquitetura brasileira. O Gustavo Gama Monteiro veio do Rio de Janeiro, foi aluno do Reidy, e o Luiz Forte Neto, basicamente, que veio de São Paulo, era da turma do Artigas. Era uma escola muito eclética” este depoimento é corroborado pelo de Bongestabs (2009).

Marechal Deodoro – projeto pontual e pago com as verbas da CODEPAR. Reunião esta onde estavam presentes Lubomir Ficinski, Jaime Lerner, Luiz Forte Netto, Marcos Prado, Luiz Armando Garcez, entre outros. Nesta reunião sugeriram a Garcez, que era funcionário da Prefeitura e professor do curso, que Curitiba precisava de um plano de urbanismo e solicitaram um encontro com Arzua. Este encontro ocorreu, mas não resultou em nada.

Karlo Rischbieter, que fizera parte do grupo, desligou-se para assumir a CODEPAR<sup>85</sup>, mas manteve-se sempre atualizado sobre as coisas da cidade através da sua esposa, Franchette Rischbieter, engenheira da prefeitura. Em função dos seus relacionamentos Rischbieter pressionou Arzua para a criação de um plano de urbanismo para a Capital quando percebeu que as verbas – que eram oriundas das promessas de Ney Braga na sua campanha ao Governo do Estado - eram liberadas aleatoriamente. Segundo Garcez (2006 p.94):

Não obstante o Departamento de Urbanismo, por meio de sua equipe própria, ter realizado uma tentativa de modernizar o processo de planejamento urbano, sentia-se falta de um plano diretor integrado, uma visão global dos problemas urbanos e suas soluções, principalmente em uma época em que ressoavam planos propostos por importantes urbanistas, como Dioxíades para o Rio de Janeiro e Lucio Costa para Brasília. Na falta de um novo plano e na obsolescência do antigo, criava-se um receio que a falta de diretrizes atualizadas pudesse comprometer o futuro da cidade.

Além disso, os trabalhos de “modernização” coordenados pela URBS que estava “decidida a mostrar a que vinha” (Garcez, 2006 p.103) - como o alargamento da Rua Marechal Deodoro uma das grandes obras previstas no Plano Agache - estavam se tornando extremamente antipáticos sob o ponto de vista da população, uma vez que a URBS forçava as desapropriações. Na Rua Marechal Deodoro, elas ocorriam tão “rápido quanto as escavadeiras iniciavam as obras” (Garcez, 2006 p.103), surpreendendo os moradores que não aceitavam os valores pagos pelas desapropriações, envolvendo a Justiça que pendia para a URBS, a ponto de um Juiz de Direito em seu despacho sentenciar que: “(...) o ocupante, tal como os chefes

---

<sup>85</sup> Rischbieter fora contemporâneo no primeiro curso da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de praticamente quase todos os arquitetos que participaram do Plano Preliminar e do IPPUC, de sorte que havia um excelente canal de comunicação entre eles, (FICINSKI, MCU, p.14). Rischbieter também casara-se com Francisca Maria Garfunkel – conhecida pelo apelido de Franchette - uma das mais importantes urbanistas que Curitiba já teve e que era funcionária da Prefeitura de Curitiba desde 1952 (Rischbieter, 2007, p.69)

nazistas no *bunker* de Berlin, apesar da destruição que se processava do lado de fora, teima em resistir” (Garcez, 2006 p.103).

Para Jaime Lerner (2010), a impressão de boa parte do grupo que se reunia era que Arzua estava “estragando” a cidade, alargando a Marechal Deodoro, bem dentro da visão do Agache e com um projeto de Garcez para alargar a Rua XV, fazendo obras muito pontuais. O estopim seria uma proposta tida como absurda de se fazer um viaduto entre a Praça Carlos Gomes e a Praça Tiradentes, para desafogar o trânsito. Ninguém melhor para contar essa história do que o próprio Rischbieter a quem Arzua pedia a liberação dos investimentos<sup>86</sup>:

Em 1964 Ivo Arzua Pereira era Prefeito de Curitiba. Os curitibanos não conseguiam ter orgulho de sua cidade. Era mais uma cidade de tamanho médio, como as outras. Tinha menos de seiscentos mil habitantes. Uma equipe de arquitetos sugeriu então algumas intervenções urbanísticas para melhorar o trânsito. Além de alargar a Rua XV (projeto que vinha de há muito tempo) milagrosamente abortado, havia a idéia de um viaduto ligando a Praça Tiradentes à Praça Carlos Gomes para acabar com o gargalo do cruzamento da Rua Marechal Floriano com a Rua Quinze. Como Franchette<sup>87</sup> já estava muito entrosada na equipe técnica da Prefeitura, ela e seus colegas me convenceram que um engarrafamento seria transformado em dois: um no começo e outro no fim da obra grandiosa<sup>88</sup>. Como a Prefeitura não tinha dinheiro, o Prefeito pediu dinheiro à Codepar. Eu era então Presidente, e disse que só aprovaria algum financiamento se fosse provada a validade da proposta. E isto exigia um Plano Diretor de verdade. (Rischbieter, 2007, p.75)

Vale a pena reproduzir a conversa que, segundo Rischbieter (2010), aconteceu entre ambos no seu gabinete na CODEPAR:

- Mas Ivo, por que você acha que tem que obrigatoriamente fazer isso? - Está na cara, Rischbieter”. - “Ivo, está na cara pra você, não está para mim

---

<sup>86</sup> Com relação aos investimentos em Curitiba, de acordo com o IUPERJ, a receita da Prefeitura de Curitiba era, em Cruzeiros, a seguinte: 1959, Cr\$321,115, 1960, Cr\$ 419.586, 1961 Cr\$ 614.868, 1962, Cr\$ 1.097.6007, 1963 Cr\$ 1.756.024, 1964 Cr\$ 4.740.503 e finalmente em 1965, Cr\$ 10.454.585 (p.43). Embora recorrendo à CODEPAR, a prefeitura aumentou suas receitas através de um grande esforço de reorganização do Departamento da Fazenda, da ativação da fiscalização fazendária e da Divisão da Dívida Ativa do Departamento Jurídico; 81% da receita vinham da arrecadação de tributos. Foi um grande esforço para regularizar as dívidas de uma prefeitura, basta recordar que quando Arzua assumi-a em 15/12/1962 havia em saldo de caixa Cr\$ 3.059.270,80 para saldar um montante de compromissos a curto prazo que ultrapassavam a cifra de Cr\$ 106.000.000,00. Para iniciar a regularização Arzua recorreu ao Governo do Estado e recebeu um empréstimo de Cr\$ 100.000.000,00.

<sup>87</sup> Arquiteta da Prefeitura desde 1952 e esposa de Rischbieter .

<sup>88</sup> Como nos lembra Dely (1991, p.17), viadutos só corromperiam o espaço urbano, privilegiando os automóveis.

e eu tenho discutido isso com amigos meus essa proposta que está aí e não acho que seja. Por que você não contrata uma consultoria? Eu pago.

O autor da idéia do viaduto era Luiz Armando Garcez (Rischbieter, 1991, p.15), que curiosamente fazia parte do grupo que se reunia para discutir Curitiba. Evidente que o projeto foi barrado por Rischbieter. A pressão se avolumava sobre o prefeito. A própria URBS já havia feito um estudo mostrando claramente suas pretensões de atuar fortemente no planejamento da cidade, mesmo após a aprovação do Plano Serete com toda a pompa que envolveu o seminário “Curitiba de Amanhã”. Segundo o IUPERJ:

Dos estudos e propostas elaborados pela URBS no período 1964/66 pode-se inferir facilmente sua pretensão de atuar no planejamento urbano de Curitiba:

- 1964: - Proposta para elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba.
- Projeto técnico-econômico para obtenção de recursos junto à CODEPAR para pavimentação da Avenida 7 de Setembro.
- 1965: - Estudo econômico-financeiro do Centro Comercial do Portão.
- Estudo para criação da COHAB-CT.
- Estudo para a erradicação da Favela de Vila Guáira.
- Estudo para o Planejamento de Tráfego em Áreas Urbanas.
- 1966: - Estudo para ampliação do Plano Diretor de Curitiba à totalidade do território municipal.
- Estudo técnico-econômico para financiamento da via expressa Marechal Floriano e da Rua 15 de Novembro.
- Estudo sobre a viabilidade de implantação de um Distrito Industrial do Barigui em Curitiba. (p.47)

Somando-se às fontes de pressão já mencionadas, sobre Arzua havia outra anterior à sua prefeitura: a COPLAC. De acordo com Monteiro (1991, p.69), ela<sup>89</sup> representou a primeira tentativa após o Agache de se retomar a reorganização urbana de cidade, cujo maior mérito culminaria com a criação da URBS. Visto hoje, a COPLAC parecia perceber a necessidade de uma constituição multidisciplinar:

(...) composta de 5 elementos em contato direto com o Prefeito: um técnico em planejamento econômico, um engenheiro civil, um engenheiro urbanista, o diretor do Departamento de Urbanismo e um técnico em finanças. A partir das diretrizes da Comissão Consultiva, a Executiva procedia a pesquisas e estudos e os traduzia em mapas e gráficos que, enviadas à consideração crítica da Comissão Consultiva, retornavam à Executiva para serem transformados em relatórios. (IUPERJ, 1973, p.38)

---

<sup>89</sup> Por ocasião da elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo a COPLAC ainda existia formalmente, mas sem condições de atuação. (IUPERJ, p.27)

Com a COPLAC, no início da prefeitura de Ivo Arzua, partiu-se para o estudo de um novo plano e no trajeto desta discussão, decidiu-se convidar um arquiteto de “notória capacidade” (Monteiro, 1991, p.69) para ajudar. O escolhido por consenso foi Sérgio Bernardes, decisão esta fortemente influenciada por Monteiro que era amigo de Bernardes. Então, Arzua, juntamente com o Diretor do Departamento de Urbanismo, Theodócio Atherino e Luiz Armando Garcez foram ao Rio de Janeiro convidá-lo a visitar Curitiba e proferir uma palestra sobre a necessidade de um plano regulador para o desenvolvimento da cidade e que seria finalizada com uma proposta para um plano. Contudo, embora tenha aceitado, o que acontece depois nas palavras de Monteiro, foi uma enorme decepção:

(...) o esperado não aconteceu. Ele se esqueceu da palestra. Explicou mais tarde que a sua ausência foi por causa de um acidente ocorrido com sua filha em Cabo Frio. Porém, não nos avisou nada, criando uma decepção muito grande e gerando posições contrárias à sua participação. (Monteiro, 1991, p.70)

A única tentativa do prefeito Arzua foi frustrante. No final de 1964, ameaçado de ficar sem recursos, o prefeito começava a se ver forçado a abrir concorrência nacional para um novo Plano Diretor de Urbanismo, mas resistia à idéia. Vale lembrar que mais de um ano já havia se passado desde a publicação do I Plano de Desenvolvimento do Estado - que insistia na melhoria das condições socioeconômicas da capital e Arzua ainda não tinha nenhum projeto urbano. A Revista Panorama publicou na edição de março de 1973 a matéria “Eu, você & Curitiba” onde enaltecia a beleza da cidade, seu surpreendente crescimento, o trabalho do prefeito. Mas não fazia qualquer menção de algum novo projeto urbanístico. A reportagem, inclusive, tentava justificar alguns dos problemas graves da cidade (Panorama, 1963, ed.130, p.5).

A prefeitura, que fazia obras com a ajuda dos recursos financeiros do Governo do Estado foi agraciada com outra matéria na mesma revista, em dezembro de 1963, que fazia uma extensa cobertura sobre as atividades do prefeito “de pouca conversa e muita ação”, slogan usado na sua campanha eleitoral. Novamente, contudo, não há qualquer menção de se reformular o Agache ou mesmo desenvolver um novo projeto urbanístico para a cidade, contrariando o dinamismo que se dizia ter Arzua (Netto, 1991, p.53). Sem recursos para financiar obras minimamente necessárias à cidade e sequer para um projeto de urbanismo, uma vez

que o déficit da prefeitura quando Arzua a assumiu superava em 26% a arrecadação (IUPERJ, 1973, p.41), e contando apenas com um pouco do *know-how* local, a prefeitura acabou cedendo à pressão da CODEPAR, quando esta negou novos recursos àquela e cobra a elaboração de um Plano Diretor<sup>90</sup>. Evidente que esta condição permitiria que o Governo do Estado intercedesse diretamente nos atos da gestão municipal, o que acabou acontecendo. Como, por exemplo, exigindo a presença de pessoas da CODEPAR no grupo de acompanhamento<sup>91</sup> (Fernandes, 1979, p.39). Isso, por si, já mostra que a autonomia que a prefeitura alegava ter sobre o desenvolvimento do plano de urbanismo não existia e que ela estava inserida no jogo político do Governo do Estado através dos instrumentos de controles à disposição deste. A independência não está evidente, também, nos documentos existentes, em depoimentos e nem nos jornais que eventualmente criticavam a situação. Numa matéria da “Gazeta do Povo” sob o título “Escadalozinho”, o jornal tentava levantar suspeitas infundadas e chamava a participação do Governo do Estado de “intervenção indébita”:

Firma paulista de engenharia, (Serete), segundo rumores, está sendo financiada pelo Governo para estudar, (apenas estudar), um plano diretor para a cidade de Curitiba. O fato causa espécie. Principalmente porque a Escola de Engenharia do Paraná ofereceu-se gratuitamente para elaborar a mesma coisa. E depois é de se perguntar: a troco de que ou por que financiar-se uma empresa de fora? Acaso o Paraná não possui bons técnicos em urbanismo?

Outro detalhe: a Câmara Municipal de Curitiba não foi ouvida sobre o assunto e nem o Sr. Ivo Arzua autorizou estes estudos. Finalmente, nossa capital não possui prefeitos e nem vereadores? Por que essa intervenção indébita do Estado na administração do Município? Estará sobrando dinheiro? (Gazeta do Povo, 5 de Agosto de 1965)

A nota do citado jornal chama atenção por duas situações: a primeira por alegar que o prefeito não autorizara os estudos – o que não era verdade. O prefeito

---

<sup>90</sup> Contra um saldo em caixa de Cr\$3.059.270,80, a administração empossada em 15 de novembro de 1962 encontrou compromissos a saldar, a curto prazo, que se elevavam a Cr\$ 106.540.268,90. (IUPERJ, 1973, p.41).

<sup>91</sup> “Tão logo foi firmado o contrato, o prefeito criou um grupo de trabalho de acompanhamento, constituído pelos senhores Engenheiro Saul Raiz, Arquiteto Almir Fernandes, Economista. Reinhold Stephanes, Arq. Jaime Lerner, Engenheira Dulcia Auriguio, Engenheira Francisca Richbieter, Arquiteto Luiz Forte Netto, Arquiteto Lubomir Ficinski, Arquiteto Alfred Willer, Arquiteto Jose Maria Gandolfi, Arquiteto Domingos Bongstabs, Arquiteto Elgson Ribeiro Gomes, Arquiteto Leo Grossman, Arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lira, Arquiteto Onaldo Pinto de Oliveira e Engenheiro Tabajara Wendt da Costa. Este grupo contava com a presença de 11 arquitetos professores do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná”. (Garcez, 2006, p.96)

Arzua resistiu o quanto pode e no final preferiu se colocar, inteligentemente, numa cômoda posição de neutralidade uma vez que fora coagido a aceitar a idéia de um Plano Diretor, coisa que já recusara em outras passagens<sup>92</sup>. A segunda situação que chama a atenção na nota do jornal é quanto a reclamação da “intervenção indébita do Estado na administração de Curitiba”. O que era um fato, mesmo porque o prefeito era quase visto como uma espécie de Secretário de Estado e mantinha estreitas relações com o governador<sup>93</sup>. Além disso, havia certa xenofobia com relação à participação de empresas de outros Estados na concorrência.

Em algumas poucas oportunidades a mídia procurou desqualificar, por exemplo, o trabalho da Serete. Talvez mais por um orgulho regional ferido por se tratar de uma empresa de “fora” (Auríquio, 1991, p.4), tentando ensinar a fazer planejamento urbano. Opinião reforçada na pesquisa do IUPERJ (1973, p.47):

Em primeiro lugar, a proximidade da metrópole paulista, a expansão da influência econômica do estado de São Paulo pelo norte do Paraná e outros fatores que faziam de Curitiba satélite na órbita de São Paulo sempre projetaram certa xenofobia cultural na capital paranaense. Daí que, quando levantou-se a hipótese de contratação de uma empresa paulista - no caso a Serete que apresentara a primeira proposta - ou de qualquer outra fora do estado à época da concorrência pública, vieram as reações de xenofobismo cultural. Não poucos arquitetos e engenheiros curitibanos alimentavam pretensões de formular o Plano da cidade.

Em outra coluna da “Gazeta do Povo”, de autoria de Osmann de Oliveira, lia-se, sob o título - “O fracasso da Seret” (sic), o seguinte comentário:

Contando com o benefício de um empréstimo de 40 milhões de cruzeiros do Governo do Estado, a firma paulista Serete andou promovendo estudos destinados ao Plano Diretor da Cidade de Curitiba. Sem contar com a mesma quantia em dinheiro e longe do mercantilismo oficial ou oficioso a Faculdade de Engenharia ofereceu ao município, gratuitamente, idêntico trabalho o qual, inclusive mereceu justos e merecidos encômios (Gazeta do Povo, 24 de junho de 1965)

---

<sup>92</sup> Em seu depoimento à Memória da Curitiba Urbana, Dulcia Auríqueo afirma que o Prefeito não aceitou outras idéias de planos “(...) Rischbieter que tem uma mentalidade voltada ao urbanismo - sente a cidade, gosta -, entrou na história perguntando por que a gente não fazia um plano diretor novo, ao invés de ficarmos com o Plano Agache. O prefeito, Ivo Arzua Pereira, disse “há um plano, vamos segui-lo”. Começamos a alargar as ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro, que eram estreitinhas, no centro da cidade. Isto nos abriu os olhos, (...)”. (Auríquio, 1991, p.4, grifo nosso).

<sup>93</sup> Lembra Arzua (2010) que Ney Braga saía com ele para visitar as obras nos bairros e em diversas oportunidades almoçaram “marmitta sentados junto com os operários.”

Havia resistência na aceitação de uma empresa de fora (ainda mais por se tratar de paulista - por toda a história da sangria financeira do Paraná para o Estado vizinho) e que recebia denúncias de ter embolsado verba antecipada para realizar as pesquisas. As denúncias na “Gazeta do Povo” partiam do jornalista Osmann de Oliveira que pertencia à rede de influências do Diretor de Urbanismo, Theodócio Atherino (que freqüentava as notícias na coluna de Osmann e também fizera um plano concorrente ao da empresa Serete) e era tido como forte candidato a Prefeito<sup>94</sup> tendo apoio quase integral da URBS. Segundo Jorge Wilhelm:

À época, o Departamento de Urbanismo tinha como diretor Theodócio Atherino. A segunda pessoa lá era a Dulcia Auriquio. Com Atherino o contato não era muito fácil, porque ele realmente resistia a idéia de um consultor, achava isto uma interferência no trabalho normal do Departamento de Urbanismo. Mas acho que esta não era a idéia do prefeito. (Wilhelm, 1991 p. 28)

Na realidade, o que havia, e o jornalista da matéria citada parecia desconhecer, era a intenção de um processo de integração<sup>95</sup> entre projetos estaduais e municipais, sugestão dada pela SAGMACS e por isso a alegada “autonomia” de gestão em Curitiba, (que para a SAGMACS significava isolamento<sup>96</sup>) não podia existir. No lugar da “autonomia” se buscou a integração<sup>97</sup>. É certo que havia forte interveniência da CODEPAR e esta exigia que o Plano contemplasse temas como a constituição de um órgão permanente de planejamento e controle do desenvolvimento urbano tendo o auxílio técnico e financeiro do Estado (CODEPAR, 1963, p.149). Além disso, cobrava o desenvolvimento de instrumentos fiscais ou

---

<sup>94</sup> O colunista, Osmann de Oliveira, da Gazeta do Povo, divulgava a candidatura de Atherino “O sr. Theodócio Atherino esta sendo sondado para disputar a sucessão do Prefeito Ivo Arzua. Todos os funcionários da edilidade já estão em campo divulgando e sustentando as qualidades administrativas do ilustre Diretor do Departamento de Urbanismo o qual, inclusive, seria um dos principais responsáveis por uma série de remodelações adotadas pelo Sr. Ivo Arzua e tendentes a melhorar o aspecto da cidade. O Sr. Ivo Arzua, aliás, precisa cuidar, desde já, de preparar um seu sucessor afim de que a sua obra administrativa não sofra solução de continuidade.

<sup>95</sup> “O desenvolvimento é uma função contínua e indivisível. É necessário que todos os desenvolvimentos parciais se conjuguem”. Declaração do padre Leuret no intróito do Plano de Desenvolvimento do Estado – CODEPAR, 1963.

<sup>96</sup> O Plano Agache, assim como o Global, consideravam apenas Curitiba isoladamente, não havia relação com projetos estaduais e nem com os municípios do entorno da capital.

<sup>97</sup> A preocupação com a integração entre Estado e municípios também está patente à p. 153 do I Plano de Desenvolvimento do Estado “Para atingir a terceira meta (melhoria da administração municipal), o Governo procurará capacitar a administração municipal, não só para desempenhar suas funções tradicionais como também colaborar no esforço estadual de desenvolvimento pelo desempenho das tarefas e participação na mobilização social”

jurídicos que permitissem à Prefeitura Municipal uma ação efetiva na consecução dos objetivos do Plano Urbanístico (Fernandes, 1979, p. 37). Portanto, existia uma forte pressão do Governo do Estado para a efetivação de instrumentos de controle sobre o processo de planejamento urbano de Curitiba, por razões que parecem claras. O plano da Capital tinha que guardar relação com o que estava sendo feito no Estado e o agente financiador precisava ter o controle sobre os dispêndios, (embora ironicamente a crítica geral ao FDE fosse a sua excessiva independência em relação aos controles da Assembléia Legislativa). Wilhelm (1991, p.31), em seu depoimento à coleção Memória da Curitiba Urbana, mostrava a preocupação de Ney Braga com o desenvolvimento do plano urbanístico:

Quando Ney Braga perguntou ao IPPUC qual era a situação de Curitiba e o que fazer, já havia lá o plano, detalhes dele e até projetos. E quando o Jaime apresentou tudo aquilo, a primeira coisa que o Ney fez foi dizer: "Bem, então eu o nomeio prefeito e nós vamos implantar isto"<sup>98</sup>.

Podemos ver que havia, à época, um grande esforço em pensar o futuro urbano da Capital do Estado e até do seu entorno. Mas, o que fica envolto em mistério é o fato que, apesar do financiamento da CODEPAR contemplar uma proposta de âmbito geográfico mais amplo que levasse em conta a região de influência de Curitiba, e o próprio prefeito Ivo Arzua corriqueiramente mencionava a "área metropolitana de Curitiba", isso não aconteceu (IUPERJ, 1973, p.34).

## 6.1 DO SEMINÁRIO ÀS BRIGAS DO PLANO GAMA MONTEIRO/ONALDO

---

<sup>98</sup> A nomeação de Lerner por parte de Ney Braga para a prefeitura não aconteceu. Ney Braga achava que seria indicado governador, em função do seu estreito relacionamento com o militares, mas "(...) o presidente de plantão no momento da sucessão nos Estados, General Emilio Garrastazu Médici, não levou em conta o notável currículo de Ney Braga e adotou um critério pessoal, e até certo ponto lúdico, ao indicar para o cargo o deputado federal Leon Peres" (Sant'Ana, 2008, p.163). O ex-governador, Paulo Pimentel classifica como "fantástica" as circunstâncias que levaram à indicação de Peres. Conta Paulo Pimentel que o General Médici era vizinho de porta Leon Peres em Brasília quando ainda era chefe do Serviço Nacional de Informação – SNI - no governo Costa e Silva. As esposas de ambos viraram grandes amigas, jogavam baralho quase todas as noites. A relação entre os casais se tornou tão estreita que com mais de um ano de antecedência Peres já sabia que seria governador. Ele foi indicado no dia 15 de março de 1971 e mais de um ano antes, numa recepção no Palácio do Itamaraty no dia 21 de abril de 1970, o Presidente Médici, ao percorrer uma fila de cumprimentos, parou em frente à esposa de Peres e perguntou: "Você sofre do coração? Seu marido vai ser governador do Paraná". Neste mesmo dia Pimentel, governador do Paraná, recebe uma ligação de Médici pedindo para que ele fosse à Brasília e acompanhado pelo presidente da Arena, Mattos Leão. Reúnem-se com Médici: Pimentel, Matos Leão e Ney Braga (senador à época e pretendente ao cargo de governador). Sem muitos rodeios Médici anuncia o que o jornal "A Folha de São Paulo" já havia dito: Leon Peres será o governador. Médici sequer fez alguma consulta aos representantes do estado. (Sant'Ana, 2008, p.165)

Com o reconhecimento relutante por parte do prefeito Ivo Arzua da necessidade de um novo plano é constituída uma comissão<sup>99</sup> para avaliar as propostas para a realização de um Plano Urbanístico. A única apresentada havia sido da empresa Serete cuja celeridade, já salientada anteriormente, causou estranheza. A prefeitura logo após receber o ofício da comissão que avaliara a proposta da Serete e ser informada que a CODEPAR realmente custearia a elaboração de um Plano Preliminar de Urbanismo<sup>100</sup>, expede cartas-convite a diversas empresas. A partir deste momento o prefeito preparava-se para resistir não somente ao ataque xenofóbico, mas, também, às alegações dos técnicos mais influentes que tinham sérias reservas aos escritórios de planejamento que, na opinião deles, “(...) estavam preparados a dar resposta a qualquer questão que lhes fossem apresentadas, mesmo as mais irrelevantes para a problemática urbana local” (IUPERJ, 1973, p.49). Em outras palavras: para os técnicos da prefeitura os escritórios eram especializados em respostas genéricas e incapazes de formular questões pertinentes por desconhecerem a realidade local e deveriam ser assessorados por um grupo de acompanhamento local. Por conta disso as cartas-convite da prefeitura indicavam como condição *sine qua non* que as firmas concorrentes tivessem algum ponto de apoio administrativo em Curitiba. Aqui podemos alocar a gênese do IPPUC.

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC - nasceu como uma Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – APPUC<sup>101</sup> - e se manteve assim até o Plano Preliminar ser encaminhado à Câmara Municipal (Arzua,1991, p.6).

Com a lei 2660 de 1º de dezembro de 1965, “nascia” o IPPUC. Uma autarquia que seria responsável pela gestão do planejamento urbano de Curitiba. No entanto, foi na lei 2828 de 31 de julho de 1966, que instituiu o Plano Diretor, que se delimitou o campo de atuação do IPPUC no planejamento municipal:

---

<sup>99</sup> De acordo com o Decreto Municipal 1456/64 compunham a comissão: Eng. Ildefonso Puppi, pela Escola de Engenharia da UFPR, Eng. Jose B. de Paula, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Vereador Manoel D. Paredes, pela Câmara Municipal, Economista Cezar Muniz, pela CODEPAR, incumbida de pagar as despesas com o plano, Eng. Dulcia Auriquio, pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

<sup>100</sup> Segundo o IUPERJ (1973, p.47) o valor avençado era de Cr\$ 44.000.000,00 o que daria hoje perto de R\$ 1.400.000,00

<sup>101</sup> Faziam parte da APPUC: Franchette Rischbieter, Dulcia Auriqueo, José Maria Gandolfi, Jaime Lerner e Almir Fernandes.

§ 2º- O Plano se desenvolverá em duas etapas: a primeira, definida pelas Diretrizes Básicas aprovadas por esta lei, de imediata aplicação: a segunda, a ser aprovada subseqüentemente, em fases sucessivas, através de uma programação proposta pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba IPPUC, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta lei.

O sucesso do IPPUC, à época, está no fato dele ter antecedido ao Plano, na manutenção da integridade das diretrizes propostas e na união da equipe que trabalhou no Plano Preliminar de Urbanismo, na sua luta em mantê-lo vivo (Ficinski, 2010). Até então, no Brasil, criava-se um Plano e depois o ente responsável pelo Plano (Fernandes, 1979, p.8).

O IPPUC nasceu como resultado do Seminário “Curitiba de Amanhã” e sobreviveria, principalmente, porque houve uma mudança na postura do prefeito Arzua que, ao comprar a idéia, empolgado ao final do Seminário desenhou a logomarca que ainda hoje persiste (Fernandes, 2010). Já seu sucesso calçou-se na flexibilidade do Plano Preliminar de Urbanismo<sup>102</sup>.

A CODEPAR também deixaria sua marca no Seminário. A consulta à população era um dos elementos essenciais constituintes do pensamento lebreiano, porque mobilizava as classes marginalizadas, inserindo-as no processo de planejamento e isso estava estampado no I Plano de Desenvolvimento do Estado, que fazia duras críticas à ausência de participação popular (CODEPAR, 1963 p.169). Por outro lado, Arzua afirmava que “as questões técnicas não estavam na mesa do Seminário” (Arzua, 1991, pg. 7).

Todo este discurso sobre processo democrático empregado na divulgação do Plano Preliminar parece ter sido retirado do capítulo “Planejamento Democrático” - do I Plano de Desenvolvimento do Estado. Este plano projetava o sistema de planejamento democrático do Governo do Estado em duas partes. Na primeira mostrava como estruturar os quadros governamentais e, na segunda, como introduzir dispositivos que permitiriam a participação do povo de maneira efetiva e contínua nas diversas fases do planejamento (CODEPAR, 1963, pg.171). A prefeitura, para referendar seu plano de urbanismo, buscava *inovar* com o evento “Curitiba de Amanhã”, afirmando ser necessária a participação popular,

---

<sup>102</sup> Na época das discussões sobre o Plano Preliminar argumentava-se que o Plano Diretor dele advindo poderia, inclusive, ser numerado por I Plano Diretor, II Plano Diretor, quantos fossem preciso. Segundo Fernandes, “O importante não era ter o plano, mas um plano” (1979, p.9).

conclamando os diversos atores sociais para discutirem o projeto. Nas palavras de Arzua (1991, p.8):

Organizamos uma série de debates com as várias entidades da comunidade. Fizemos um programa e, por exemplo, em 9 de junho de 1965, uma sexta-feira, estivemos no Instituto de Engenharia do PR. Participaram representantes do IEP, do IAB-PR, da Faculdade de Engenharia da UFPR, do CREA- PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do PR – do Sindicato dos Engenheiros, do Sindicato da Industria da Construção Civil, das associações dos engenheiros agrônomos e químicos e da Rede Viação PR-SC, mais a Imprensa, que estava em todos os debates. Também em todos estavam os estudantes, que era para conscientizar as novas gerações da importância do planejamento urbano. Em 13 de junho, uma terça-feira (em 1965), o debate foi na Associação Comercial do Paraná, cujos representantes participaram junto com os de Federação do Comercio, Federação do Comercio Varejista, Federação das Indústrias e Imprensa. Em 16 de julho, sexta-feira, o debate foi na Sociedade Operária Beneficente D. Pedro II, com participação das sociedades beneficentes da zona sul, sindicatos de trabalhadores e Imprensa. (...) Em 20 de junho de 1965 o debate foi realizado Sociedade Cultural do Ahú (...) Em 23 de junho o debate foi na Reitoria da UFPR, com clubes de serviço, Associação Cristã Feminina, associações cívicas, magistério, profissionais liberais, entidades esportivas e culturais, diretórios acadêmicos e Imprensa. Em 27 de junho, na Reitoria, se reuniram representantes de autarquias, órgãos públicos, sociedades de economia mista empresas concessionárias de serviços públicos e Imprensa. No dia 30, também na Reitoria, foram reunidos Governo do Estado, Magistratura, Ministério Público, corporações militares, entidades religiosas e Imprensa (Arzua, 1991, pg. 8).

Novamente as semelhanças das idéias *inovadoras* da Prefeitura com as contidas no Plano de Desenvolvimento do Estado são impressionantes:

A população do Estado tem, em vários setores, níveis de organização social e de organização profissional, que lhes permitirá associar-se imediatamente ao processo de planejamento. Entidades profissionais, políticas, culturais, de nível estadual, regional, sub-regional ou local estão em condições de participar dessa consulta ampla a respeito do Plano. Sindicatos de trabalhadores e de empregadores; associações, federações, confederações de profissionais de nível sub-regional, regional ou estadual, dos setores industriais, comerciais e agrícolas; partidos políticos, através das suas convenções estaduais ou regionais; vereadores, prefeitos, deputados; associações de amigos da cidade ou do bairro; entidades culturais e confessionais; associação de consumidores; representações formais ou informais de diversas camadas da população – serão o instrumental necessário para associar a população ao Plano. (CODEPAR, 1963, pg. 172)

Uma simples comparação entre a lista dos atores sociais que participaram do Seminário “Curitiba de Amanhã” - mencionada pelo prefeito Ivo Arzua - e as indicações feitas pela CODEPAR sobre quem deveria participar, leva o leitor a

concluir que Curitiba seguiu à risca as recomendações da entidade. Só que eram para o Governo do Estado.

Não obstante a extensa lista de atores mencionados por Arzua, revistas e jornais da época não relatam o sucesso do Seminário. Na sua maioria se constituem em notas tímidas, perdidas entre as notícias do município. Ou seja, em nenhum momento o Seminário freqüentou a primeira página e se algum dos encontros ganhou expressão na mídia foi naquele que aconteceu na Associação Comercial do Paraná - ACP, até em função dos interesses econômicos envolvidos no plano preliminar. Neste, a “Gazeta do Povo”, por exemplo, fez sua maior cobertura (duas colunas com 43 linhas cada) e enaltecia o Seminário, pois entendia que a equipe de técnicos presentes às discussões, como Almir Fernandes, Jaime Lerner e José Maria Gandolf teriam sabido apresentá-lo de forma simples, prática, numa linguagem inteligível:

A exposição daquele trabalho urbanístico despertou inusitado interesse ao auditório, que apresentou diversas sugestões, consideradas como contribuições à definitiva execução do esboço. Destacou-se nas assertivas o arquiteto Almir Fernandes, ao apresentar os pontos básicos do planejamento, versando sua fala com clareza e em linguagem popular, imprimindo um sentido humano àquela realização. (Gazeta do Povo, 14/07/1965)

O Seminário em si estava, também, longe de ser um sucesso em função do desconhecimento geral dos participantes sobre questões elementares, coisa que as matérias publicadas nos jornais sobre “Curitiba de Amanhã” não relatavam. O único debate do Seminário em que realmente se discutiu o Plano Preliminar sobre seu viés técnico, ocorreu no Instituto de Engenharia - IEP, em 9 de junho de 1965, e acabou gerando um grande mal-estar, que será abordado mais à frente.

De qualquer forma a idéia de participação democrática da população, através do Seminário, tornou-se importante neste processo. De acordo com Fernandes (2010), porque até então somente os interesses econômicos maiores como agentes imobiliários, industriais e grupos políticos tinham acesso antecipado aos projetos, sendo estes totalmente subtraídos do conhecimento público, e aqueles podendo facilmente valer-se de informação privilegiada.

A divulgação realizada através do Seminário era politicamente oportuna para o prefeito, uma vez que em função da sua atitude reticente lhe daria uma “(...)

margem razoável de segurança e até mesmo abriria o caminho para reconsiderar a oportunidade do Plano” (IUPERJ, 1973, p.53). Por isso o decreto 1001/65, que instituiu o Seminário, indicava o “Plano Preliminar que a CODEPAR proporcionou ao Município”. Pode ser deduzido – facilmente – pela leitura do documento, que caberia à prefeitura aceitá-lo ou não, razão da protelação por parte do prefeito em defender o plano. Coisa que o fez somente na última apresentação que ocorreu na Reitoria da Universidade Federal do Paraná (Fernandes, 1979, pg.44). Para Wilhelm (2010), cuja leitura sobre o Seminário coincide com as de Fernandes (2010), o lado *democrático* do Seminário estava na condição que todos os interessados souberam sobre as idéias contidas no Plano Preliminar da mesma forma e no mesmo tempo. Por outro lado percebeu-se que a execução prática da participação popular em questões de alta complexidade técnica nem sempre é fácil:

Recebido o Plano Preliminar de Urbanismo houve certa dificuldade na sua compreensão e assimilação. Daí ocorrer que o Prefeito achasse conveniente promover a divulgação do Plano (...). É evidente que uma população na época mais de 500 mil habitantes nunca poderia assumir e entender perfeitamente as conseqüências de uma inovação desta ordem numa cidade do porte de Curitiba. (Fernandes, 1979, p.43)

Figura chave no processo que se desenvolveu à época, Franchette (1991, p.4) teceria o seguinte comentário sobre as dificuldades de discussão dos temas técnicos do Plano Preliminar no Seminário:

Quando o Plano Diretor foi entregue, o IPPUC já existia e o prefeito Ivo Arzua achou por bem discuti-lo democrática e transparentemente - como se diz hoje em dia - com toda a população. Então ia o Plano Diretor, para ser discutido, à Barreirinha, ao centro da cidade, ao Ahú, ao Bacacheri. Eram discussões absolutamente surrealistas, porque você faz uma proposta do Plano Diretor e a leva a discussão com o povo do Bacacheri, ele não está entendendo nada.

Em outro encontro do Seminário, ocorrido na Sociedade Ahú, Fernandes (1991, p.32) fez o seguinte relato:

Nós estávamos apresentando as diretrizes do Plano em uma sociedade de operários no bairro do Ahú, bem na periferia. Isto é, naquela época era periferia, distante, porque passando do Centro Cívico já era periferia. Mas começamos as explicações e notamos que as pessoas não estavam entendendo nada, porque nós sabíamos falar para engenheiro, para arquiteto, médico, assistente social, para universitários, corretores de imóveis... mas para o povão não é qualquer um.

Assim, sob o aspecto da discussão técnica, o alcance do Seminário pode ser questionável e limitado, na medida em que durante seu transcorrer percebia-se que as pessoas participavam parcialmente dela por falta de conhecimento e isso certamente dificultava a existência de um efetivo processo democrático<sup>103</sup>. De toda sorte, as censuras ao Seminário não pararam por aí. Um dos grandes críticos do projeto - o Engenheiro e Arquiteto Onaldo Pinto de Oliveira (1991, p.49) relata que, quando a discussão sobre a apresentação do Plano Preliminar aconteceu no IEP, reconhecido centro de saber técnico, nenhum dos seus idealizadores se fez presente para defendê-lo:

Quando da apresentação no Instituto de Engenharia, levantamos, juntamente com alguns engenheiros esclarecidos e corajosos, objeções ao Plano da Serete, tentando provocar discussões mais sérias das idéias das quais discordávamos. Na ocasião, os apresentadores, que não eram os autores, não conseguiram justificar e poucas coisas esclareceram a respeito. Chegaram a cometer desatinos como na definição de densidade populacional. Um colega, num dos intervalos da apresentação, nos pediu, a chorar, que parássemos com nossa crítica, pois estava destruindo o trabalho e a oportunidade de muita gente, todos envolvidos com o Plano Serete. Criticamos arduamente o plano inconsistente e, por não conseguirem defender o indefensível, foi uma vergonha de apresentação.

Na leitura do depoimento de Onaldo (1991, p.45) percebe-se que, aproveitando da ausência de especialistas da Serete para defender o Plano Preliminar, na reunião com o IEP, o grupo opositor presente decidiu, em peso, criticá-lo e Onaldo conclui que, se continuassem a fazê-lo, os representantes da Serete – que no calor dos debates acolhiam qualquer sugestão sem muito poder de avaliação - acabariam transformando o Serete noutra Agache.

A atitude de Onaldo gerou um mal-estar entre o IEP, a Prefeitura e a Serete porque ele não teria dado ouvidos aos seus colegas, com os quais havia trabalhado. Jaime Lerner afirma que a idéia do grupo era fazer passar *um projeto* e não *o projeto* e que depois seriam feitos os ajustes. No encontro Lerner conversou pessoalmente com Onaldo sobre a questão dos bairros do Boqueirão e Hauer, afirmando que o

---

<sup>103</sup> Segundo Lerner (2009) faltava à população em geral conhecimentos até para a interpretação até de mapas. Questionando a participação do cidadão nas decisões políticas Almond e Verba (1989, p.16), perguntam “How does he perceive of himself as a member of his political system? What knowledge does he have of his rights, powers, obligations and of strategies of access to influence? How does he feel about his capabilities? What norms of participation or of performance does he acknowledge and employ in formulating political judgments, or in arriving at opinions?”

que se estava apresentando era apenas um “plano preliminar” e que estes bairros seriam contemplados no detalhamento do plano – como de fato, posteriormente, o foram – “Mas Onaldo preferiu outro caminho” (Lerner 2010). De acordo com Lerner, a visão de Onaldo não era de Plano Preliminar no sentido de “flexível”, mas a de Plano Diretor, do tipo que engessa o planejamento<sup>104</sup>.

Além da querela que criou com o IEP o Seminário “Curitiba de Amanhã” foi pontado por crises entre a Serete, o grupo de acompanhamento, o Prefeito e a URBS que não participou do processo após ter perdido na concorrência. E a ausência da URBS é um fato significativo, uma vez que lhe poupava um confronto direto, principalmente com os técnicos do Departamento de Urbanismo. Entretanto, ela tentava exercer influência através da URPLAN, uma das empresas que participou da concorrência e era composta por técnicos curitibanos (IUPERJ, 1973, p.51). Havia claras divergências, também, entre o Presidente da URBS e o Diretor do Departamento de Obras da Prefeitura que “(...) acusava aquele de não submeter à apreciação do Departamento os programas de obras da companhia. Era uma disputa sobre quem tinha competência para definir as diretrizes urbanísticas”, (IUPERJ, 1973, p.51) e refletia sobre o Plano Preliminar.

Incomodado com as pendengas internas, no meio do Seminário Arzua decidiu abri-lo para a participação de outros planos<sup>105</sup>, principalmente depois da dissidência ocasionada por Onaldo Pinto de Oliveira (Lerner, 2009). Assim, tanto a URBS quanto o Departamento de Urbanismo da Prefeitura apresentam projetos, mostrando a falta de coordenação da equipe por parte do prefeito. O Departamento de Urbanismo, na figura de seu Diretor - Theodócio Atherino, convida Monteiro, juntamente com Garcez e Onaldo, a apresentarem um plano alternativo ao Serete - principalmente porque Atherino não concordava com a ausência dos bairros Boqueirão e Hauer no plano da Serete e nem da Rua Marechal Floriano (Garcez 2006, p.127).

---

<sup>104</sup> Em função desta querela, Lerner e Onaldo ficaram mais de 20 anos sem se falar e só voltaram depois de um encontro casual na Rua XV onde inesperadamente se encontraram, abraçaram-se como velhos amigos e foram tomar um Café na Boca Maldita. Entrevista concedida ao autor no dia 14/01/2010

<sup>105</sup> No dia 7 de julho de 1965, quarta-feira, o jornal Estado do Paraná dava a seguinte notícia “Começa sexta feira no IEP Seminário “Curitiba de Amanhã” a notícia dava conta que se debateria o projeto preliminar do Plano Diretor de Curitiba. Curiosamente na sexta-feira ele dava a seguinte notícia: “URBS apresentará plano preliminar de urbanismo para Curitiba”.

Já o plano da URBS retomava a visão inicialmente pedida pela CODEPAR e considerava no seu plano a área de influência de Curitiba<sup>106</sup>.

A apresentação do Plano Gama Monteiro/Onaldo – que para Lerner deveria chamar-se Plano Onaldo, porque as idéias ali contidas seriam deste (Lerner, 2010) dizia: “Não nos anima outro intuito na apresentação deste trabalho, senão o de alertar fatos sensíveis que têm sido sumariamente esquecidos (...)” (Boletim do IEP, 1965, p.3). Para avalizá-lo, apresentam o Plano, num encontro promovido entre a Prefeitura e o Instituto Goethe ao Arquiteto Helmuth Boerchedt, que tece “considerações elogiosas em torno do plano preliminar de urbanismo para Curitiba elaborado pelos Arquitetos Onaldo Pinto de Oliveira e Gustavo Gama Monteiro” (Gazeta do Povo, 20 de junho, p. 15). Monteiro e Onaldo passam a usar esta declaração para validar seu projeto.

O Plano Gama Monteiro/Onaldo surgiu, de acordo com o próprio Monteiro (Monteiro, 1991, p.71) - por razões que ele não detalha - em função de *dúvidas* quanto à seriedade do trabalho da Serete. Outra figura exponencial do processo, Lubomir Ficinshi, também questionou o resultado da concorrência<sup>107</sup>, embora conhecesse a integridade dos componentes da comissão julgadora.

Para Atherino, Monteiro e Garcez eles poderiam até, como professores de Planejamento Urbano da UFPR, apresentar sugestões como contribuição ao plano de desenvolvimento de Curitiba. Segundo Monteiro (1991, p. 72), a intenção do grupo era estabelecer uma reflexão mais ampla sobre o tema, até porque ele estava sendo colocado em discussão através dos Seminários “Curitiba de Amanhã” e porque o próprio prefeito se mostrava reticente ao Plano Serete. Dando margem a outras possibilidades.

---

<sup>106</sup> Embora tenha perdido a concorrência a URBS insistia em divulgar seu plano, tanto é que a revista Paraná em Páginas, na edição de dezembro de 1965 (p.10) produz uma matéria com o título “Problema da Industrialização Focalizado no Plano Diretor da Região de Curitiba pela URBS”.

<sup>107</sup> Sua alegação está baseada no poder que a Serete tinha junto ao órgão financiador do projeto, a CODEPAR. Devemos nos recordar que Isaac Milder, dono da Serete no Brasil era amigo de Rischbieter, presidente da CODEPAR, e na comissão de julgamento estava o economista Cesar Muniz, representando a CODEPAR. Em seu depoimento ao autor, Ficinski (2010), no melhor do bom humor chama Milder e Rischbieter como “parigotboys”, uma vez que ambos foram alunos de Engenharia do governador Parigot de Souza e andavam sempre juntos. Gama (1991, p.70), demonstra estranheza na quase súbita aparição de Isaac Milder no gabinete do Prefeito- encontro ao qual ele presenciou – poucos dias após a divulgação da concorrência e já com uma “proposta encadernada com o título em letras douradas: **Plano Preliminar de Curitiba**.”

O estopim da querela foi o fato da Serete não ter entendido o papel da BR-2 - atualmente 116 - ter relegado os Bairros do Boqueirão e Hauer e, principalmente, não contemplar a Avenida Marechal Floriano. De acordo com o Boletim do IEP (1965, p.11), nos estudos realizados no Plano Gama Monteiro/Onaldo em relação a esta avenida, identificou-se o volume mais intenso de tráfego urbano comparativamente às demais artérias principais da Capital<sup>108</sup>. Por outro lado, a Serete entendia que dever-se-ia investir numa avenida paralela à Marechal Floriano, local já praticamente pronto, que era uma seqüência de torres ligando São José dos Pinhais a Curitiba (Wilheim, 1991, p.29).

Outra preocupação do Plano Serete com o Boqueirão e Hauer – locais considerados alagadiços - era o custo global de infraestruturas urbanas, que em Curitiba estava em proporção inversa à densidade e em função do espraiamento da cidade:

(...) Mas o espraiamento do povoamento causado por um loteamento anárquico (a partir da Segunda Guerra), foi piorando a situação a esse respeito, principalmente para os serviços de água, esgotos e pavimentação, *Em particular, a extensão da cidade nos bairros do Boqueirão e Vila Hauer em terrenos alagadiços e, em boa parte, aluvionais acarreta dificuldades nas obras de drenagem e maior oneração das próprias construções.* (Serete, XIII – grifo nosso)

Já para propor o desvio da BR-2, situação que a Serete não tratou com profundidade, Monteiro executou uma medição de tráfego ao longo da rodovia e concluiu que havia maior incidência de tráfego local do que rodoviário, na ordem de três para um, o que a caracterizava como uma avenida nitidamente urbana (IEP, 1965, p.11). Isto, para a SERETE, era uma ameaça que a mesma se tornasse urbana e por isso deveria se evitar a ocupação das áreas a leste (SERETE, 1965, p. XIII). Há claramente, aqui, um conflito de visões.

Para completar suas idéias a equipe do Plano Gama Monteiro/Onaldo foi visitar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER - no Rio de Janeiro, onde estudaram a situação das rodovias no entorno da capital. Na visão destes urbanistas a BR-2 se constituía num limitador do crescimento da cidade, além de dividi-la em duas. Lá descobriram que a intenção do DNER era desviar a BR-2

---

<sup>108</sup> De acordo com Gama, (IEP, 1965, p.11) “medidas efetuadas durante 14 dias, de conformidade com os métodos de amostragem preconizados pelo BUREAU OF PUBLIC ROADS, nos dá a média de dia útil, de 624 veículos por hora no sentido do Centro e de 421 veículos por hora no sentido de São José dos Pinhais.” Para a época, um número bastante alto.

para São José dos Pinhais, partindo este desvio de Quatro Barras (Monteiro, 1991, p.73). Assim, Monteiro sugeriu no seu Plano que se desviasse a BR-2 para o Sul de São José dos Pinhais<sup>109</sup> (como está hoje) e que se levasse a ferrovia paralelamente a ela, o que existe atualmente nos planos do IPPUC e que se transformasse a BR-2 numa via-parque, utilizando-a como integração urbana (Monteiro, 1991, p.72): hoje é a Via - Verde.

Para o IEP (Boletim IEP, 1965, p.5), o Plano Gama Monteiro/Onaldo fugia dos padrões “formais ou convencionais pré-concebidos de linhas estruturais abstratas, calcadas em representações planimétricas definidas por composições estéticas implantadas sobre bases falsas das lógicas imperturbáveis das figuras geométricas”. Ele entendia a cidade como um organismo vivo, no seu “constante vir a ser, objetivando a síntese equilibrada do mutável e do permanente” (Monteiro, 1991, p.74).

De acordo com Monteiro (Boletim IEP, 1965 p.7), o grupo tinha a base de seu pensamento conceitual na visão de Gabriel Alemar<sup>110</sup> e por isso não enxergou a cidade como “meia cidade acima da BR-2”, mas, considerou seu crescimento orgânico, englobando todo o perímetro urbano. Projetando uma Curitiba com dois milhões de habitantes no ano 2000<sup>111</sup>.

O Plano Gama Monteiro/Onaldo foi apresentado ao prefeito que elogiou a proposta e afirmou que várias das discussões ali tratadas coincidiam com o seu pensamento sobre Curitiba. Na mesma semana ele anuncia o “Seminário Curitiba de Amanhã”, começando-o pelo Instituto de Engenharia do Paraná (Monteiro, 1991, p.75).

---

<sup>109</sup> Excetuando que o traçado ferroviário não aconteceu, é exatamente o que temos hoje na RMC e com o trecho da BR116 que corta Curitiba entre o Atuba e Pinheirinho transformando-se na Linha Verde.

<sup>110</sup> Arquiteto, doutor e professor de Sociologia Urbana da Universidade de Madrid, Espanha, que defendia sete princípios de urbanismo: da limitação da superfície urbana, da dispersão na ocupação do solo, da classificação das circulações de zoneamento e da distinção de uso, da nucleação social, da factibilidade das propostas e da planificação escalonada. (Gama, 1991, p.74)

<sup>111</sup> Para fazer sua estimativa de crescimento populacional Gama e Onaldo fundamentaram suas projeções em curvas usuais de tendência histórica e justificam que “Conforme estudos e conclusões de P.F. VERHULST, modificando a teoria de MALTHUS, que aceitava os valores superiores das curvas de crescimento populacional (Essay on the principles of population as it affects the future improvement of society), o coeficiente de crescimento geométrico da população é válido somente até o momento em que a população alcança certos níveis ideais ou coeficientes ótimos de densidade urbana, i.e., até atingir sua particular saturação territorial. (Boletim IEP, 1965, p.9)

Perceba-se que a atenção dos estudiosos parece recair sempre sobre o Plano Gama Monteiro/Onaldo, fazendo com que muito pouco se conheça sobre as demais propostas concorrentes (ASPLAN - Assessoria em Planejamento; M.M. ROBERTO – ARQUITETOS; SAGMACS - Economia e Humanismo; URBS - Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba; URPLAN - Urbanismo e Planejamento). Na opinião do IUPERJ (1973, p.29), isso ocorre porque este plano proporcionou uma leitura diferente e criou uma espécie de contraditório que, ao final, mostrou-se tão importante no processo de implantação do Plano Preliminar da empresa Serete. E isso aconteceu, provavelmente, pela insistência de Onaldo Pinto de Oliveira na defesa das suas idéias e, em certa medida, pela questão xenofóbica presente dentro da prefeitura na figura dos técnicos que assessoravam o prefeito e o IEP. Tudo isso somado ao receio que “a contratação de uma firma de outro Estado resultasse em “planejamento por telepatia (...) resultando num plano desligado dos problemas reais” (IUPERJ (1973, p.49).

Terminado o Mês do Urbanismo, o prefeito Ivo Arzua, agora integrado às idéias do Plano Preliminar, não se sentindo mais “alheio ao projeto”<sup>112</sup> demite seu Diretor do Departamento de Urbanismo, Theodócio Atherino.

Além da disputa entre as empresas concorrentes havia outra que, veladamente, acontecia entre a URBS e o Departamento de Urbanismo. Para Franchette Rischbieter (1991, p.5) isso explica porque Garcez, um dos idealizadores da URBS, participou de um plano a pedido do Departamento de Urbanismo. Ele percebeu que a idéia de se ter um plano tinha saído do controle da URBS e passado para a APPUC, entidade recém-criada e que pouco depois se transformaria no IPPUC. De qualquer forma o Plano Gama Monteiro/Onaldo, do qual Garcez participou, tinha grandes méritos e deu sua contribuição ao desenvolvimento de Curitiba.

---

<sup>112</sup> O prefeito Ivo Arzua, estava tão reticente durante quase todos os debates do Seminário que ainda continuava derrubando prédios na R. XV para dar prosseguimento ao seu alargamento. Na edição do dia 30 de julho de 1965 o jornal Estado do Paraná publicava a seguinte matéria “Prédio florentino cairá para que Rua XV aumente” e o texto dizia: “O engenheiro que comandava as obras de demolição do prédio da Rua 15 de Novembro onde, por longos anos, funcionou a filial das Indústrias Francisco Matarazzo, confessou que “via com o coração partido” o grande casarão ser despedaçado pouco a pouco, pois representava uma obra-prima da arquitetura renascentista florentina em Curitiba.” E é importante que se diga isso porque o Plano Serete previa uma Curitiba com eixos longitudinais tangenciando o centro, preservando a Rua XV.

Mas a questão xenofóbica ainda persistia. Para muitos, Wilhelm ganhara a licitação, mas sequer conhecia as demandas da cidade e nem sabia como os núcleos dos bairros haviam se formado em Curitiba. Desprezou totalmente o bairro do Boqueirão e, ironicamente, foi com uma equipe que perdeu a licitação, a URPLAN (do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR) que ele foi conhecer e aprender Curitiba:

(...) e Jorge Wilhelm tinha uma equipe da Serete, mas quis ainda uma daqui. Luiz Forte Neto fez alguns levantamentos e eu, numa Kombi, circulei bastante pela cidade, com o Jorge Wilhelm. Ele comentou certa vez "Engraçado, estes núcleos urbanos que se formaram por aqui (Novo Mundo, Portão, etc.)". "Sim, mas é que aqui eram pontos de bonde". As tarifas eram variáveis, conforme as distâncias, então havia pessoas que andavam um pouco mais para alcançar o ponto onde pagariam menos. Essa aglomeração de pessoas produzia um resultado econômico, comercial. Em torno do ponto se formava uma estrutura de comércio. Ele disse "Puxa, mas isto é um princípio urbanístico", e incorporou-o ao plano. (Ficinski, 1991, p.16)

A saída mesmo era criar um órgão, já solicitado pela CODEPAR, que funcionasse como um amortecedor para absorver as crises e administrar as dúvidas e sugestões de aperfeiçoamento e ser o orientador do desenvolvimento urbano de Curitiba.

## 6.2 O IPPUC

O IPPUC nasceu de dentro de uma crise e seu surgimento fez desaparecer a COPLAC (IUPERJ, 1973, p.38). As intenções de se ter um órgão de planejamento urbano remontam ao IBAM. Segundo Fernandes (2010), numa viagem retornando de São Paulo, ele apresentou a Reinhold Stephanes – que na época era o assessor econômico de Arzua<sup>113</sup> - a Revista do IBAM, edição nº 59 de 1963, onde havia um artigo de Rubens Matos intitulado “Organização para o Planejamento Municipal” descrevendo um modelo de “Escritório Técnico em nível de gabinete do Prefeito” (p. 277). O artigo defendia que os planejadores do Escritório Técnico deveriam ser considerados colaboradores diretos e efetivos do prefeito e seria fundamental

---

<sup>113</sup> Stephanes leva em seu Curriculum Vitae, além do curso de Economia da UFPR (1960-1963) e de Especialização em Administração Pública realizado na Alemanha em 1965, o curso 'Política e Programação Econômica – CEPAL, realizado em 1963 . Fonte Acervo da BPPR.

instituir, solidamente, “uma mentalidade de planejamento na comunidade” (p.273). O autor da matéria via o planejamento municipal

Como sendo um esforço no sentido de racionalizar o desenvolvimento do município em todos os seus aspectos, baseado em metas econômico-sociais realísticas e em providencias administrativas e financeiras que tornem exeqüíveis as proposições que serão feitas pelos técnicos. O Planejamento deverá se elaborado com o apoio e a participação de elementos locais, embora quase sempre seja necessária a orientação de órgãos especializados, regionais, estaduais ou ainda nacionais. (p.273)

O artigo também tecia críticas àquilo que considerava um erro comum: a localização de um órgão de planejamento no setor de obras públicas do Município. Defendia a idéia que o planejamento municipal exigia independência entre o Escritório Técnico e os outros órgãos de apoio à prefeitura. Conta Fernandes (2010) que Stephanes leu e disse: - “Vamos implantar isso, deixa que levo ao Arzua” <sup>114</sup>. Importante lembrar que, o I Plano de Desenvolvimento do Paraná, já previa a criação de um órgão central de planejamento:

O papel metropolitano de Curitiba poderá ser desenvolvido através de quatro programas estratégicos, cujos projetos deverão ser oportunamente elaborados:

1. Constituição de um Órgão permanente de planejamento e controle do desenvolvimento urbano no quadro da administração municipal com o auxílio técnico e financeiro do Estado. A justificativa desse auxílio está no fato de que o município da capital exerce função, de fato, supramunicipal. (p.151).

Para dar o suporte necessário aos municípios o I Plano de Desenvolvimento do Paraná idealizava, também, a criação de um Departamento do Desenvolvimento Municipal:

O Estado, para poder melhorar as condições urbanas e colaborar com o desenvolvimento municipal, deverá definir sua política geral e aplicá-la através de um órgão central adequado; o Departamento do Desenvolvimento Municipal. (p.152)

O IPPUC nasce, assim, “como um Escritório Técnico, tendo o IBAM como mentor intelectual, o Governo do Estado como suporte financeiro, a prefeitura como suporte político e fruto de um caldo de cultura organizativa municipal que já

---

<sup>114</sup> Na realidade o artigo de 1963 era de Rubens Matos, mas a idéia primeira foi de Mario Laranjeira, também publicada pela revista do IBAM, sob o título “técnica de Planejamento Urbano” na edição 33 de abril de 1959, p.7. Apenas a título de curiosidade, Laranjeira fazia parte da equipe da ASPLAN (Fernandes, 2010)

começava a fervilhar no Paraná” (Fernandes, 2010). Conta Fernandes (2010), que junto com o IUPERJ elaborou o primeiro estudo sobre Curitiba após a implantação do Plano Preliminar, que a criação do IPPUC foi “uma decisão eminentemente política”.

Mas a decisão de criá-lo permanecia inicialmente confusa na cabeça do prefeito. Ao longo do Mês do Urbanismo durante os Seminários a cada indagação feita ao Prefeito sobre o que viria a ser o tal do “Escritório do Plano” (IUPERJ, 1973, p.54) mencionado à página XVI na proposta do Plano Preliminar, Arzua tinha uma resposta diferente: “até mesmo a de que não sabia exatamente o que era o tal escritório<sup>115</sup>” (IUPERJ, 1973, p.54). Foi somente no último encontro do Seminário, realizado na Reitoria da UFPR com participantes do Governo do Estado, Ministério Público, corporações militares e outras autoridades – o único em que Wilhelm compareceu – que a equipe da Serete percebeu que, finalmente, o prefeito Ivo Arzua havia comprado o Plano Preliminar. Porque até então não dava mostras disso (Fernandes, 1991, p.31). E foi na crise, e com ela, que o grupo de apoio se fortaleceu originando o sucesso do IPPUC. Além de ter nascido num ambiente conturbado, teve uma gênese idiossincrática para o tipo de planejamento urbano que se fazia no Brasil, uma vez que ele antecedeu ao Plano (Fernandes, 2010).

Deixando de ganhar as feições dos órgãos executores presentes até então nas prefeituras brasileiras, o IPPUC surge como uma autarquia com a função de diagnosticar e planejar e racionalizar o desenvolvimento urbano:

Via de regra, desde que no Brasil se passou a encarar de maneira mais conseqüente a atividade de planejamento urbano, procurou-se identificar as causas da falência dos planos ou os óbices que sua realização ou implementação suscitavam. Assim, os organismos administrativos que promoviam ou elaboravam, eles próprios, os planos urbanos (fossem eles urbanísticos, globais ou parciais), se revelavam sem condições de transformá-los e/ou fazê-los instrumentos de ação. Geralmente tratava-se de órgãos municipais de obras públicas estruturados para a execução e/ou prestação de serviços urbanos e, portanto, onde a investigação, o diagnóstico, a prospecção não eram atividades rotineiras. (Fernandes, 1979, pg.8)

---

<sup>115</sup> O SERETE faz apenas uma única menção ao Escritório do Plano “Elaboração de um conjunto de projetos urbanísticos e financeiros e regulamentações formando o Plano Diretor a ser feito pelo *Escritório do Plano* com a colaboração da URBS.” (SERETE, 1965, p. XVI – grifo nosso)

Destarte, Arzua inovava ao dar ao IPPUC as feições de um Escritório Técnico, materializando a idéia de Rubens Matos. A Prefeitura de Curitiba (com a Câmara Municipal) acabou servindo de exemplo a muitas cidades brasileiras ao suprir Curitiba de um órgão específico de urbanismo com a “tarefa de controle de zoneamento, fiscalização das edificações, definição de uso do solo. Além da criação de um órgão específico de urbanismo – o que não ocorria em outras cidades do país”, (Fernandes, 1991 p.27). E o IPPUC mostrou de imediato sua validade ao receber as demandas oriundas durante o seminário “Curitiba de Amanhã”, aplainando arestas e tratando profissionalmente o processo de planejamento indicado pelo Plano Preliminar de Urbanismo (Fernandes, 1979, p.9).

Na opinião de pessoas diretamente ligadas ao processo ocorrido à época, o grande sucesso do IPPUC, além da coesão interna do grupo, uma vez que os técnicos que o formavam estavam juntos em muitas das etapas anteriores, também é explicado pela maleabilidade apresentada pelo Plano Preliminar de Urbanismo. Plano que, ao não criar uma estrutura rígida, definitiva, estabeleceu diretrizes flexíveis junto com os instrumentos necessários à implantação de um Plano Diretor. A prova disso está nas palavras de um dos principais atores, Lubomir Ficinski. Para ele, quando analisado em detalhes, percebe-se que grande parte do que foi planejado acabou sendo superado com o tempo. Coube ao IPPUC, em parceria com a URBS, fazer as modificações necessárias como preconizava o Plano Preliminar (Ficinski, 1991, p.13). Entendia Ficinski (1991, p. 14) que o Plano Preliminar de Urbanismo tinha uma visão utópica, visualizava a Curitiba do futuro, mas não a detalhava, deixando para os urbanistas do IPPUC planejarem como chegar lá, corroborando o que outros atores já haviam salientado - “Esquecendo os enganos cruciais que o Plano Preliminar de Urbanismo cometeu, onde a flexibilidade era sua maior característica e isso deu base ao sucesso do IPPUC” (Ficinski, 1991, p. 17).

Caso se tratasse de um “Plano Diretor”, não seria flexível. Conseqüentemente, o IPPUC não teria a força que teve e, mais uma vez, uma série de análises corrobora isso, como a do IUPERJ:

(...) caracteriza-se por considerar de forma mais ampla os diversos aspectos do desenvolvimento urbano e por propor medidas para a ação governamental. Difere de outros instrumentos básicos do planejamento urbano por suas características expeditas quanto a:

- a) tempo reduzido e baixo custo de elaboração;

- b) aproveitamento de estudos e investigações disponíveis, bem como de informações existentes ou de fácil apuração;
- c) preocupação focada nos problemas mais urgentes. (IUPERJ, 1970, p.11)

Almir Fernandes (1991, p.42) lembra que o plano era *preliminar*, o órgão de acompanhamento não o era:

O que ficou permanente foi o IPPUC. Tanto assim que, depois da primeira lei do Plano Diretor, houve várias alterações –mudava o zoneamento, mudava o sistema viário, mudava a localização industrial - mas nunca se fez um novo Plano. Portanto, não era uma camisa-de-força; plano foi feito para mudar e essa percepção surgiu da inoperância do Plano Agache.

Segundo Lerner (2010), a flexibilidade fez com que muito pouco do Plano Preliminar de Urbanismo fosse efetivamente aproveitado posteriormente pelo IPPUC. As vias estruturais propostas no Plano Serete eram largas demais para o sistema viário existente na cidade e foram totalmente redesenhadas por Rafael Dely, que afirmava (1991, p12) que o Plano Preliminar só passou a existir após 1971, quando Lerner assume a prefeitura e teve sua conceituação e visão alteradas. Dely (1991, p12) reconhecia que planejar a cidade significava conhecê-la. E isso faltou à Serete, malgrado o esforço das equipes de acompanhamento, ficando a cargo do IPPUC. Assim, a diferença entre plano-papel e plano-implantado acabou se concretizando nas mãos do grupo que passou a administrar o IPPUC após 1971.

Até Jaime Lerner assumir a prefeitura, o que aconteceu em março de 1971, o IPPUC passou por diversas situações de crise interna e junto à prefeitura. Lerner (2009) lembra bem de como eram as reuniões no IPPUC, as dificuldades eram enormes porque a visão que se tinha ainda era a de Plano Diretor. Expressão que para Lerner parecia estar acompanhada de “mofo” e exatamente naquele momento vivia-se uma fase de transição entre plano diretor e processo de planejamento (Lerner, 2009). A prova disso, afirma Lerner, é que embora Arzua tenha no final do Seminário assumido o Plano, ele o fez como *ordenador* e não como *indutor* do processo de crescimento da cidade. Tanto que algumas obras de alargamento da rua XV ainda continuavam, porque Arzua parecia não compreender o planejamento enquanto processo.

Chamava a atenção de Lerner (2009) que essa discussão do planejamento enquanto processo, mal estava presente nas reuniões do IPPUC, reuniões que para

ele eram frustrantes. Para piorar, a presidência era exercida pelo prefeito, quando Lerner (2009) defendia que pelo menos esta poderia muito bem ter sido dada a um dos membros da APPUC. O Conselho era constituído por diretores e engenheiros de todos os departamentos da prefeitura. Assim, o grupo de arquitetos que constituía inicialmente o IPPUC não tinha cargo algum e não tinha voz ativa nas discussões porque não existia “entrada junto ao Conselho que discutia as coisas da cidade e o prefeito (Arzua) já estava com a cabeça em outro lugar com a aproximação do término do seu mandato” (Lerner, 2009). Este outro lugar seria o Ministério da Agricultura, cargo que assumiu, segundo palavras do próprio Arzua (2010), pelo excelente trabalho de planejamento e de condução de obras que fizera ao longo da sua carreira e que, naquele momento, culminava com a entrega das obras da Vila Nossa Senhora da Luz, em Curitiba. Pouco depois da criação do IPPUC, Arzua realmente deixa a prefeitura e é substituído pelo presidente da Câmara Municipal Acyr Hafez José (14/03/67 - 22/03/67). Em março de 1967 assume a prefeitura Omar Sabbag, que a conduz até 15 de março de 1971.

Durante a prefeitura de Omar Sabbag, nomeado para o cargo pelo governador Paulo Pimentel, que preteriu Saul Raiz, engenheiro do DER, por ser ligado a Ney Braga (Rebello, 200, p.242), o IPPUC entrou numa espécie de estado de hibernação, muito semelhante ao que acontecera à PLADEP durante o governo de Moyses Lupion. As reuniões pareciam não ter sentido (Lerner, 2010), o papel técnico do órgão quase tinha perdido sua expressão pela falta de apoio político da gestão municipal. O Plano Preliminar estava na gaveta.

O isolamento do IPPUC se deu porque logo após assumir o cargo, Sabbag se ausentou para tratamento de saúde e o presidente da Câmara Municipal, Acyr Hafez José assumiu interinamente a prefeitura e, por influências diretas de Pimentel, indicou Luiz Forte Netto, que tinha intensas relações de amizade com o governador (Netto, 1991, p.58), para assumir a presidência do IPPUC. Neste momento as divergências com o prefeito licenciado começaram. A interferência de Pimentel sobre a gestão municipal causou um grande desconforto para Sabbag que teve dificuldades para aceitar esta imposição do governo estadual, o que teria conseqüências sobre a relação da prefeitura com o IPPUC (Ficinski, 2010). Netto, ao estruturar sua equipe, indica Lerner para a Diretoria de Planejamento do IPPUC que,

para aceitá-la, acabou saindo temporariamente do escritório que dividia com outros arquitetos<sup>116</sup>.

Mas as dificuldades de relacionamento entre Netto, tido como temperamental (Groff, 2010) e Sabbag aumentavam. Este dava mostras que “não era afeito às idéias oriundas do IPPUC e que não trabalharia em parceria com o órgão” (Ficinski, 2010). Lerner (2010) lembra que ficavam horas sem ter o que fazer, “enquanto o prefeito preferia dar ouvidos a Wolmy Bruel que era Diretor do Departamento de Obras Públicas”. Franchette (1991, p.5) comenta o mesmo fato em seu depoimento à coleção Memória da Curitiba Urbana. Diz que durante alguns anos ficou fazendo tricô porque o prefeito, além de estar bastante doente, havia esquecido o IPPUC.

O IPPUC sequer aparecia na mídia paranaense. Revistas como “Panorama” e “Paraná em Páginas” não lhe dedicavam uma única linha. Nessa época Lerner passou a investir mais tempo em seu escritório de arquitetura do que ao IPPUC<sup>117</sup>.

Enquanto Netto esteve na presidência do IPPUC teve enormes dificuldades de ajustar a teoria à prática. Em outras palavras: embora o IPPUC fosse o órgão responsável pelo planejamento da cidade, as diretorias da prefeitura e seus departamentos não o reconheciam como tal. Netto trabalhou intensamente para que “a Chefia do Executivo Municipal e todas as diretorias da prefeitura adotassem o Plano Diretor como base de suas atividades” (Netto, 1991, p.58). Mas, além da falta de respaldo político, a estrutura do IPPUC nessa época era muito frágil, deficiente em capital humano e não abrangia todas as áreas do conhecimento relativo ao Plano Diretor. Netto fez um esforço muito grande para suprir as lacunas, mas não conseguiu vencer a forte reação adversa por parte de todos os departamentos da prefeitura. Ao ponto que o Departamento de Obras - que não trabalhava com planejamento, apenas, com solicitações pontuais da população (Netto, 1991, p.62) e também o de Administração que se recusaram a fazer as obras determinadas pelo IPPUC. Ambos sequer aceitavam a legislação discutida com o IPPUC e, para piorar, o Departamento de Urbanismo fazia seu próprio “planejamento urbano”.

---

<sup>116</sup> Jaime Lerner tinha como sócio Domingos Bongestabs, e com eles trabalhavam Rafael Dely, Manoel Coelho e Carlos Ceneviva. O escritório estava localizado na Rua das Flores em cima da Confeitaria Iguaçu (Lerner, 2009).

<sup>117</sup> Segundo Rischbieter sua esposa, Franchette, muito amiga de Lerner, chega a ficar preocupada com a ausência dele no IPPUC pelo desestímulo que trabalhar lá lhe causava (Rischbieter, 2010).

Para o IPPUC, “todos os recursos tinham que ser injetados no Plano Diretor, mas quase ninguém da prefeitura dividia esta opinião e por isso cada departamento tocava seus projetos individualmente” (Netto, 1991, 59).

Cansado, Netto, depois de desentender-se com o prefeito Sabbag, quando este reassume a prefeitura após uma nova ausência para tratamento de saúde, é demitido do IPPUC<sup>118</sup>. Sabbag, então, convida Lerner para a presidência do órgão. Precavido, Lerner prefere debater com a equipe do IPPUC sobre o convite numa reunião que ocorreu em sua casa (Lerner, 2009). Nesta reunião concluiu-se que, para o bem do Plano Preliminar de Urbanismo, era importante ter alguém do grupo na presidência do IPPUC e de preferência um arquiteto (Lerner, 2010). Precisava-se de alguém que defendesse o Plano já que na Prefeitura, segundo Ficinski (2010), o Plano era defendido somente por duas pessoas - Dulcia Auríqueo e Franchette Rischbieter, que “funcionavam como duas harpias a zelar por ele”.

Segundo palavras de Lerner (2009) ele assumiu o IPPUC porque acreditava num novo momento do órgão, onde as diferenças com o grupo da prefeitura pareciam resolvidas, uma vez que Netto fora afastado e investiu seu tempo em trabalhar. É neste momento que traz para o grupo do IPPUC, Rafael Dely, amigo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Quando Sabbag sancionou a Lei Orçamentária da Capital para o exercício de 1968, reservou uma expressiva soma de recursos para o Departamento de Obras, para o asfaltamento de vias de ligação entre bairros, transporte coletivo e execução de vias estruturais. Mas logo percebeu que esse esforço não seria o suficiente uma vez que esse tipo de asfaltamento era caro, por necessitar um imenso conjunto de obras e a demanda por melhor pavimentação na Capital ser crescente para o ritmo da expansão urbana à época. Assim, Sabbag adota o Plano Comunitário de Pavimentação proposto pelo IPPUC, sem jamais admitir isso em público.

A “Revista Panorama”, em sua edição 188 de 1968 na matéria “Curitiba faz balanço, mas não pára”, indicava que a através da URBS o Plano Comunitário de Pavimentação lançado pela Prefeitura seria implementado. Porém, em nenhum

---

<sup>118</sup> Nas palavras de Ficinski (2010) “O Presidente da Câmara assumiu a prefeitura e botou o Luís Forte Netto na presidência do IPPUC. E aí começou (o Presidente da Câmara) a agir como se ele fosse o prefeito de fato, enquanto ele só estava legalmente substituindo o Sabbag. Não deu certo. O Sabbag voltou, demitiu o Luís, demitiu todo o pessoal que eles tinham contratado. Jogou todo mundo que ele não queria para cuidar do cemitério e acabou.”

momento cita o nome do IPPUC. Parecia, realmente, que o mandatário municipal tinha muitas dificuldades de aceitar o órgão. O IPPUC só passa a figurar em algumas matérias na “Revista Panorama” após a entrada de Lerner para a Prefeitura e na revista “Paraná em Páginas” por divergências político-partidárias entre grupos de poder<sup>119</sup>.

O bom relacionamento entre Sabbag e Lerner também seria curto. Pouco depois de assumir a presidência do IPPUC, Lerner convida Euro Brandão – que havia sido seu professor no curso de engenharia - para começar a desenvolver um sistema de transporte<sup>120</sup>, uma vez que Rafael Dely já tinha idealizado o sistema trinário de Curitiba, baseado no que tinha visto em Munique (Groff, 2010), abandonando a idéias das avenidas largas do Plano Preliminar de Urbanismo. Brandão traz a idéia de uma estação rodoferroviária circular, que seria o primeiro projeto de transporte multimodal da cidade. Este projeto havia sido apresentado em oportunidade anterior à direção da Rede Ferroviária no Rio de Janeiro – idéia desenvolvida por Sérgio Bernardes a pedido do coronel Brasília Marques dos Santos Sobrinho (Brandão, 1991, p 3).

Na visão da Diretoria da Rede Ferroviária, embora o pátio estivesse praticamente no Centro de Curitiba, esta não deveria atender a população. Brandão, então, apresenta a Lerner o escopo do projeto. Lerner, que já estava preocupado com a idéia do prefeito em deslocar a rodoviária para a BR-116, redige o que seria o projeto da rodoferroviária com a ajuda do presidente da OAB - Seção Paraná - Eduardo Rocha Virmond, e o mostra a Sabbag (Lerner, 2009). Sabbag achou que seria difícil convencer a Rede Ferroviária a aceitá-lo, mas concede a Lerner um mês antes deste decidir transferir a rodoviária. Lerner, então, apresenta o projeto à Diretoria da Rede Ferroviária no Rio de Janeiro e a convence em aceitá-lo. Em menos de um mês estava sacramentado o contrato. Entretanto, Sabbag, que achava que cabia ao IPPUC pensar as obras *mais remotas e ligadas aos problemas*

---

<sup>119</sup> Na revista Paraná em Páginas o IPPUC não é mencionado e o nome Lerner passa a freqüentá-la somente dez meses após ter assumido a prefeitura. A revista havia declarado guerra ao prefeito “técnico”, e durante toda a gestão Lerner produz matérias tentando prejudicar seu trabalho. Ela contava com o apoio do ex-governador Paulo Pimentel, que vale lembrar, era muito amigo do ex-presidente do IPPUC, Forte Netto que a esta altura dos acontecimentos tinha rompido relações definitivas com Lerner. Pimentel também usava seu grupo de comunicação para atacar o prefeito.

<sup>120</sup> Brandão trabalhou na Rede Ferroviária Federal até 1967 com engenheiro ferroviário chegando a ocupar a função de Diretor Superintendente no governo de Castelo Branco.

*viários*<sup>121</sup>, estranhamente não adotou o projeto do IPPUC ainda que o tenha usado na mídia para promover sua administração. Na “Revista Panorama”, edição 196 de 1968, há uma extensa matéria sob o título “Estação do Futuro” e na edição 202<sup>122</sup> outra com o título “Os caminhos de Curitiba” onde é possível ver as fotos das maquetes do projeto da Rodoferroviária circular. Inexplicavelmente Sabbag decidiu, por conta e risco, engavetar o projeto negociado com a Rede Ferroviária e contratar o arquiteto Rubens Meister para fazer um novo projeto, indicando a Construtora Pussoli para assumir a construção. O que nas palavras de Franchette (1991, p.5) equivaleu a passar para trás o IPPUC<sup>123</sup>.

A situação em que Sabbag colocou o órgão irritou a todos no IPPUC e em solidariedade ao grupo que lutou pelo projeto, Lerner pede demissão da presidência, embora continuasse na equipe. Ele escreve uma carta de demissão ao prefeito com uma frase final que procurava mexer com Sabbag - “Manifesto a Vossa Excelência a esperança que um dia a insensatez não seja impenetrável” (Lerner, 2009). Precisava acontecer um fato novo para colocar todos os planos engavetados em movimento e este foi a indicação de Jaime Lerner para a prefeitura de Curitiba, com o término do mandato de Sabbag. Acontecimentos que se seguiram num ambiente de muita agitação política.

---

<sup>121</sup> Relatório de prestação de contas, exercício 67/68, à Câmara Municipal, em 25 de fevereiro de 1969, item 2.5.

<sup>122</sup> Dezembro de 1968, p.48 e julho de 1969 p, 57 respectivamente. A edição de maio de 1969 da Revista Paraná em Páginas também apresentava as mesmas fotos do projeto de uma rodoferroviária circular na matéria que comemorava o 276º aniversário de Curitiba (p.32)

<sup>123</sup> A Revista Veja em sua edição 213 de 4 de outubro de 1972 (p.56), comentava o fato na matéria “Estação discutida” da seguinte forma: “(...) em agosto de 1968 os estudos foram entregues ao IPPUC, presidido pelo atual prefeito. Pouco depois, decidiu-se ampliar a idéia e planejar um complexo rodo-ferroviário, cujo anteprojeto ficou pronto em novembro daquele mesmo ano. O então prefeito Omar Sabbag ordenou ao Instituto que fizesse o projeto definitivo para construção, mas alguns meses mais tarde, voltou atrás e resolveu encomendar o trabalho ao engenheiro Rubens Meister.

## 7. LERNER ASSUME A PREFEITURA MUNICIPAL

Curitiba tinha pouca representatividade no cenário nacional até o final da década de 1960. Seria injusto com todos que colaboraram na criação da “Curitiba de Amanhã” dizer que ela destacou-se exclusivamente pelo trabalho de Jaime Lerner e sua equipe, mas seria igualmente injusto negar a história deste grupo. A pergunta é: quem era Jaime Lerner antes de ser prefeito e como ele chegou lá? As respostas são as mais diversas entre os atores que conviveram com Lerner entre 1963 a 1975. Na opinião de Rischbieter (2010), a escolha de Jaime Lerner para prefeito causou muitas surpresas, tanto antes quanto depois. Por isso para este trabalho é importante resgatar um pedaço da vida pouco conhecida de Lerner.

Jaime Lerner entra na história do planejamento urbano de Curitiba, no momento em que passa a se reunir com o grupo de professores e alunos da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná. Lerner era um aluno bastante reservado. Circe Monteiro, filha de Gustavo Gama Monteiro que foi um dos primeiros professores de Lerner, lembra bem dele enquanto estudante. Circe o via com alguma frequência quando entregava trabalhos da Escola de Arquitetura em sua casa. De acordo com Circe (2010), “Ele era muito tímido e muito reservado”. Jaime Lerner não se destacava por sua eloquência, mesmo fazendo parte do grupo que tinha que divulgar o Plano. Durante o Seminário “Curitiba de Amanhã” não aparecia como um dos membros em destaque nas apresentações. Na realidade, os jornais ressaltavam as apresentações de Almir Fernandes que também havia sido professor de Lerner na Escola de Arquitetura e Urbanismo e tinha grande domínio sobre o público.

A experiência de Lerner como urbanista, antecedia às reuniões com o grupo de arquitetura e ao Plano Serete. Em 1961, aos 22 anos, recém-formado em Engenharia, obtém uma bolsa para cursar Urbanismo em Paris quando lhe surgiu a rara oportunidade de trabalhar no escritório de George Candilis<sup>124</sup>. Na época Paris

---

<sup>124</sup> Georges Candilis montou a sua própria agência em Paris, em 1954 tendo como parceiro o arquiteto Alexis Josic; se associaram pouco depois aos engenheiros e Henri Paul Dony Piot. A agência de imediato, venceu o concurso "Opération Million", cujo objetivo era reduzir em dois terços do custo de construção de apartamentos de três quartos. Na época que Lerner esteve com Candilis e até 1964, a agência Candilis Josic-Woods trabalhou em dezenas de milhares de casas na França

era o “lugar onde as coisas estavam acontecendo” (Lerner, 2009). Voltando para Curitiba, em agosto de 1962, com a bolsa de urbanismo concluída, Lerner procurou o prefeito Ivo Arzua e comentou com este sua idéia de trabalhar com urbanismo. Arzua sugere que conversasse com o Diretor do Departamento de Urbanismo, Ari de Jesus e este o desestimulou da idéia. Reclamou que na Capital não dava para fazer urbanismo e citou o exemplo do Prédio Alvorada<sup>125</sup>, ressaltando que a cidade sequer tinha recursos para desapropriá-lo, quem diria para fazer urbanismo! Esta era também opinião compartilhada por Arzua (2010).

Neste mesmo período a Escola de Arquitetura e Urbanismo estava sendo estruturada e Lerner recebeu o convite para ser professor, mas, declinou. Na realidade queria mesmo ser aluno, porque seu objetivo era trabalhar com arquitetura e ampliar os conhecimentos de urbanismo. Segundo Lerner (2010), esta foi a decisão mais acertada de sua vida. Pois, pouco depois, com a criação da URBS, abriria-se um campo de oportunidades para os arquitetos, sendo que a cidade começou a receber profissionais oriundos dos mais diversos Estados e, com eles, um novo conjunto de ideias. Curitiba tornou-se o grande espaço para arquitetos no início da década de 1960 (Fernandes, 2010).

Lerner participou desde o início do processo que se desenvolveu a partir da criação da Escola de Arquitetura e na concorrência ao Plano Preliminar, com a da URPLAN. Na época, a luta de Lerner e seu grupo era para que Curitiba tivesse um plano, porque este serviria de anteparo “à falta de planejamento de Arzua” (Lerner, 2010). De acordo com Lerner (2009), Arzua era detalhista em extremo e discutia linha por linha do plano, mas não no campo técnico do planejamento urbano e sim, apenas, na sua redação, mesmo sabendo que “O Plano Preliminar tinha o apoio jurídico de Ely Lopes Meireles um dos maiores juristas brasileiros” (Fernandes, 2010).

O ingresso de Lerner para a vida pública se deu pelas mãos do governador Haroldo Leon Perez. Lerner não era filiado a qualquer partido político e se via

---

metropolitana, na expansão da Bagnols-sur-Ceze (1956 - 1961) e o projeto de Mirail distrito de Toulouse (1961 - 1971).

<sup>125</sup> Este prédio localiza-se entre a rua Marechal Deodoro e a rua Mariano Torres e tornou-se na época um grande entrave para o alargamento da rua Marechal Deodoro, pretensão de Arzua que seguia, ainda, as diretrizes básicas do Plano Agache.

apenas como um técnico<sup>126</sup>. Entre Lerner e Leon Perez já havia uma relação estabelecida, além de Lerner ter feito o projeto do estádio de futebol Willie Davids de Maringá, cidade natal de Leon Peres, este tinha seu escritório de advocacia em Curitiba no mesmo prédio onde Lerner tinha o seu de arquitetura. Entre eles havia, também, um grande amigo comum, o médico oftalmologista Aron Leon Galperim (Lerner, 2009).

Assim que Lerner se desligou da presidência do IPPUC seu escritório ganhou o concurso do projeto para o prédio da Polícia Federal, em Brasília, o que o obrigava a ir com frequência à capital brasileira viajando com diversos grupos de políticos, entre eles, Leon Peres. Por vezes hospedavam-se no mesmo hotel, onde conversavam sobre os projetos para a cidade; mas a nomeação de Leon Perez para o governo do Estado sequer era cogitada. Para Ficinski (2010), a indicação de Lerner para prefeito por parte de Leon Perez foi motivada não só pela amizade entre ambos, mas também como uma forma de escapar à pressão política. Perez queria mostrar que não estava subordinado a Ney Braga e nem a Paulo Pimentel, que apoiava Forte Netto (Fernandes, 2010), embora Lerner fosse, segundo Wilhelm (2010), o candidato de Braga<sup>127</sup>. Lerner assumiu a prefeitura e, numa ironia do destino, teria que terminar a obra pela qual pediu demissão: a Rodoferroviária.

A escolha de Lerner para prefeito lhe custou um grande amigo - Forte Netto - que o antecedeu na presidência do IPPUC. Segundo Ficinski (2010), Netto entendia que ele deveria ser o prefeito e não Lerner e durante o jantar de comemoração pela indicação de Lerner romperam as relações.

Lerner entrou para a política, mas não foi com a ajuda da mídia impressa, basta ver que nem ele e nem o IPPUC tinham espaço nela. Desde a criação do IPPUC, em agosto de 1966, a única aparição que o órgão teve nas revistas paranaenses se deu quando Lerner assume a presidência. Isto em setembro de 1968, na “Revista Panorama”, edição 193, sob o título: “Eis a Curitiba de Amanhã”, enquanto a revista “Paraná em Páginas” nada noticiou. Na matéria, a revista dava conta de que o IPPUC era o “único órgão brasileiro que realmente tem verbas, recursos e pessoal treinado para o tratamento desses problemas (do “Plano

---

<sup>126</sup> Entrevista de Lerner à Folha de Londrina, 23/06/1985, acervo Biblioteca Pública do Paraná.

<sup>127</sup> Ney o convidou para assumir sua segunda prefeitura entre 1979 e 1983, o que prova que na primeira ele realmente era o candidato de Ney Braga, conforme Wilhelm (1991, p.31) havia corroborado.

Diretor”). Eles têm uma responsabilidade muito grande: estudar o futuro das cidades sem deixar de lado o seu presente”. Na mesma matéria eram apresentados superficialmente os oito pontos principais do “Plano Diretor”.

Na reportagem, Lerner acentuava que o Plano não era estático e sim, dinâmico, tanto que parte do que foi brevemente apresentado pela matéria não se concretizou. É provável que a matéria tenha sido solicitada pela prefeitura para *mostrar* suas novas boas intenções – ou o que Lerner chamou de “novo momento” – em função da saída de Forte Netto do IPPUC. Depois dessa matéria as principais revistas – “Panorama e Paraná em Páginas” – não publicaram nada por quase três anos.

Lerner foi o primeiro arquiteto a ocupar o cargo de prefeito no Brasil (Veja ed. 140, p.30) e como prefeito teve que aprender a lidar com as adversidades do universo da política partidária que começaram cedo, com os ataques da mídia promovidos por Paulo Pimentel. Ataques através do seu programa de televisão “Show de Jornal”, dos jornais “Estado do Paraná” e “Tribuna do Paraná” - jornais que na época tinham mais circulação que a “Gazeta do Povo” - e pela revista de Candinho<sup>128</sup>, “Paraná em Páginas”, que apoiava Paulo Pimentel<sup>129</sup>.

A gênese da questão com Lerner repousava, primeiro, na não aceitação por parte de Paulo Pimentel da indicação deste para prefeito (Fernandes 2010) e depois, na briga política de Pimentel com Leon Peres que se tornou nacional. Pimentel passou a atacar publicamente o governador, mal tinha ele assumido o poder do Estado, usando sua rede de televisão<sup>130</sup>. Para se ter uma idéia da rivalidade política à época entre Leon Peres e Pimentel, o jornal “Indústria e Comércio” numa matéria de 26 de março de 2010, publicou um comentário de Pimentel sobre Peres pouco

---

<sup>128</sup> Apelido pelo qual era conhecido o seu proprietário, Candido Gomes Chagas, conforme notou Mai Nascimento em entrevista concedida a este autor em 15 de outubro de 2009.

<sup>129</sup> Na edição 116, de outubro de 1974 a revista preenche duas páginas com recortes de notícias dos jornais de Pimentel: “Saiba tudo sobre as dividas de Lerner”, “Administração Jaime Lerner hipotecou município de Curitiba”, “Impostos vão subir em 40%” etc. (p.9 e 10) Havia um pacto de Candinho e Pimentel para atacar o prefeito “técnico” e sem partido político.

<sup>130</sup> A Revista Veja na sua edição 137 de 21 de abril de 1971, p. 26, editava uma matéria sob o título de “Apedrejamento” onde relatava com detalhes a baixaria publica que havia se tornado a briga entre Perez e Pimentel. Somente em outubro, após a intercessão do deputado Batista Ramos, a pedido do Presidente Médici, que já estava ficando irritado com a discussão pública de ambos, é que os ânimos se acalmaram – Veja Ed. 163, 20/10/1971, p. 20

antes de aquele ser informado pelo Presidente Médici<sup>131</sup> que Peres seria o governador:

Uma tarde de 1970, o governador do Paraná, Paulo Pimentel, conversou longamente com o deputado da Arena, Haroldo Leon Perez, no escritório da representação do Paraná, no Rio. Saiu Perez, Pimentel estava furioso:

- Esse Haroldo é um *idiota*. Imagine que veio aqui me dizer que vai ser o próximo governador. Já está escolhido, mas gostaria de ter o meu apoio. Em troca, assegura o ministério da Agricultura para mim. Mal conseguiu eleger-se deputado, não tem prestígio nenhum, eu não quero, o Ney (Braga) não o aceita, como é que ele vai ser governador e, ainda por cima, negociando ministério?<sup>132</sup>

A briga entre ambos foi longa e só terminou com a intervenção do Presidente Médici. Lerner entra na querela quando o Leon Peres renunciou para não ser cassado por corrupção. Pimentel, insatisfeito por não ter um político da sua indicação na prefeitura (aqui, leia-se Forte Netto) passou a tentar mostrar que Lerner era uma reminiscência de Peres e acionou sua rede de TV através do “Show de Jornal”, comandado por um corpo de jornalistas que, segundo o próprio Lerner (2009), de grande qualidade. Como Jamur Junior, Adherbal Fortes e Renato Schaitza<sup>133</sup> “que lhe atiravam meia hora diária de fogo pela televisão” (Veja Ed. 434, p.3).

Entre agosto de 1970 até setembro de 1971 a “Paraná em Páginas” não promove uma única reportagem sobre a Capital ou seu prefeito. Quando, em outubro, faz um editorial chamando Lerner de “Judas na prefeitura”, porque teria autorizado um pagamento avançado pelo prefeito anterior, Omar Sabbag, no valor de dezoito milhões de cruzeiros, para a gráfica SEGRAP<sup>134</sup> que imprimia a revista concorrente, “Panorama”. Débito relativo a uma matéria que fazia o fechamento dos trabalhos realizados por Sabbag enquanto alcaide municipal (Panorama, ed. 217). A

---

<sup>131</sup> Médici conhecia “tão bem” Haroldo Leon Peres que diz às pessoas presentes, quando do anúncio do novo governador do Paraná (ver nota 208), que seu escolhido era “Leopoldo” Peres, o que deixou todos confusos e perplexos porque coincidentemente havia um deputado do Amazonas na época com esse nome, e como ele poderia ser governador do Paraná? Mas logo Pimentel percebeu a gafe e corrigiu Médici. (SANT’ANA, 2008, p.165)

<sup>132</sup> <http://induscom.com.br/content/view/28058/109/> acessado em 25/01/2010

<sup>133</sup> De acordo com Lerner (2010), os três eram amigos dele e eventualmente se encontravam para tomar um café pela manhã na Boca Maldita e o provocavam dizendo coisas do tipo “(...) hoje vamos sentar o pau na obra tal”.

<sup>134</sup> Gráfica esta que a revista Paraná em Páginas reclamava que o diretor do Departamento de Relações Pública da prefeitura, Aramis Milarch, tinha sido sócio.

revista “Paraná em Páginas” descontente por não ter participado passa a criticar veementemente a situação. Este imbróglio ficou conhecido como “O caso Aramis Millarch”. Como Lerner não respondeu à provocação e solicitou à Comissão Permanente de Sindicância que analisasse detidamente a publicação da revista, na edição seguinte, de novembro de 1971, a revista “Paraná em Páginas” faz um novo editorial - “Boca fechada...” onde dizia:

O Sr. Jaime Lerner está sentindo que administrar uma cidade, lidar com dinheiros públicos é diferente do que dirigir uma firma ou conseguir prêmios em virtude de sua indiscutível *capacidade como engenheiro* (grifo nosso).

E é verdade. Lerner começou a perceber as forças das divergências ocultas no universo da política partidária e como um técnico teria que aprender a desenvolver as duas vocações. Aproveitando-se do apelido de “Judas”, a mesma revista na sua edição de junho de 1973 (p.6) colocava a seguinte matéria: “Quem fez mais do que J. Cristo, Senhor Prefeito?” A matéria tecia uma pesada crítica ao fato de Lerner não ter aprovado o nome de Cristo Rei para a praça que hoje se chama Praça das Nações. O jornal “O Estado do Paraná”, na sua edição 22 de abril de 1973, colocava a seguinte matéria: “Povo exige um nome cristão para a Praça”. Dizendo que o povo estava revoltado com o veto nada cristão por parte do prefeito, fazendo uma alusão indireta ao fato de Lerner ser judeu e na edição de 25 de abril de 1973 publicava:

A Prefeitura, embora insista em chamar a Praça das Nações por razões que não explica, deve acatar a decisão tomada pela Câmara. Ou estará ocorrendo em ilegalidade (...) enquanto a Câmara aguarda que a lei seja obedecida pela Prefeitura, os moradores do bairro Cristo Rei estão pensando numa promoção, com a finalidade de tornar conhecido o nome oficial da praça: Cristo Rei (p.12)

Até o reconhecido jornalista paranaense, José Wanderley Dias – que também era colaborador da “Paraná em Páginas” – entra na discussão e na sua coluna “A vista do meu ponto” do dia 8 de maio de 1973, faz uma longa crítica ao nome da Praça das Nações e terminava perguntando: “Quem fez mais que Jesus Cristo”?

A imprensa não dava folga a Lerner. Na inauguração do tabuleiro de xadrez, atrás do Paço Municipal, os jornais criticaram o trabalho de Juarez Machado dizendo que a altura dos peões estava errada (Veja Ed. 170, 8/12/2010, p. 62). A “Paraná

em Páginas” passa a criticar também o IPPUC por sua ligação com Lerner. Na sua edição de junho de 1973 (p.25) acusava a prefeitura por queima de dinheiro e de dar suporte a um “órgão que planeja, faz e pouco depois manda desmanchar”.

E as críticas vinham de todos os lados. O jornal “A tribuna do Paraná”, no dia 5 de junho de 1973 (p.73), reclamava que a administração Lerner já havia endividado Curitiba por um longo tempo e ainda queria mais dinheiro emprestado.

Lerner, conhecido pelo seu pragmatismo<sup>135</sup> (Rischbieter, 2010) precisou aprender a gerenciá-lo e rapidamente, por conta de questões político-partidárias. Nisso a perseguição de Pimentel representou seu primeiro aprendizado. E a segunda foi o ataque constante da revista “Paraná em Páginas” que o qualificava como “uma triste herança de Haroldo Leon Peres” (ed. 101, p.10). Qualquer deslize de algum funcionário da prefeitura já era motivo de acusá-lo diretamente. A revista manteve por longo tempo uma forte marcação sobre o caso Aramis Millarch convencendo até o vereador Adalberto Daros a propor uma CPI para investigar o ocorrido<sup>136</sup>, embora Lerner já tivesse mandado fazer uma verificação completa nos pagamentos, ameaçando inclusive a “Panorama” de uma ação retroativa, caso encontrasse irregularidades no contrato firmado<sup>137</sup>.

Até as ausências de Lerner na política partidária e seu lado técnico eram alvos de pesados ataques por parte de Candinho, (Paraná em Páginas, ed. 89, p.8):

O Prefeito Jaime Lerner nem no diretório da ARENA figura. É um omissor. E para justificar essa “ausência” diz que é um técnico. Técnico em que? Perguntamos. Se calçar asfalto é ser técnico, então qualquer um o é (...) (grifo nosso)

Lerner e sua equipe de *técnicos* iam resistindo. Com a renúncia de Leon Perez, assume Parigot de Souza e novamente a mídia procura fragilizar Lerner,

---

<sup>135</sup> Em entrevista à Revista Veja, 22/15/1976, Lerner dizia: “Nunca fui homem de jogar no meio de campo, tocando a bola – meu negócio sempre foi cabecear para a frente” . Basta ver como ele trabalhou para fechar a Rua XV, lembra a revista.

<sup>136</sup> A proposição da CPI se deu na sessão de 14 de março de 1973. Fonte acervo dos Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 10/01/1973 a 22/03/1973. A exposição de Daros foi bastante longa, das p. 397 a 414. No final da exposição o vereador Adhail Sprenger Passos achou melhor “ (...) que fosse ouvida a Comissão de Legislação e Justiça, para que o Plenário da Casa decida depois, em face de um parecer de uma Comissão Técnica.” Deste momento em diante nada mais aconteceria.

<sup>137</sup> A discussão concentrava-se no fato da Paraná em Páginas alegar que foi pago, pelo Diretor de Comunicação da Prefeitura, um valor superior ao número de edições que a revista Panorama dizia ter impresso com a matéria que gerou a disputa.

jogando Parigot contra ele. O jornal “O Estado do Paraná” de Paulo Pimentel noticiava, no dia 8 de junho de 1972, p.4, a matéria “Novo Prefeito”:

Em Brasília, onde se encontra atualmente, o governador Parigot de Souza deverá ter, hoje, um importante encontro com o deputado Emilio Gomes na expectativa da aprovação da nova emenda que vai permitir aos parlamentares o exercício de outras funções públicas sem a perda do mandato, Emilio Gomes, atual vice-líder do governo na Câmara, está cogitado para assumir a Prefeitura de Curitiba. Para sua vaga, na vice-liderança será indicado deputado Túlio Vargas.

Aproveitando-se desta nota no jornal, Candinho dispara a matéria “Imprensa diz que Lerner vai cair!” e alega que se a matéria do “O Estado do Paraná” fosse falsa, Parigot seria o primeiro a desmenti-la (Paraná em Páginas, ed. 89 p.32). Os ataques ganhavam força dentro da Câmara Municipal com vereadores de oposição<sup>138</sup>. Havia uma campanha aberta contra ele e sua equipe. As críticas eram duras por ele ser um *técnico* e esquivar-se da política partidária, não facilitando o controle desta sobre seu trabalho.

O inusitado é que a revista, nas entrelinhas, deixava claro que admirava o dinamismo do prefeito e sua competência técnica (ed. 102, de agosto de 1973, p.23). E foi exatamente sua competência técnica e da sua equipe, que impediu de que fossem destituídos de seus cargos quando Parigot de Souza substituiu Leon Peres. E quando João Mansur substituiu interinamente Parigot que estava muito adoecido e, finalmente, quando Emilio Gomes assumiu o governo no lugar de Mansur. Lembrando que Jaime Canet, então, assumiria o lugar de vice-governador. A rigor Lerner e sua equipe tiveram que resistir a quatro governadores<sup>139</sup> que se alternaram no Poder e a um novo vice, Canet, que também sofria muita pressão da imprensa. Incansável, a mídia começou a levantar dúvidas sobre a “misteriosa força” que mantinha o prefeito. No editorial “O começo e os cravos” (Paraná em Páginas, ed. 103) procurava colocar o novo governador Emílio Gomes e seu vice frontalmente contra Lerner:

---

<sup>138</sup> Ver discurso de Amadeu Geara proferido dia 10 de abril de 1973, Anais da Câmara Municipal de Curitiba, p. 839

<sup>139</sup> Apenas lembrando o período de governo dos quatro mandatários do Estado: Leon Peres, 15/03/1971 a 21/11/1971, Parigot de Souza, 23/11/1971 a 11/07/1972, João Mansur, 04/07/1973 a 11/08/1973, Emilio Gomes, 11/08/1973 a 15/03/1975.

O Prefeito de Curitiba é um problema permanente para o governo (...) se estas duas leviandades administrativas (a revista se dirigia ainda ao caso da Panorama e a um pedido de informação do vereador Daros à ele) podem ser normais para o Sr. Jaime Lerner, acreditamos que não se harmonizem com o modo de agir e de pensar do respeitável governador Emilio Gomes, que sempre primou sua atuação particular e sua vida publica pela concretização de atos que bem se ajustam aos princípios de moralidade, firmeza e justiça.

Ao exacerbar suas críticas, Candinho acabou se perdendo e suas matérias já estavam ficando enfadonhas. No Editorial “Um e outro”, dizia que o comportamento adequado era do governador Emílio Gomes, “que gostava de um ambiente de *calmaria, sem tensões*, ao contrário da prefeitura onde foi instalado um *visionário para azucrinar com a vida da gente em Curitiba*” e esse visionário estaria agora testando “um tal de ônibus expresso, mais um lance do grande sonhador que é o Sr. Jaime Lerner”. E essa seria a próxima batalha de Pimentel e Candinho contra a administração Lerner que, doravante, passaria a usar o termo *Watergate*, numa alusão ao caso que derrubou o presidente Richard Nixon nos Estados Unidos.

Sem qualquer apreciação técnica sobre o novo projeto do sistema de transporte coletivo, a revista disparou:

O “sofisticado” está muito badalado pelo Prefeito de Curitiba, não deixa de ser, portanto, o “falsificado, artificial e afetado” novo sistema de transporte coletivo, imposto a Curitiba e seu povo por uma etapa de governo de profundo conteúdo de mediocridade (...) e tudo com prognósticos práticos os piores possíveis, para o público, porque o “expresso” – segundo técnicos e entendidos práticos – não passa de um sonho de uma noite mal dormida do Prefeito curitibano. (Paraná em Páginas, ed. 116, p.5)

Seus ataques ao ônibus expresso passaram a ganhar intensidade na medida em que o sistema ia sendo implantado e acidentes no trajeto do ônibus aconteciam. Na edição de novembro de 1974 (p.22), a revista “Paraná em Páginas” trazia uma extensa matéria sob o título “Expresso - o monstro que Lerner criou” e em seu conteúdo fazia um clipping de outras mídias impressas comentando os acidentes com o novo sistema viário.

A revista começava a ficar desgastada com as matérias que publicou por mais de três anos a fio contra a gestão de Lerner. A propositura de uma CPI na Câmara Municipal não evoluiu. Os vereadores começaram a furtar-se das discussões políticas e até mesmo na Assembléia Legislativa as discussões

começaram a se enfraquecer. Os parques, que sequer figuravam no Plano Serete e que apenas estabelecia algumas faixas de preservação de fundo de vales e dimensionadas, exclusivamente, para a construção de galerias de águas pluviais, agora faziam parte do cenário da cidade e da vida dos curitibanos. Os lagos<sup>140</sup> presentes em quase todos os parques cumpriam, sem a população perceber, a importante função de regular a vazão dos rios (Kluppel, 1991, p.32). E o sistema de transporte coletivo se tornava um exemplo de solução técnica com reconhecimento internacional.

Lerner assumiu a prefeitura de Curitiba, em 1971, “desprezando a fatigada retórica dos empossados que prometem tapar buracos e alargar avenidas” (Veja, dez 1976, p.3). Ele, então, com sua equipe, recolhe os projetos que haviam sido desenvolvidos pelo IPPUC nos anos em que Sabbag desprezou o órgão e passaram a implementá-los (Franchette, 1991, p.3). Tinha ciência que o tempo urgia e era o fator mais preponderante nas decisões sobre as intervenções urbanas. Para Rischbieter (2010), o resultado do trabalho do grupo teve o mérito no pragmatismo de Lerner “que inventou Curitiba e o fez porque sua população precisava de uma identidade”.

Uma das provas da visão pragmática do grupo está na construção de parques, ao invés de espalhar praças pela cidade como queria Rosa Kliass (Lerner, 2010). Antes de assumir a prefeitura, Curitiba apresentava 0,7 m<sup>2</sup> de área verde/por habitante, na época pouco mais do que São Paulo, mas, 17 vezes abaixo do padrão mínimo atualmente recomendado<sup>141</sup>. Lerner, então, convidou Burle Marx para visitar Curitiba e referendar suas idéias. Lerner aproveita a visita de Marx para apresentá-lo ao botânico Gert Hatschbach<sup>142</sup> onde trocaram idéias e separaram exemplares da flora paranaense. Enquanto Curitiba discutia parques e calçadão, Porto Alegre

---

<sup>140</sup> O primeiro parque de Curitiba foi o da Barreirinha. O São Lourenço e o Barigui foram os dois primeiros parques feitos para regular as enchentes. Para fazê-los a Prefeitura entrou com um pedido de financiamento junto ao BHN e obteve recursos do Fidren – Financiamento de Sistemas de Drenagens. Segundo Kluppel (1991, p.33) o BNH não tinha recursos para os parques mas a Prefeitura inteligentemente justificou que era para regular a drenagem e ao invés de “obras de drenagem”, fez os parques. Para Franchette (1991, p.7), o Barigui já estava previsto, mas a idéia do São Lourenço só nasceu após uma enxurrada e alagou toda a área.

<sup>141</sup> A Organização Mundial da Saúde recomenda 12m<sup>2</sup> / habitante. (Campello, 2010)

<sup>142</sup> Hatschabch foi um dos maiores botânicos paranaenses, e na época da visita de Burle Marx, ele já trabalhava a 27 anos com plantas nativas e havia coletado mais de 26 mil exemplares. (Veja, ed. 148, 7/7/1971, “Nabucodonosor” p. 46)

apresentava um projeto de elevados para os ônibus por toda a cidade (Veja, Nov 1971, ed.159, p.42).

A guerra declarada de Pimentel e Candinho contra Jaime Lerner foi implacável, principalmente pelo silêncio que Lerner lhes dedicava<sup>143</sup>, uma vez que não precisava entrar no jogo da política partidária. E, a rigor, nem precisava já que fora indicado à prefeitura. O país vivia o auge do governo militar, assim, segundo Lerner (2009), para tirá-lo da prefeitura bastava “uma simples canetada”, a mesma que o mantinha no poder. Era essa “canetada” que Pimentel e Candinho tanto sonharam acontecer, mas parecia que Lerner e sua equipe efetivamente encontravam-se no que Weber (1999, p.541) chamou de grupos de pessoas cuja qualificação técnica era indispensável à manutenção de projetos.

A força misteriosa que mantinha Lerner e sua equipe na prefeitura, e que a mídia parecia desconhecer, era, além da capacidade de realização de obras, o grande respeito e admiração que o General Geisel nutria por ela e por seus resultados: Geisel via em Lerner e em seu grupo os tecnocratas que os militares tanto procuravam. Eles não cairiam (Fernandes, 2010).

---

<sup>143</sup> A única declaração de Lerner contra as acusações foi dizer que suas obras falavam por ele e que não responderia à imprensa clandestina, o que deixou Candinho ainda mais furioso, que exhibe na edição 115 o Registro de Publicação do Ministério da Justiça que lhe permitia editar a revista. Curioso que Lerner não diz que a tal imprensa clandestina seria a revista de Candinho, mas essa vestiu a carapuça. “Jaime Lerner diz na televisão que há veículo clandestino e que não responde a qualquer volante” Paraná em Páginas, ed. 115, setembro de 1973 p. 2

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado procurou encontrar um pedaço de uma Curitiba perdida. Perdida entre as notícias, depoimentos, relatórios, debates, seminários, planos de governo, desentendimentos e pensamentos dos atores que participaram intensamente do processo de construção da Curitiba que conhecemos. Resultante das ações urbanísticas realizadas na Capital. Processo este que pode ter como ponto de partida a primeira prefeitura de Ney Braga, ou ainda, a visão organizativa de Ivo Arzua, com a criação da URBS.

O trabalho tentou entender esta reorganização urbanística como um *processo* que se iniciou com a reforma do Estado, iniciada na década de 1930 com o Presidente Getulio Vargas e que desencadeou o desenvolvimento de uma estrutura tecnoestatal. O Brasil começava a seguir, se bem que com certo atraso, as reformas já efetuadas pelas administrações dos países centrais.

O ideário reformista venceu obstáculos como o agrarismo e iniciou o processo de industrialização brasileira que, para se concretizar, centrou-se principalmente no Estado de São Paulo e desviou recursos de diversos Estados da federação, mas afetou em particular o Estado do Paraná, que se via à margem do que estava acontecendo.

Através dos primeiros estudos realizados pela PLADEP e com sua visão administrativa, Ney Braga assume o governo do Estado passando a atuar como um agente catalisador do desenvolvimento do Estado e de sua capital. Ney Braga sabia reunir, como poucos, competências à sua volta e o fez de maneira impecável. Cria a CODEPAR e para dar poder a ela, lembrando das falhas da PLADEP e, numa jogada política, faz com que a Assembléia Legislativa aprove um fundo de desenvolvimento para o Estado sobre o qual não teria qualquer controle. Com este fundo financia, entre muitas coisas, um novo projeto urbanístico para Curitiba. Mas, antes disso acontecer, ele teria que colocar na prefeitura uma pessoa da sua confiança e, como ele próprio dizia: um técnico. Ele escolhe Ivo Arzua pelo trabalho que havia feito na condução das obras do Centenário de Emancipação do Paraná. Conhecido por sua organização e metódico ao extremo, Ivo Arzua reluta contra as forças que solicitavam a substituição do plano Agache. Mas, finalmente, capitula e

um novo plano urbanístico é feito às custas de muitas desavenças durante os meses que seguiram sua aprovação.

Para administrar os projetos urbanísticos e racionalizar a administração municipal Arzua cria, antes da aprovação do novo plano urbanístico, o IPPUC. Como sendo uma espécie de Escritório Técnico, cuja idéia remonta às primeiras discussões organizativas da esfera municipal promovida pelo IBAM, órgão com o qual Ney Braga teve relações muito próximas quando fora prefeito da Capital.

O período em que estes fatos aconteceram foi antecedido pela criação da URBS e pela Escola da Arquitetura que serviram como um imã atraindo profissionais para Curitiba e ajudou na geração de um conjunto novo de idéias que formaram a base da pressão sobre Arzua.

Feita a concorrência, o plano foi aprovado e ganhou o nome de Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. O Plano Preliminar diagnosticava as tendências prováveis do desenvolvimento urbano e traçou um programa de estudos complementares de continuidade e detalhamento. Isso lhe dava a característica de flexibilidade. Era pela flexibilidade do plano que a luta na prefeitura se dava. Alguns departamentos da prefeitura, principalmente o Departamento de Obras e o Departamento de Urbanismo brigavam por ela, além da própria URBS. Tal situação colocava o IPPUC em posição secundária, sem voz ativa principalmente após a saída de Arzua e a entrada de Sabbag na prefeitura, que fora forçado a aceitar a colocação de Forte Netto na presidência do IPPUC pelas mãos do governador Paulo Pimentel. Por conta disso, Sabbag isola por completo o órgão da administração municipal, deixando que os departamentos da prefeitura trabalhassem da forma que quisessem. Porém, não resiste por muito tempo à interferência de Pimentel e demite Netto, indicando Lerner para a posição. Fato que não tirou o IPPUC do isolamento, mas fez com que Sabbag se aproveitasse de algumas idéias oriundas do órgão, sem evidenciar publicamente sua origem, o que irrita ao grupo que lá trabalha e Lerner também se demite da presidência. Com a inusitada indicação de Leon Peres ao governo do Estado, este indica Lerner, por conta da admiração pelo seu trabalho e amizade, para a prefeitura de Curitiba. E, com Lerner, o grupo de técnicos que formava o IPPUC ganhou a força política que necessitava.

A história parece levar a concluir que se o indicado para o governo do Estado fosse Ney Braga, o mesmo fato se daria, de acordo com os depoimentos

apresentados ao longo deste trabalho. Como prefeito, Lerner conduz para as diretorias da prefeitura pessoas que estiveram com ele desde o princípio e, ato contínuo, resgata os projetos que o prefeito Sabbag havia engavetado.

Lerner tinha dois problemas: o tempo e o fato de não ser filiado a nenhum partido político. Para resolver a questão do tempo, Lerner apóia-se na sua equipe e promove obras por toda a cidade, pois sabia que à medida que os resultados aparecessem, as possíveis pressões políticas sobre sua gestão cederiam. Curitiba começava a mudar. Mas, ao contrário do que imaginava, as pressões políticas não cediam e permaneceram fortes até quase o final de seu primeiro mandato.

A capacidade técnica de Lerner, admirada pelos militares, principalmente pelo General Geisel era a força que o mantinha no poder. Mesmo quando desobedecia pedidos de militares, em Curitiba, para promover demissões de possíveis agitadores na prefeitura (Lerner, 2009). Além disso, Lerner também contava com a simpatia de Ney Braga, na época senador e depois Ministro da Educação.

Com a perseguição de boa parte da mídia Lerner começava a entender como a política partidária trabalhava e como relacioná-la com os aspectos técnicos tão preciosos a ele e sua equipe. Lembrando que, embora não tivesse preferências políticas, era visto como um prefeito da situação. Tanto que sua ida à Bancada da Oposição à prefeitura, em 1973, provocou ciúmes à ala governista que deu a entender que poderia estar havendo algum tipo de transação<sup>144</sup>.

Enquanto a Câmara Municipal discutia projetos como a Chave da Cidade<sup>145</sup>, Guia do Cívico<sup>146</sup>, ou debatia horas a fio condecorações a alguns cidadãos, ou pedidos de abertura de valetas, Lerner e sua equipe silenciosamente projetavam a “Curitiba de Amanhã”. Mesmo sem saber se *amanhã* estariam na prefeitura, lutando, segundo ele mesmo, como “profissional da proposta”<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> Fonte Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 23/03/1973 a 30/04/1973, p. 957.

<sup>145</sup> Projeto do vereador Arlindo de Oliveira que queria instituir a entrega de uma chave de ouro de 28 centímetros às autoridades que visitassem Curitiba oficialmente e que por muito tempo foi matéria de Plenário. Fonte Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 10/01/1973 a 22/03/1973 p. 101.

<sup>146</sup> Fonte Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 10/01/1973 a 22/03/1973 p. 905.

<sup>147</sup> “A idéia não surge de você levar gente dentro de um ônibus e botar lá para dizer que é participativo. Na verdade tudo começa com uma proposta, seja da comunidade, seja do prefeito, seja da área profissional, seja de um segmento da sociedade. Alguma coisa começa e aí há reação. É um jogo, às vezes quem começa o jogo é a comunidade, às vezes são os responsáveis políticos, às vezes é a área técnica que começa com uma idéia, surge uma proposta de planejamento da cidade e

Ao término da sua primeira prefeitura Curitiba tem implantada a Cidade Industrial, os trinários com seu sistema de transporte público, os parques, os calçadões para os pedestres, o Centro Histórico e o IPPUC que se transformou em referência de planejamento.

Jaime Lerner fez uma prefeitura prensado entre corporativismo da política partidária, a mídia e os humores imprevisíveis dos militares no governo. Aprendeu com os seus antagonistas como administrar as brigas políticas e as tramóias, escondendo cartas de generais contra suspeitos comunistas. Lerner tentou trabalhar por Curitiba e a história parece mostrar que ele conseguiu, ao ser escolhido como entre as 100 pessoas mais influentes do mundo contemporâneo pela Time Magazine<sup>148</sup>.

Se Ney Braga foi um político que aprendeu a se movimentar no universo de técnicos, Lerner foi um técnico que aprendeu a se movimentar no universo dos políticos.

## 8.1 TRABALHOS FUTUROS.

Entre as fontes pesquisadas estão os Anais da Câmara Municipal de Curitiba -CMC. Dentro do nosso recorte observamos uma espécie de descompasso entre os planos desenvolvidos pela prefeitura e as discussões na CMC e que estão registradas nos Anais. Estes permitem uma leitura diferenciada e específica da política partidária e da articulação de interesses e se constituem num conjunto de documentos ricos e pouco explorados.

Para trabalhos futuros sugere-se, então, um aprofundamento nos documentos públicos da CMC, de forma a entender como os vereadores, consequentemente a CMC, enxergavam todo o processo de mudança e identificar as suas participações e contribuições políticas neste processo.

---

aquilo começa a ser discutido. O importante é que comece a ser discutido, que se discuta a idéia porque nesse vai e volta as coisas vão mudando. Nós aprendemos que não existe e o importante é começar e dar espaço para que a população se manifeste, se gosta ou não gosta, que as forças se manifestem". Lerner, entrevista concedida dia 22/09/2009

<sup>148</sup>[http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1984685\\_1984745\\_1985492,00.html](http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1984685_1984745_1985492,00.html)  
acessado em 29/04/2010

Quadro 3 - Cronologia do Processo de Planejamento Urbano de Curitiba

ANO	MÊS	HISTORICO
1943	Abril	Contratado pela Prefeitura de Curitiba, com a firma "Coimbra Bueno e Cia. Ltda." com assistência do urbanista francês Alfred Agache, o Plano de Urbanização da cidade - mais tarde denominado "Plano Agache"
1956		Reestruturação administrativa da prefeitura, com assessoria do IBAM e criada a Divisão de Planejamento no Departamento de Urbanismo e aprovado o "Código de Posturas".
1959	Fevereiro	PLADEP lança o Estudo 23 sobre a economia paranaense.
1960		Criação da Comissão de Planejamento de Curitiba, COPLAC, órgão consultivo do prefeito.
1961	Fevereiro	PLADEP lança o Estudo 40 sobre a economia paranaense.
1962	Março	Discurso do Dr. Ivo Arzua, de posse no Executivo Municipal, propondo-se a um re-exame do "Plano Agache" dadas as novas condições da cidade.
1963	Julho	A SAGMACS entrega com a CODEPAR o "Plano de Desenvolvimento do Paraná"
1963	Agosto	Criação da Companhia de Urbanização de Curitiba – URBS – Lei municipal 2295 DE 21/8/63
1963	Outubro	Aprovada a nova composição estrutural dos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba - Lei Municipal 2323
1964		A URBS solicita À CODEPAR financiamento para o alargamento da Rua Marechal Deodoro e a CODEPAR pede que a obra se enquadre num plano global. Além disto, os pedidos de financiamento para indústrias na área de Curitiba levavam a CODEPAR a recomendar um plano global para o município.
1964	Julho	O Departamento de Urbanismo contrata firmas especializadas para apresentação de propostas de revisão do plano urbanístico. Carta-convite
	Setembro	É instituída uma comissão para julgar das propostas, a qual opina pela abertura de uma concorrência pública para elaboração de um Plano Preliminar de Urbanismo. Decreto 1054/63 de 01/09/1964
	Setembro	A CODEPAR oferece a cidade o financiamento dos estudos e projetos para a elaboração do Plano Preliminar.
	Novembro	Criada a comissão que deverá julgar da concorrência pública – Decreto 1456/64 de 28/11/1964
	Dezembro	A firma Sociedade SERETE de estudos e projetos Ltda. - SERETE, de São Paulo é escolhida pela comissão encarregada da concorrência e aceita, conforme cláusula do contrato a ser assinado, a designação de um "Grupo Local de Acompanhamento" que deverá ter uma participação efetiva em todas as fases do projeto.
1965	Janeiro	Designado o Grupo Local de Acompanhamento. Ordem de serviço 7/65
	Fevereiro	Firmado contrato entre a SERETE, a Prefeitura de Curitiba e a CODEPAR para a elaboração do Plano Preliminar de Curitiba.
	Julho	Realização do Seminário "Curitiba de Amanhã", visando ao debate público do Plano Preliminar apresentado pela SERETE. Decreto 1000/65 de 30/6/1965
	Julho	O mês de julho é oficialmente designado Mês do Urbanismo.
	Julho	Designação dos membros Diretores do Seminário. Decreto 1001/65 de 30/06/1965
	Julho	A Prefeitura abre, durante o Mês do Urbanismo, e sem ônus para os interessados, inscrições para a apresentação de propostas alternativas ao Plano Preliminar. Decreto 1050/65 de 31/06/1965
	Dezembro	Criado, como autarquia municipal, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC - que absorve a antiga APPUC. O órgão tem como tarefa primeira a elaboração do anteprojeto de lei que instituiu o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Lei Municipal 2660/65 de 01/12/1965
	Dezembro	Aprovado o Regulamento do IPPUC – Decreto 1910/65 de 07/12/1965
1966	Maiο	Realização em Curitiba do 1º encontro de Arquitetos Planejadores. Serviu como reforço à ação de institucionalizar o planejamento local tendo recebido o apoio do Ministro do Planejamento.
		Envio à Câmara Municipal do Ante-projeto de Lei que implanta o Plano de

		Urbanismo em Curitiba. Mensagem da Prefeitura 26/66
		Aprovação, pela Assembléia Municipal, da Lei que institui o Diretor da cidade e aprova diretrizes básicas. O corpo da lei contém ainda: Delimitação do Zoneamento de Curitiba, criação do Conselho de Zoneamento de Curitiba, encarregado de julgar os casos "permissíveis". Lei Municipal 2828 de 31/7/1966
1966	Novembro	Mensagem e Aprovação da Lei de Loteamentos. Lei Municipal 2942 de 27/12/1966
1967	Maio	Regulamentação dos Recuos. Lei 2995 de 11/05/1967
1969	Fevereiro	Nova Lei sobre o Zoneamento Urbano de Curitiba. Lei 3503 de 04/02/1969
1971	Março	Jaime Lerner Assume a Prefeitura de Curitiba
	Julho	Regulamenta o Uso do Solo e o Sistema Viário e dá diretrizes básicas para o planejamento físico do setor de Santa Felicidade, São Braz do Campo e Campo Comprido. Lei 3943 de 05/07/1971
1972	Março	Modificação da Estrutura do IPPUC e da Composição do Conselho Deliberativo.
	Maio	Aprovação da Lei de Zoneamento e Uso do Solo que revoga as anteriores (2995/67 e 3503/69). Lei 4199 de 08/05/1972
	Setembro	Criação do Fundo de Urbanização de Curitiba a ser administrado pela URBS. Lei Municipal 4369
	Setembro	Reestruturação da URBS, que passa a ter como caráter principal a administração do Fundo de Urbanização e a implantação da Cidade Industrial. Lei Municipal 4440
1974	Janeiro	Aprovação das Diretrizes Complementares a Lei de Zoneamento (4199/72) permitindo o adensamento demográfico nas áreas de influência das avenidas estruturais. Decreto 28 de 10/01/1974
	Abril	Disposição sobre a execução de política fiscal adequada ao uso do solo. Lei 4826 de 19/7/1974
1975	Março	Jaime Lerner termina seu primeiro mandato como prefeito

Fonte: Adaptado de IUPERJ, 1971, p.15

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ILUSÃO DE CRESCER. Veja, ed. 159, de 22 de novembro de 1971.

A LIÇÃO DO ESPERTO LEON PERES. Veja, ed. 169, 1 dezembro de 1971.

A ORDEM É ASFALTAR. Panorama, Ed. 197, janeiro de 1969.

ACINTE AO POVO. Paraná em Páginas, ed. 111, maio de 1974

AGACHE, Alfred. Plano de Urbanização de Curitiba. Boletim Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, n.12, Nov/dez. 1943

ALBUQUERQUE, Manoel. **Pequena história da formação social brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

ALMOMD, Gabriel, VERBA, Sidney. The Civic Culture – political attitudes and democracy in five nations. California, SAGE Publications, 1989.

AMADO, Janaina at AL. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 10/01/1973 a 22/03/1973

Anais da 7ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, período 23/03/1973 a 30/04/1973

APEDREJAMENTO. Veja, Ed. 137, 15 de outubro de 1971.

ARQUITETOS NO PODER. Veja, Ed. 140, 12 de maio de 1971.

ARZUA, Ivo. **Depoimento de Ivo Arzua**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

ARZUA, Ivo: depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: Wilson Rebello, Ana Santiago. Curitiba: Escritório Ivo Arzua.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo, Editora Unesp, 1994.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista – Estudo sobre a CODEPAR**. Curitiba, Editora Símbolo, 1978.

AURIQUEO, Dulcia. **Depoimento de Dulcia Auríqueo**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

BAER, Werner. **A economia Brasileira**. São Paulo, Nobel, 1996.

Boletim do Instituto Paranaense de Engenharia. **Plano Preliminar de Curitiba**. IEP, junho de 1965.

BONGSTABS, Domingos: depoimento [jan.2010]. Entrevistadores: Wilson Rebello, Ana Santiago. Curitiba: Instituto Jaime Lerner.

BRAGA, Ney. **Depoimento de Ney Braga**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

BRANDÃO, Euro. **Depoimento de Euro Brandão**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

BRINCANDO DE GOVERNAR. Paraná em Páginas, ed. 116, outubro de 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar - ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1993.

CAROLLO, Bráulio. **Alfred Agache em Curitiba e sua visão de Urbanismo**. Porto Alegre, 2002. Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura PROPAR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientação: Douglas Vieira de Aguiar.

CAMPELLO, Célio da Cunha. **Áreas Verdes - Índices que Sustentam a Vida**.

**Disponível em:**

[http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao\\_urbanismo\\_e\\_meio\\_ambiente/material\\_apoio/mamodelos/mod\\_urbanismo/mod\\_urb\\_pecas/mod\\_urb\\_pecas\\_parecer/ÁREAS-VERDES-ÍNDICES-QUE-SUSTENTAM-A-VIDA.pdf](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/material_apoio/mamodelos/mod_urbanismo/mod_urb_pecas/mod_urb_pecas_parecer/ÁREAS-VERDES-ÍNDICES-QUE-SUSTENTAM-A-VIDA.pdf) . Acesso em 09 de abril de 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Santiago. **Da ideia à cidade, do plano ao projeto: gênese do processo de transformação urbana em Curitiba a partir do Plano Preliminar de Urbanismo**. 2011. 120 p. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2011.

CHATELET, François. **Uma história da razão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

CODEPAR – **Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná**. Codepar, 1963.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO – Análise da Economia Paranaense, Estudo 40. Curitiba, PLADEP, 1961

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO – Análise da Economia Paranaense, Estudo 23. Curitiba, PLADEP, 1959

COOKE, Morris Llewellyn. **BRAZIL on the march – A Study in International Cooperation**. Reflections on the report of the american technical mission to Brazil. London, Whittlesey House, 1944.

CORNELSEN. Ayrton. Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Disponível em: <http://www.lolocornelsen.com.br/datm%20-%20editado.htm>. Acesso em 29/01/2010

CORSI, Francisco Luiz. IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas, 1991. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/revista/arquivos/2006/2006\\_Vol\\_IX\\_n\\_2\\_-\\_Francisco\\_Luiz\\_Corsi.pdf](http://www.abphe.org.br/revista/arquivos/2006/2006_Vol_IX_n_2_-_Francisco_Luiz_Corsi.pdf). Acesso em 05/01/2010

CORSI, Francisco Luiz. I Congresso Brasileiro de Economia, julho de 2005.

CURITIBA E SEU PREFEITO. Panorama, dezembro de 1963

CURITIBA. Lei 2828 de 10 de agosto de 1966. Anais da Câmara Municipal de Curitiba.

CURITIBA FAZ BALANÇO MAS NÃO PÁRA. Panorama, ed. 188, abril, 1968.  
DESCALABRO. Paraná em Páginas, ed. 105, novembro de 1973.

DELY, Rafael. **Depoimento de Rafael Dely. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA.** Curitiba, IPPUC, 1991.

DIAS, Wanderley Dias. **A vista do meu Ponto.** Gazeta do Povo, Curitiba 8 maio 1973, p.31

DUQUE, Hélio. **As contradições no desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro, Editora Paralelo, 1972.

É DE DAR DÓ. Paraná em Páginas, ed. 90, agosto de 1972.

EIS A CURITIBA DE AMANHA. Panorama, ed. 193, setembro de 1968.

ELE QUER DINHEIRO. Paraná em Páginas, ed. 91, setembro de 1971.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

ESTAÇÃO DO FUTURO. Panorama, Ed. 196, dezembro 1968.

EXPRESSO: MONSTRO QUE LERNER CRIOU. Paraná em Páginas. ed. 117, novembro de 1974

FERNANDES, Almir. **Depoimento Almir Fernandes. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA.** IPPUC Curitiba, 1991

FERNANDES, Almir: depoimento [jun.2010]. Entrevistador: Wilson Rebello. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

FERNANDES, Almir. **Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo.** Rio de Janeiro, 1979. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FESTIVAL DE PETI-PAVÊ. Paraná em Páginas, ed. 105

FICINSCKI, Lubomir: depoimento [fev.2010]. Entrevistador: Wilson Rebello e Ana Santiago. Curitiba: Instituto Jaime Lerner.

FICINSCKI, Lubomir: **Depoimento de Lubomir Ficinski**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

FILHO, Marcondes. **A planificação da economia**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba: evolução urbana**. Curitiba: Imprensa Universitária, 2006

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

GNOATO, Salvador. **Arquitetura do movimento moderno em Curitiba**. Curitiba, Travessa dos Editores, 2009

GROFF, Luis. depoimento [Julho.2010]. Entrevistador: Wilson Rebello. Curitiba: Loja In Vinus Verita.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo, Abril Cultural, 1976.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1987.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2001.

IANNI, Otavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 6ª Ed. Civilização Brasileira. 1996.

IANNI, Otavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização**. Civilização Brasileira. 1965.

IMPrensa DIZ QUE LERNER VAI CAIR. Paraná em Páginas, ed. 89, julho de 1972.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES) - **Paraná: Economia e Sociedade**. IPARDES, Curitiba, 2006

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES) - **Paraná: 1961-1965**. IPARDES, Curitiba, 1992

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA). **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA, 1978.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO (IUPERJ) – **Dimensões do Planejamento Urbano: o caso de Curitiba**. Rio de Janeiro, 1973.

JAIME LERNER DIZ NA TELEVISÃO QUE HÁ VEÍCULO CLANDESTINO E QUE NÃO RESPONDE A QUALQUER VOLANTE. Paraná em Páginas, ed. 115, setembro de 1973 p. 2

JAIME NÃO SABE O QUE É BAIRRISMO. Paraná em páginas, ed. 89, julho de 1972.

KEYNES, John Maynard. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo, Nova Cultural, 1996

KENT, T.J. **El Plan General Urbano**. Berkeley, Editorial Roble, 1963.

KOLASA, Blair. **Ciência do comportamento na administração**. Rio de Janeiro, Editora Livros Técnicos e Científicos, 1978.

KLUPPEL, Nicolau. **Depoimento de Nicolau Kluppel**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

LEDRUT, Raymond. **Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro, Forense, 1971.

LERNER, Jaime: depoimento [set.2009]. Entrevistadores: Fabio Duarte, Rodrigo Firmino, Wilson Rebello. Curitiba: Instituto Jaime Lerner.

LERNER, Jaime: depoimento [jan.2010]. Entrevistador: Wilson Rebello. Curitiba: Instituto Jaime Lerner.

LERNER JÁ ENDIVIDOU CURITIBA ATÉ 1987. Tribuna do Paraná, 5 de junho de 1973

LERNER AMEAÇA JUDICIÁRIO. Paraná em Páginas,, ed. 104, outubro de 1973

LERNER NÃO DESEJOU CPI. Paraná em Páginas,, ed. 110, abril de 1974

LUIZ, Pereira. **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista. **Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. IPARDES, Curitiba, 2006

MANNHEIN, Karl. **Homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MANZI, Ariadne Giazomazi. **Grandes projetos urbanos na cidade de Curitiba: impactos e externalidades**. Curitiba, 2008. Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientação: Clovis Ultramari; Co-orientação: Carlos Hardt.

MAYER, Arno. **A força da Tradição**. São Paulo, Companhia das Letras, 1981.

MELO, Marcus, Municipalismo, *Nation Building* e a Modernização do Estado no Brasil, ANPOCS, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nr 23. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_23/rbcs23\\_07.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_07.htm). Acesso em 15 dez.2009

MINDLIN, Lafer. **Planejamento no Brasil**. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1970

MAI, Nascimento: depoimento [set. 2009]. Entrevistador: Wilson Rebello. Curitiba: Instituto Jaime Lerner.

MONTEIRO, Circe. Depoimento [fev. 2010]. Entrevistadores: Wilson Rebello e Ana Claudia Santiago.

MONTEIRO, Gustavo Gama. **Depoimento de Gustavo Gama Monteiro**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

NABUCODONOSOR. Veja, ed. 148, 7 de julho de 1971

NÃO BASTA PLANEJAR. Veja, ed. 433, 22 dezembro 1976

NÃO PREGAMOS NO DESERTO. Paraná em Páginas ed. 101, julho de 1973

NETTO, Luiz Forte. **Depoimento de Luiz Forte Netto**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

NICHOLLS, Willian. Revista Paranaense de Desenvolvimento, ed.26, set/out de 1971.

NOSSO PREFEITO QUER UMA CIDADE MAIS HUMANA. Panorama, ed. 217, março de 1971.

NOVO PREFEITO. Jornal Estado do Paraná, 8 de junho de 1972.

O COMEÇO E OS CRAVOS. Paraná em Página, ed. 103, setembro de 1973

OLIVEIRA, Franklin. **Rio Grande do Sul**. Ed. Civilização Brasileira. RJ. 1960

OLIVEIRA, Irene Rodrigues. **Missão Cooke - Estado novo e a implantação da CSN**. Rio de Janeiro, e-papers, 2003.

OLIVEIRA, Onaldo Pinto. **Depoimento de Onaldo Pinto de Oliveira**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**. IPARDES, Curitiba, 2006.

PARANÁ EM PAGINAS. Dezembro de 1965

POVO EXIGE UM NOME CRISTÃO PARA A PRAÇA. Jornal O Estado do Paraná, 22 de abril de 1973, p5.

PRAÇA DAS NAÇÕES. Jornal Estado do Paraná, 25 de abril de 1973.

REBELO, Vanderley. **Ney Braga – A Política como arte.** Curitiba, Imprensa Oficial, 2004

RISCHBIETER, Karlo: depoimento [fev.2010]. Entrevistador: Wilson Rebello. Curitiba: Instituto Jaime Lerner.

RISCHBIETER, Karlo. **Fragmentos de Memória.** Curitiba, Travessa dos Editores, 2007.

RISCHBIETER, Franchette. **Depoimento de Franchette Rischbieter.** MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. IPPUC, 1991

SANT´ANA, Hugo. **Paulo Pimentel, momentos decisivos.** Curitiba, Travessa dos Editores, 2008

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB). **Momento Florestal.** Boletim nº 7, agosto 2008

SERETE, J. Wilhelm. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba:** PMC-CODEPAR, 1965

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO – **Depoimentos sobre o DASP,** 1966.

SKIDELSKY, Robert. **Keynes.** Rio de Janeiro, Zahar, 1996

SUZIGAN, Wilson. **A Indústria Brasileira – origem e desenvolvimento.** São Paulo, Brasiliense, 1986.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, rosa. **Metrópole- Grande Curitiba: teoria e prática.** Curitiba, IPARDES, 1994.

UM E OUTRO. Paraná em Páginas. ed. 113, julho de 1974

VALVERDE, Belmiro. **Esta faltando um Coronel Alípio.**  
[http://www.belmirovalverde.com.br/artigos/artigo\\_detalhe.asp?ID=34](http://www.belmirovalverde.com.br/artigos/artigo_detalhe.asp?ID=34) Acessado em 21/10/2009

VIANA, Arizio. **DASP – uma instituição a serviço do Brasil.** Rio de Janeiro, 1953.

VIDAL, Germano Seidl. **Guerra proscrita.** Rio de Janeiro, Razão Cultural, 1999

WATERGATE. Paraná em Páginas, ed. 116 outubro de 1974

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo, Martin Claret, 2006.

WEBER , Max. **Economia e Sociedade**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.

WERNECK, Sodre. **Radiografia de um modelo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

WILHEIM, Jorge. **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976

WILHEIM, Jorge. **Depoimento de Jorge Wilhelm**. MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Curitiba, IPPUC, 1991

WILHEIN, Jorge: depoimento [Agosto.2010]. Entrevistador: Wilson Rebello. São Paulo: Escritório de Arquitetura Wilhelm.

WRIGHT, Lloyd. **Latin american busways moving people rather than cars**. Institute for Transportation & Development Policy, 2001.